

Revista da Extensão

Out 2015 / Nº11

ISSN 2238-0167

Entrevista com **Luiz Fernando Coelho de Souza**

Impactos do Programa de Extensão Universitária de Educação e Assistência em Asma na formação médica

Digitalização da revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito

Desenvolvimento de espaçadores de baixo custo para Inaloterapia em parceria público-privada

O que fazer até o SAMU chegar?

A identidade visual do Centro de Pesquisa em Odontologia Social - uma discussão teórica sobre a metodologia de projeto

Vivências de uma equipe multiprofissional na atenção primária em saúde em La Habana, Cuba

DESTAQUES XIV SALÃO DE EXTENSÃO

Oficinas de divulgação do observatório de saúde Glória/ Cruzeiro/Cristal: oportunidade de aprendizagem coletiva e participativa

Imigração e refúgio como temas contemporâneos: a acolhida humanitária em tempos de Copa do Mundo

Espaço para criar: teatro e dança com alunos surdos

Projeto UFRGSMUNDI

Um giro pela Itália: relato de uma prática extensionista

Programa de extensão jogos lógicos de tabuleiro

Incubadora tecnológica de cooperativas populares - ITCP/UFRGS

As rodas de memória como estratégias de musealização e empoderamento dos moradores da Ilha da Pintada, Porto Alegre – RS, em relação ao seu patrimônio

Educação não formal e formal: interação entre o museu e a escola

A metodologia IRDI como promoção de saúde na creche

A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Apresentação

Apresentamos a segunda edição da **Revista da Extensão**, a de número 11, que chega a suas mãos trazendo a tão necessária reflexão e sistematização sobre os saberes e fazeres extensionistas.

Aproveitamos o momento em que vivenciamos o Salão UFRGS 2015, que contempla o 16º Salão de Extensão, para incentivar a discussão e apresentar projetos consolidados em diversas áreas que, apreciados pelos pareceristas e público presentes no ano passado, tiveram destaque e garantiram espaço neste veículo editorial.

Desde o primeiro número desse ano, até a impressão desta edição, tivemos oportunidade, nos “Diálogos da Extensão”, de realizar discussões que versaram sobre políticas para extensão universitária. Dialogamos sobre a Resolução nº 17/2015, que estabeleceu as Normas Gerais para Atividades de Extensão Universitária, e, devemos avançar ainda mais, sobre a Extensão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Por outro lado, tivemos a oportunidade de participar do XIII Congreso Latinoamericano de Extensión Universitaria, ocorrido em Havana-Cuba, em junho deste ano, onde foi possível trocar experiências e conhecimentos que sustentam a extensão nas universidades da região com o tema central: “A Extensão Universitária promotora da mudança e transformação sociocultural”.

Esta edição, como de praxe, apresenta discussões em torno de temas variados, investindo na interdisciplinaridade, porém com uma forte ênfase da área da Saúde. Odontologia, Pneumologia, Primeiros Socorros e alternativas de atuação e tecnologias para barateamento e democratização do acesso à saúde além de uma experiência internacional de Atenção Primária à Saúde em Cuba. O campo do Direito apresenta também uma experiência de sistematização de conteúdos em nível de pós-graduação como forma de democratização do conhecimento para além de seus pares.

Seguimos nossa firme proposição de manter este espaço vivo e ativo no intuito de pensar, repensar e divulgar nossos fazeres cotidianos em Extensão como parte fundamental e intrínseca ao Ensino e à Pesquisa, visando dois principais focos: uma formação mais complexa e socialmente referenciada de nossos estudantes e, ao mesmo tempo, a aproximação cada vez mais efetiva da Universidade com a sociedade em que vivemos.

Tenham todos (as) uma agradável leitura.

Claudia Porcellis Aristimunha

Vice-Pró-Reitora de Extensão/UFRGS

Editorial

Revista
da Extensão

O segundo semestre de 2015 iniciou bastante movimentado na extensão da nossa Universidade. Nesse período, foram lançadas três publicações organizadas por setores da Pró-Reitoria de Extensão: a primeira, foi a “Revista Semana da África na UFRGS”, resultado de evento realizado no ano passado para apresentar trabalhos de estudantes africanos; a segunda, intitulada “Os Guarani Mbyá”, inaugurou exposição homônima no Museu da UFRGS com fotografias de Vherá Poty e Danilo Christidis; a terceira, “Pinacoteca Barão de Santo Ângelo: Catálogo Geral 1910-2014”, recuperou o acervo de pinturas, esculturas, gravuras e fotografias do Instituto de Artes.

Também enviamos uma delegação de 38 extensionistas da UFRGS para participar do 33º SEURS (Seminário de Extensão Universitário da Região Sul), realizado na UNIPAMPA (Universidade Federal do Pampa), em Bagé. O Seminário contou com cerca de 600 participantes de instituições públicas de ensino superior de toda a região, consolidando-se como o maior evento de extensão universitária regional do país.

Ainda, é necessário notificar ao público em geral, que o Planetário Professor José Baptista Pereira, fechado desde o início do ano para reformas, foi reaberto em setembro. Inaugurado em novembro de 1972, o Planetário é um raro local no Estado onde se pode visualizar e aprender sobre os planetas, a Via-Láctea, a galáxia de Andrômeda, eclipses do Sol e as fases da Lua, que são projetados em uma cúpula de 12 metros de diâmetro.

A **Revista da Extensão**, em mais uma edição a ser lançada durante o 16º Salão de Extensão, realizado de 19 a 23 de outubro de 2015, com o tema “Redes Sociais: conexões que transformam”, também se congrega aos esforços da Pró-Reitoria de Extensão em divulgar a extensão universitária.

Em tempos de “redes sociais”, na maioria em meio digital, a **Revista da Extensão** é a materialização dos conhecimentos desenvolvidos em diálogos com inúmeras pessoas, plasmados em sete artigos, em projetos que foram destaques no Salão de Extensão do ano passado, e uma entrevista com o professor Luiz Fernando Coelho de Souza, um dos pioneiros de tudo isso!

José Antônio dos Santos

Editor

Sumário

Entrevista com
Luiz Fernando Coelho de Souza

04



Impactos do Programa de
Extensão Universitária de
Educação e Assistência em Asma
na formação médica

13



Digitalização da revista
Cadernos do Programa de
Pós-Graduação em Direito

18



Desenvolvimento de
espaçadores de baixo custo
para Inaloterapia em parceria
público-privada

23



O que fazer até o SAMU
chegar!

28



Revista da Extensão

34

A identidade visual do Centro de
Pesquisa em Odontologia Social
– uma discussão teórica sobre a
metodologia de projeto



40

Vivências de
uma equipe
multiprofissional na atenção
primária em saúde em La
Habana, Cuba



47

Destaques do Salão de Extensão
UFRGS 2014

Oficinas de divulgação do observatório de
saúde Glória/ Cruzeiro/Cristal: oportunidade
de aprendizagem coletiva e participativa

Imigração e refúgio como temas contempo-
râneos: a acolhida humanitária em tempos
de Copa do Mundo

Espaço para criar: teatro e dança com alunos
surdos

Projeto UFRGSMUNDI

Um giro pela Itália: relato de uma prática
extensionista

Programa de extensão jogos lógicos de
tabuleiro

Incubadora tecnológica de cooperativas
populares - ITCP/UFRGS

As rodas de memória como estratégias de
musealização e empoderamento dos mora-
dores da Ilha da Pintada, Porto Alegre – RS,
em relação ao seu patrimônio

Educação não formal e formal: interação
entre o museu e a escola

A metodologia IRDI como promoção de
saúde na creche



Entrevista com Luiz Fernando Coelho de Souza

Entrevista: José Antônio dos Santos | Transcrição da entrevista: Bruna Andrade

Revista da Extensão: Professor Coelho, para iniciar a nossa entrevista, nos fale um pouco sobre a sua trajetória escolar e da influência da sua família na sua formação.

Professor Luiz Fernando Coelho de Souza: É uma longa história. Nasci em Caçador, Santa Catarina, e com dois anos perdi meu pai, médico da cidade. Houve uma epidemia de febre tifóide em Caçador e, como ele era o único médico, veio a falecer. Assim, eu não o conheci. Cresci em Caçador e, com idade para ir à primeira escola, fui para Concórdia [SC], onde uma tia muito querida matriculou-me na que hoje se chama Escola Estadual Professor Olavo Rigon. Mais tarde, junto com minha Mãe e irmãs fomos morar em Passo Fundo [RS], onde estudei no Grupo Escolar Fagundes dos Reis. Casando-se minha Mãe, em segundas núpcias, mudamo-nos para Porto Alegre onde continuei meus estudos no Grupo Escolar Floriano Peixoto. Estive interno no Colégio Alberto Torres, em Lajeado [RS], terminando o curso científico no Colégio Farroupilha, em Porto Alegre. Sendo o filho homem, minha Mãe guardara para mim os livros e até mesmo o ferramental do meu Pai na expectativa de que eu também viesse a ser médico. Não era esta, porém, minha vocação. Mesmo assim, fiz dois vestibulares para a Medicina sendo, em ambos, reprovado.

RE: A sua vocação profissional não era ser médico, mas alguma coisa devia apontar para a Faculdade de Agronomia.

Professor Coelho: Desde criança, junto aos meus avós maternos, mantive contato com o campo e vivi no meio rural. Ali eu me encontrava. Fiz vestibular para agronomia na UFRGS. Fui aluno, professor, e me realizei profissionalmente como engenheiro agrônomo.

RE: Como foi o início da sua carreira como professor universitário?

Professor Coelho: Formado engenheiro agrônomo, eu fui trabalhar em Santa Catarina em reflorestamento. Foi uma experiência muito rica. Neste meio tempo recebi do professor Newton Martins, titular da área de mecanização agrícola da Faculdade de Agronomia, de quem havia sido monitor, convite para fazer concurso e ingressar na UFRGS. Entrei na Universidade como Auxiliar de Pesquisa, fiz concurso para professor Assistente e iniciei minha carreira docente. Era o início da atividade numa área em que sempre, muito me realizei.

RE: A extensão rural é muito desenvolvida nos cursos que trabalham no campo, como é o caso da agronomia, quando se deu a sua iniciação na extensão universitária?

Prof. Coelho: A extensão universitária sempre foi vista por mim, desde os tempos de estudante de agronomia, como parte importante da minha formação. Apesar de, no meu tempo de aluno, o estágio curricular não ser obrigatório, eu fiz estágios

“O ensino, a extensão e a pesquisa são constituintes de uma base única de sustentação da universidade. Como se fosse uma base de concreto, onde cimento, areia e brita, seriam extensão, ensino e pesquisa, que depois de formado o bloco, confunde-se, não mais se diferenciam um do outro”.

durante todas as férias a fim de manter o contato com a realidade do extramuros da Universidade. Levei a experiência adquirida nos estágios junto a produtores rurais mais tarde para minhas aulas, todas elas ministradas na Estação Experimental Agrônômica [EEA/UFRGS]. Fazíamos aulas teóricas pela manhã e extensas aulas de campo à tarde, testando e validando o ensino teórico. Esta prática era muito bem aceita pelos estudantes e continua, até hoje, como marca da Disciplina de Mecanização Agrícola. Na época, inovamos com o apoio e a competência da equipe formada pelos professores Newton Martins, Darcy Abreu, Helio Ramos Bemfica e eu. Discutia-se ali, no campo, não apenas a técnica, mas “reformava-se o mundo” desenvolvendo nos estudantes a consciência de que a universidade não trabalha com fórmulas prontas, ela nos dá as ferramentas para que consigamos entender, interpretar e fazer valer o conhecimento junto ao mundo que nos cerca.

RE: Em pleno regime militar essa experiência pedagógica inovadora não deve ter sido muito bem vista.

Professor Coelho: Sim, foram tempos difíceis. Em 1977, desgostoso com os acontecimentos resolvi sair da universidade. Foi um tempo crítico. Demiti-me da universidade e fui trabalhar na iniciativa privada. Retornei, em 1985, quando o professor Aino Victor Àvila Jacques assumiu a direção da Faculdade de Agronomia e me convidou para reassumir a docência. Resisti, mas acabei voltando e reassumi a minha antiga área de mecanização que estava meio à deriva desde que saí.

RE: Em sua opinião, quais são as diferenças e o que possuem em comum extensão rural e extensão universitária?

Prof. Coelho: Extensão rural e extensão universitária são coisas muito diferentes. A primeira leva o conhecimento até àqueles que dele necessitam, estendendo-o, no caso, ao produtor. A extensão universitária promove o diálogo entre os saberes acadêmico e popular. Há trocas e, destas trocas gera-se o conhecimento que alimenta e qualifica o ensino e a pesquisa e, junto à sociedade, contribui para sua transformação, desenvolvimento e melhoria econômica, social e ambiental. O que ambas têm em comum é o fato de aproximar universidade e sociedade.

RE: A sua atuação como professor sempre foi preocupada com a formação dos residentes?

Professor Coelho: É uma história interessante e que tem tudo a ver com a visão da extensão que, acredito, faz parte do meu DNA. Tínhamos um pequeno grupo, no Departamento de Solos, encabeçado pelo saudoso professor José Germano Stammel. Neste grupo discutíamos, sobre agronomia e formação do Engenheiro Agrônomo, preocupados, não apenas com a técnica em si, mas com seus reflexos na sociedade, em especial no meio rural. Preocupava-nos a insegurança que acomete aos recém-formados ao enfrentar pela primeira vez o exercício profissional. Acreditávamos que os formandos de agronomia tivessem a possibilidade de exercitar a profissão amparados pela Universidade, isto lhes daria segurança e a oportunidade de avaliar sua formação. Criamos então, com o apoio de todos os departamentos que atuavam no Curso de Agronomia, uma disciplina voltada para os formandos, denominada Planejamento de Uso da Terra. Hoje é Planejamento Agrônômico Integrado [PAI]. Nesta disciplina, os formandos deveriam planejar agronomicamente uma propriedade rural por nós escolhida e que tivesse problemas de gestão, de uso inadequado dos recursos naturais, sem acesso à tecnologia. A

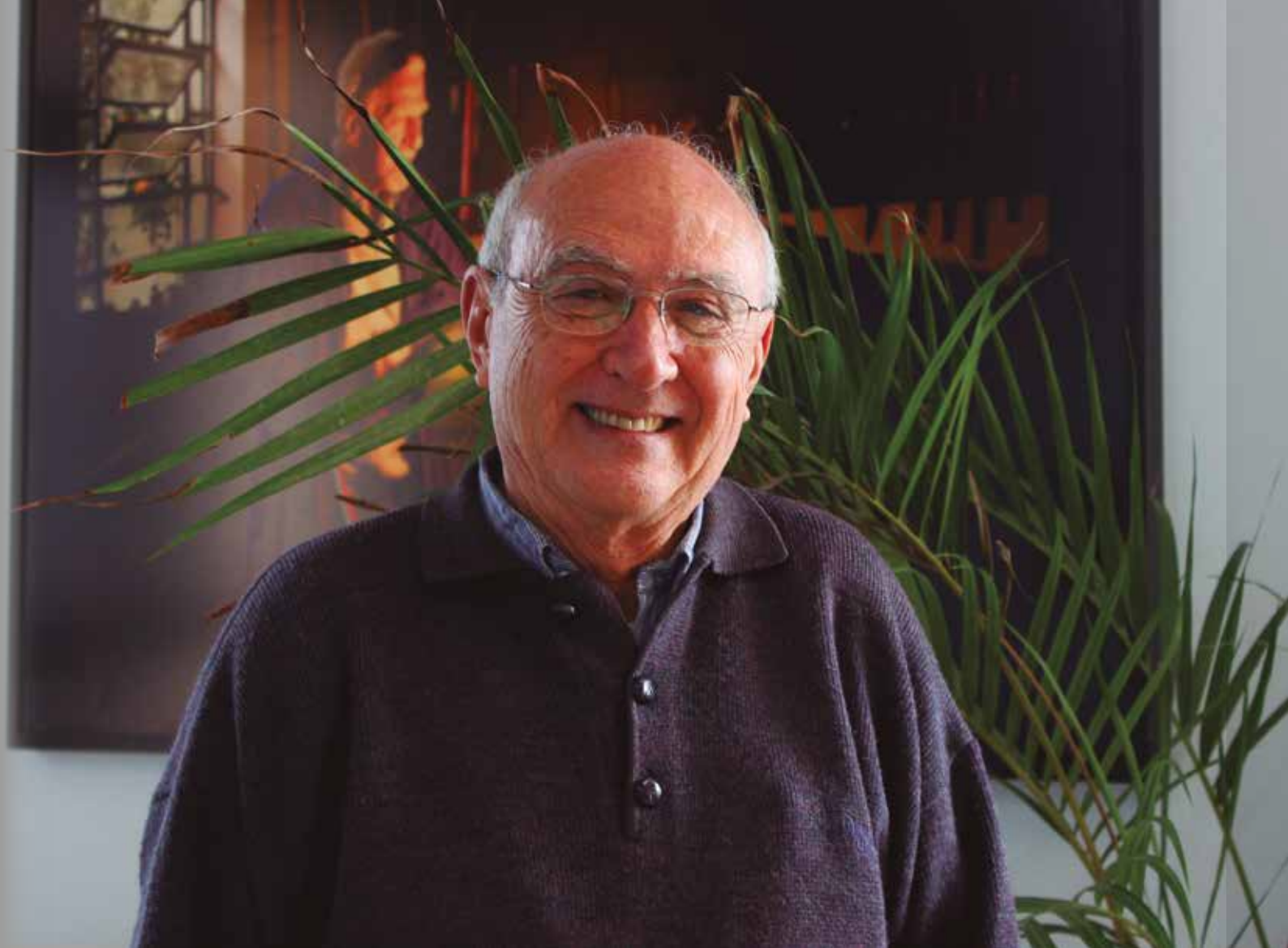


Foto: Alessandra Werlang

Disciplina propunha-se a que os formandos ensaiassem o exercício profissional assistidos pelos professores e seus colegas. Os resultados foram muito bons. Aquela ansiedade e medo do primeiro contato com a realidade profissional, comum a todos os formandos, ficaram diminuídos e a confiança restabelecida. A Disciplina está hoje em seus 23 anos de existência, sempre aguardada com grande expectativa pelos estudantes. Surgiu daí a ideia da “Residência Agrônômica”. Semelhante àquela existente nos cursos de medicina. As dificuldades foram grandes. Tivemos um projeto aprovado no Ministério de Desenvolvimento Agrário [MDA] que nos garantiu recursos para bolsas aos alunos recém-formados. Infelizmente, apenas uma edição foi implantada e concluída. Mudou-se o Ministério, mudaram-se as prioridades. Ficou o sonho.

RE: Por definição, era uma atividade de extensão rural, me parece. O projeto atingiu quantos estudantes e quais as comunidades que foram acompanhadas pelos residentes?

Professor Coelho: Começamos a trabalhar em 04 assentamentos rurais do Rio Grande do Sul, contamos com o apoio dos professores da Faculdade de Agronomia e a participação de, aproximadamente, 30 estudantes. Foi uma experiência muito rica. Eventualmente, encontramos alguns formados na época, que dizem: - “Professor, que experiência fantástica foi aquela. Nós conseguimos trabalhar no planejamento e realizar o projeto em diálogo contínuo com as comunidades de assentados. O que enriqueceu enormemente a nossa bagagem de conhecimentos e a capacidade de atuar como profissionais”. A

experiência foi exitosa, mas de repente faltaram recursos para a manutenção do projeto. O MDA mudou de ministros e esse projeto foi esquecido. Nós necessitávamos fundamentalmente de recursos para pagar bolsas para os residentes, que eram profissionais já formados e tinham que ter um mínimo de ganho para se manterem. A proposta desapareceu, mas valeu muito a experiência. Quem sabe um dia volta?

RE: Experiências como essas, que o senhor teve como professor e agrônomo, inicialmente, e depois como Pró-Reitor de Extensão, devem ter contribuído na sua atuação como gestor. Fale-nos sobre a sua gestão à frente da PROREXT.

Professor Coelho: Todas essas experiências me realizaram muito. Eu sempre digo que a extensão universitária é um espaço mágico. Abriram-me os olhos, a mente e o coração para toda a universidade e seu extramuros. Sempre acreditei que nada se faz sozinho. Sempre haverá o apoio, a crítica, a presença de alguém para caminhar junto. Assim, ao assumir a Pró-Reitoria, trabalhei, como de costume, com todos. Professores, técnico-administrativos e alunos faziam parte da estrutura. Trabalhamos juntos. Procurei valorizar todos os segmentos buscando colocar nas diferentes posições, independentemente de serem professores ou técnicos, aqueles mais indicados, mais vocacionados, mais comprometidos. Tivemos sucesso, acredito que juntos fizemos um bom trabalho, deixamos frutos que, parece-me, até hoje estão sendo colhidos.

RE: A sua atuação como Pró-Reitor de Extensão, no período de 1996 a 2001, colaborou para o reconhecimento da extensão universitária na UFRGS de que forma?

Professor Coelho: Acredito que contribuímos, mas tudo depende do entendimento que temos da extensão. Eu acho que consegui consolidar mais, dentro da universidade, a ideia que a extensão universitária é algo extremamente importante. Tenho a convicção de que o ensino, a extensão e



Foto: Alessandra Werlang

a pesquisa não são apenas o tripé de sustentação é, isto sim, constituinte de uma base única da universidade, como se fora um bloco de concreto, onde cimento, areia e brita, seriam extensão, ensino e pesquisa, e que depois de formado o bloco, não se diferenciam mais um do outro. Trabalhamos este sentido em toda a UFRGS. Desenvolvemos programas de extensão envolvendo diferentes unidades, aproximando cursos, docentes, técnicos, alunos. Buscamos sempre a inter e a multidisciplinaridade. Fomos criticados por alguns no sentido de que a Pró-Reitoria fazia extensão em detrimento das unidades, tirando-lhes sua autonomia. Não foi o que aconteceu, as iniciativas das unidades foram apoiadas e chamadas a participar de projetos maiores, sem perder as especificidades, mas convivendo e partilhando saberes com as demais. A extensão, assim, cresceu e alcançou grande dimensão, ocupando espaços, aproximando pessoas. Até hoje, ao encontrar alunos, técnicos e professores

que participaram dos projetos, ouço palavras que retratam o encantamento, a alegria por ter participado, o relato das boas conseqüências em suas carreiras profissionais, as alterações para melhor, em suas percepções da vida.

RE: Quais foram as principais iniciativas da sua gestão como pró-reitor?

Professor Coelho: Ao assumirmos a Pró-Reitoria o fizemos com a forte intenção de manter e, se possível, ampliar e qualificar ainda mais os bons projetos implantados e desenvolvidos pelas gestões anteriores. Assim, mantivemos e ampliamos programas na área social, como o Uniação, com projetos envolvendo trabalhadores rurais, urbanos. O Projeto Extra-Muros, criado em parcerias com outras instituições; programas culturais como Unicultura, espetáculos, mostras de cinema, debates, Projeto OSPA/UFRGS, exposições, mostras debates. Estes projetos, hoje marcas da Universidade, foram incrementados com novas inserções, novos recursos, maior envolvimento. Também lançamos as bases para a instalação do Museu Universitário, reformando-se

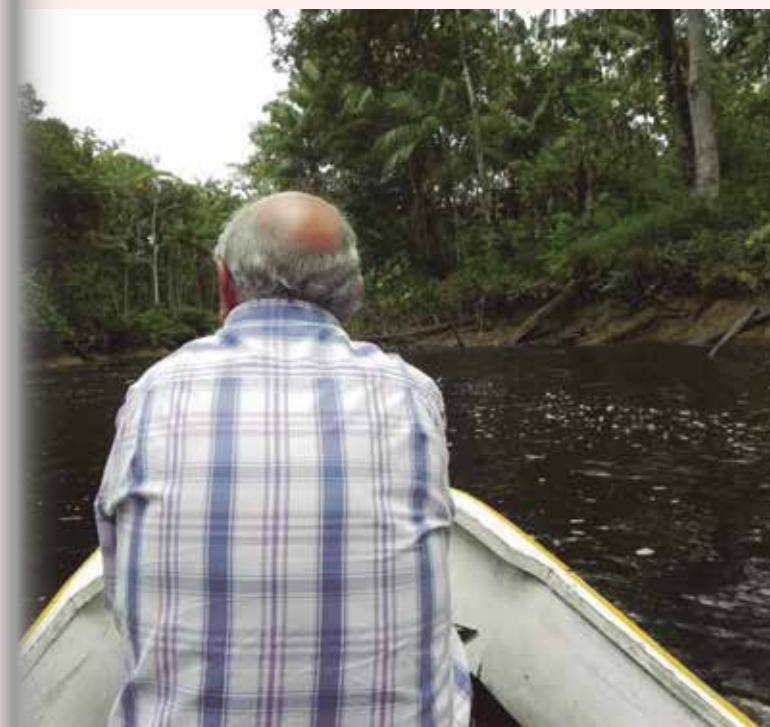


Foto: Acervo do entrevistado

o antigo prédio do curso de Curtumes e Tanantes, e, em janeiro de 1998, foi publicada a primeira revista da Pró-Reitoria de Extensão, denominada Extensão. Pela primeira vez a UFRGS, através da Pro-Reitoria, participou de um estande na EXPOINTER [Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários], com programa de debates envolvendo produtores rurais, técnicos, políticos e estudantes. Seria difícil enumerar tantas atividades. A PROREXT vivia, por sua grande família, em ebulição. Com as ideias e o apoio de todos aproveitou-se cada oportunidade. As manifestações da extensão universitária passaram a fazer parte de todas as ações, desde a divulgação, promoção, a execução, a discussão, avaliação de cada projeto. A Pró-Reitoria respirava extensão universitária naquela época.

RE: A criação do primeiro Salão de Extensão da universidade, que agora já está na 16ª edição, de certa forma, também foi criado com essa intenção.

Professor Coelho: Exatamente. No momento que as diversas ações extensionistas começaram a dar frutos, que começaram a ter visibilidade, nós vimos a necessidade de criar um palco para isso. E o palco para que tudo isso fosse visto pela sociedade e avaliado pela própria universidade, foi a criação do primeiro Salão de Extensão. Foi muito importante essa primeira edição, eu sou suspeito para falar [risos]. Foi uma experiência muito boa, porque não existia esse tipo de espaço na universidade e nós, com o apoio irrestrito da Reitoria, conseguimos criar essa tradição. O primeiro Salão de Extensão foi extremamente rico, com mais de 200 trabalhos, cerca de cinco mil pessoas entre participantes de seminários, oficinas, minicursos e atividades culturais. Para a realização do segundo Salão nós praticamente reformamos o salão de atos da Faculdade Medicina que estava precisando de conservação. Então, com essa segunda edição, nós ganhamos duas coisas: a reforma daquele espaço e o desafio de organizar o segundo Salão.

RE: O senhor teve também atuação reconhecida no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, como foi essa experiência?

Professor Coelho: Como pró-reitor de extensão eu representei a UFRGS no Fórum, e fiz parte, como Vice-Presidente, de uma diretoria que desenvolveu um trabalho muito forte para criar o Plano Nacional de Extensão, que estabeleceu linhas básicas para a avaliação da extensão universitária. Foi um esforço de valorização da extensão em todo o Brasil, que, embora, não tenha dado todos os resultados esperados, deixa-me extremamente gratificado em ter participado. Como coordenador da Regional Sul do Fórum, propus um projeto conjunto de extensão que reunisse as universidades do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul numa ação conjunta. Através da UNISOL [Universidade Solidária] conseguimos financiamento para esse grande projeto inédito no Brasil. Na verdade, conseguimos menos da metade dos recursos financeiros que eram necessários e, para a minha satisfação, nenhuma das universidades comprometidas abandonou o projeto e cada Estado executou o seu. Foi uma vitória do trabalho de quem acreditou.

RE: A avaliação da extensão universitária brasileira, atualmente, faz parte fundamental do processo de reconhecimento social e garantia de financiamento dos projetos.

Professor Coelho: Sem dúvida. A atuação no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão possibilitou-nos uma visão muito boa da extensão que se realizava em todo o país. Nós trabalhamos no plano de avaliação da extensão nacional que contou com a valiosa contribuição do professor Aluí Oliveira Barbisan, da Odontologia, da nossa Universidade. Ele desenvolveu toda a metodologia de avaliação da extensão, que, inicialmente, aplicamos aqui e levamos para o Fórum. Acho que conseguimos plantar algumas sementes, a maior delas foi o Plano Nacional de Extensão.

RE: O que o senhor viu de avanços, daquele período, em termos da extensão universitária que se faz atualmente?

Professor Coelho: Todo aquele trabalho, colocando frente a frente a extensão universitária que se fazia no país, deu visibilidade, respeito e aprovação do que se fazia. Ainda hoje, entretanto, apesar dos muitos ganhos, existem instituições que se valem do nome extensão universitária para realizar ações que nada têm com ela. Em geral, são ações de prestação de serviços cujo fim único é financeiro. A maioria, porém, sabe o que é extensão universitária, sabe que se faz com professores, alunos, técnicos, sabe que é troca de saberes, sabe que é geração de conhecimento. Tenho certeza absoluta, de que na nossa universidade, a extensão é respeitada como geradora de conhecimento no mesmo nível do ensino e da pesquisa. Isso me gratifica porque eu acho que, de alguma forma, eu fiz parte desse processo de valorização da extensão.

RE: O reconhecimento não foi apenas em termos de legislação, foi também de aporte de recursos públicos para a realização de projetos e programas de extensão. Por exemplo, o financiamento via PROEXT [Programa da Extensão Universitária, criado pelo MEC, em 2003], tem investido milhões na extensão universitária brasileira.

Professor Coelho: Posso te garantir que a existência do PROEXT e desses recursos todos, que não são o suficiente, mas existem, são produtos do trabalho exaustivo do Fórum. Sem um Plano Nacional de Extensão Universitária eles não existiriam. Lutou-se com todas as forças, passavam-se dias no MEC [Ministério da Educação] levando chá de cadeira, sendo incompreendidos, mas vencemos. Lembro com muito carinho a figura da presidente do Fórum Nacional, professora Malvina Tuttman. As atuais gerações de estudantes e professores devem ao seu esforço muito do reconhecimento que hoje tem a extensão universitária.



Foto: Acervo do entrevistado

RE: Dentro dessa perspectiva do caminho a ser trilhado pela extensão, o que o senhor imagina que falta para que a extensão ocupe ainda mais um espaço dentro das universidades brasileiras?

Professor Coelho: Como disse antes, embora minoria, algumas universidades ainda fazem da extensão universitária o espaço onde cabe qualquer coisa. “Se não é ensino ou pesquisa coloca na extensão”, dizem alguns. Felizmente, isto está acabando. O exemplo das universidades que levam a extensão universitária a sério é muito grande. Ainda há, sim, um caminho a ser trilhado mas, com certeza, chegaremos lá.

RE: O caminho de ida da universidade às comunidades tem se dado, mas quanto ao retorno desse conhecimento à universidade há certa resistência. Muitos entendem que o principal local de produção do saber é o interior das universidades.

Professor Coelho: Eu entendo isso como um pensamento pequeno, de quem conhece pouco da vida, de alguém a quem falta a humildade

necessária para aceitar que o saber não é atributo de alguns apenas. O que falta para estas pessoas que assim pensam é a cultura na sua forma mais ampla.

RE: As políticas de ações afirmativas têm colaborado para romper um pouco esse entendimento, porque, de alguma forma, são incorporados outros saberes de estudantes oriundos de culturas e realidades diversas à universidade. Ainda é uma forma muito tímida, vamos levar algum tempo para valorizar saberes que carregam consigo os estudantes indígenas e negros, por exemplo.

Professor Coelho: Certamente. As ações afirmativas estão causando uma verdadeira revolução nas universidades. A presença do índio, do negro com suas diferentes culturas, seus diferentes conhecimentos e saberes enriquecem a universidade, qualificam seu ensino, sua pesquisa, sua extensão. Estas políticas muito tardaram a ser implementadas, perdemos todos com este atraso.



Foto: Acervo do entrevistado

RE: O senhor continua dedicado à extensão universitária mesmo após a sua aposentadoria, em 2001, quais os projetos de que participa atualmente?

Professor Coelho: O trabalho na universidade, principalmente como extensionista, me valeu o prêmio que reputo como o mais importante que poderia receber, - o título de Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Meu trabalho com a extensão universitária continua de forma voluntária. Trabalho com projetos sociais de praticamente todas as universidades brasileiras. Faço isto através do Programa Universidade Solidária do qual sou um dos fundadores. São projetos os mais diversos que vão desde o resgate da abelhinha Melipona, polinizadora do açaí, no Pará, à produção de composto a partir de dejetos de suínos e aves no Rio Grande do Sul. Da criação de peixes no Lago Tupé na Amazônia, ao resgate econômico e cultural das farinhas do litoral do Paraná; da produção de biodiesel para os barcos de pescadores da Praia da Pinheira, em Santa Catarina, à produção orgânica de hortaliças nas áreas de dutos da

Petrobrás, no Rio de Janeiro; da produção de cogumelos no Mato Grosso, à criação de galinhas caipira no Quilombo de Diamantina, em Minas Gerais; da produção e resgate cultural do açúcar mascavo em Viçosa, Minas Gerais, às artesãs da Ilha da Pintada, em Porto Alegre, Rio Grande do sul, e por aí vai. São milhares de comunidades com as quais trabalhamos e aprendemos juntos. Comunidades pobres, algumas totalmente desvalidas, mas extremamente ricas de pessoas, de valores, de afetos, de solidariedades.

RE: De fato, embora a sua aposentadoria, o senhor continua bastante ativo. Na Universidade o senhor tem atuado em alguma instância acadêmica ou administrativa?

Professor Coelho: Sim, eu continuo como professor convidado extra oficialmente, do Departamento de Solos. Atuo como um dos professores da Disciplina Planejamento Agrônomo Integrado, citada anteriormente, da qual sou um dos fundadores. Estas atividades, confesso, são as que me mantêm vivo. ◀

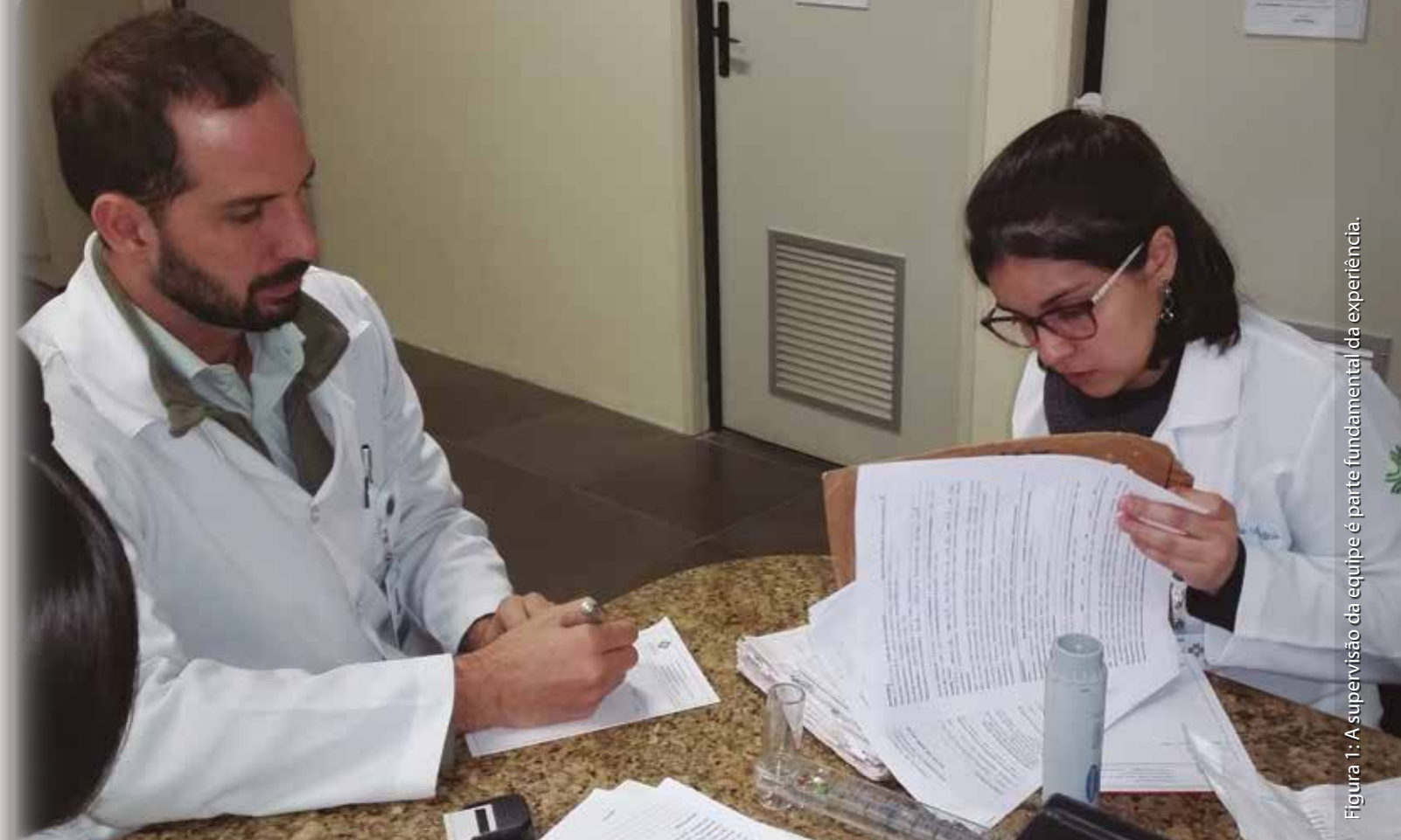


Figura 1: A supervisão da equipe é parte fundamental da experiência.

Impactos do Programa de Extensão Universitária de Educação e Assistência em Asma na formação médica

Francisco Arsego de Oliveira: Faculdade de Medicina – UFRGS

Vera Beatriz Guirland Vieira: Faculdade de Medicina – UFRGS

João Henrique Godinho Kolling: Serviço de Atenção Primária à Saúde do Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Acadêmicas da Faculdade de Medicina: Elisa Testa Paulino, Julise Arpini Balvedi

A asma é atualmente entendida como uma doença inflamatória crônica das vias respiratórias, observando-se uma prevalência crescente nas últimas décadas em alguns grupos populacionais, como, por exemplo, nos países em desenvolvimento, especialmente entre as

crianças. Em termos de saúde pública, a asma ainda é responsável por taxas de morbidade e mortalidade significativas, acarretando gastos sociais elevados, custos de internações hospitalares, medicamentos, ausências ao trabalho e, sobretudo, sofrimento para o indivíduo doente e seus familiares.

No Brasil, mesmo levando em consideração uma grande diversidade regional, estima-se que existam cerca de 20 milhões de asmáticos entre a população. Números dessa magnitude, por si só, indicam a necessidade de intervenções para minimizar as suas consequências (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA, 2012).

Em função desses dados, têm sido realizados esforços no sentido de elevar o conhecimento e o alerta sobre a doença entre os profissionais de saúde e a população em geral, buscando com isso melhorar as ações de prevenção e manejo adequado do problema. Inúmeros estudos mostram que o acompanhamento clínico adequado da asma permite o controle da doença, com diminuição do número de internações hospitalares, de complicações por essa condição e até a completa ausência de crises. Nos últimos anos, também se acumulam evidências científicas de que as ações educativas com equipe multiprofissional e direcionadas aos pacientes e familiares são estratégias fundamentais para o controle da asma, em todos os níveis de atenção à saúde (FIORI et al., 2012; ANGELINI et al., 2009; GLOBAL INITIATIVE FOR ASTHMA, 2012; DALCIN et al., 2011).

Apesar do tratamento da asma ser altamente eficaz, ele envolve a autonomia e a adesão do paciente ao tratamento, o que inclui, na grande maioria dos casos, o uso adequado dos medicamentos. Esses são aspectos fundamentais da abordagem que passam necessariamente pela educação do paciente e de familiares.

Concomitantemente às questões assistenciais, a discussão sobre a educação médica no Brasil tem sido intensificada nos últimos anos. Desde o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos da área da saúde, em 2001 (e reforçados na versão de 2014), percebe-se um nítido empenho por parte das escolas médicas no sentido da aproximação dos estudantes de medicina a outros cenários de prática de saúde. Esse esforço tem oportunizando, concretamente, o contato com pacientes e a inserção do ensino em Atenção

Primária à Saúde desde os períodos iniciais do curso de graduação (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001).

O Programa de Educação e Assistência em Asma (PEEA) é uma ação de extensão iniciado há quinze anos na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que procura conciliar esses dois eixos (ensino e assistência) juntamente com componentes de pesquisa científica através da utilização – sob a supervisão de professores e de médicos vinculados à rede assistencial – de estudantes para atividades de acompanhamento clínico e educação em saúde de pacientes asmáticos. Inicialmente desenvolvido junto ao ambulatório do Serviço de Pneumologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), migrou, em 2009, em função da aposentadoria da professora que o coordenava, para a Unidade Básica de Saúde (UBS), gerida pelo Serviço de Atenção Primária à Saúde da mesma instituição. Nesse novo ambiente, manteve-se o atendimento gratuito através do Sistema Único de Saúde (SUS), mas agora direcionado apenas à população moradora nos arredores do HCPA, calculada em torno de 40 mil pessoas.

Desde o seu início, o PEEA está embasado fortemente no componente educacional de pacientes e familiares, realizado através de consultas médicas individuais, avaliação do contexto clínico e social do paciente e o estabelecimento de um plano terapêutico e educacional a curto e longo prazo. Todas as informações relacionadas ao Programa são inseridas num banco de dados específico, para permitir o monitoramento das suas ações ao longo do tempo. Além dessas atividades, estão previstas avaliações com profissional da enfermagem, visitas domiciliares e ações periódicas de educação em grupos ou em feiras de saúde na comunidade. O Programa tem contado com bolsas de extensão e um número variável de estudantes voluntários, totalizando de seis a oito estudantes por ano no grupo permanente.

Apesar de aparentemente simples, a assistência ambulatorial a doenças específicas com estudantes de medicina torna-se um processo altamente



Figura 2: Os atendimentos são realizados pelos estudantes.

complexo, pois exige a integração de habilidades, conhecimentos e atitudes do profissional de saúde em formação:

- Conhecimento da asma, em termos fisiopatológicos, terapêuticos, farmacodinâmica dos medicamentos, entendimento do contexto individual, assim como técnicas educacionais.
- Habilidades que envolvem a comunicação com pacientes e familiares.
- Atitudes voltadas à postura profissional de responsabilidade pelo cuidado continuado.

Apesar do potencial da extensão universitária no contexto educacional brasileiro, poucas pesquisas têm conseguido identificar de forma mais precisa a influência da participação em atividades extensionistas como essa na formação dos estudantes (PONTE et al., 2009). O objetivo do presente trabalho é avaliar a percepção do impacto da inserção no Programa de Educação e Assistência em Asma sobre a prática profissional dos médicos participantes.

Avaliando o impacto da extensão na formação médica

Em 2010, foi incluído um item reservado à autoavaliação que os estudantes fazem da sua participação no programa. Como forma de atualizar o cadastro interno, no segundo semestre do mesmo ano foi elaborado um questionário na internet a ser preenchido por todos os ex-participantes. Foi feito um levantamento na base de dados da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul buscando localizar nome e endereço eletrônico de todos os estudantes participantes em anos anteriores.

Adicionalmente, foram buscados os contatos faltantes na Plataforma Lattes do CNPq e em redes sociais na Internet. Cada participante recebeu uma mensagem eletrônica com informações sobre o estudo e com um convite para participação. Ao aceitar o convite, o respondente era direcionado, após ter lido e aceito o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a uma página específica na Internet, onde o questionário era acessado através do site da internet SurveyMonkey®. O questionário, composto por oito perguntas, entre fechadas – com escala Likert – e abertas, abordava questões sobre ano de formatura, realização de residência médica ou especialização e a percepção sobre a contribuição do PEEA na formação profissional de cada participante.

Do total de 92 profissionais que participaram como estudantes de medicina no Programa de Educação e Assistência em Asma, 47 pessoas responderam ao questionário, correspondendo a um retorno de 51%.

Houve participantes com um a 10 anos de formatura, com uma distribuição homogênea no grupo, sendo que 79% dos respondentes tinham concluído ou iriam concluir especialização médica através de programas de residência. Em relação a essa mesma questão, foram citadas 17 especialidades médicas, sendo as mais frequentes a Clínica Médica, com 19%, seguida pela Dermatologia e Pediatria, ambas com 11% das citações cada. Essas respostas



Figura 3: Resultados das atividades de extensão são valorizados pela equipe.

mostram que a experiência oferecida nessa ação de extensão não direciona precocemente o estudante para uma especialidade médica e que, na verdade, pode ser útil numa formação que busca ser generosa ao seu término.

Com relação à pergunta sobre a percepção dos respondentes se a participação no Programa contribuiu para a sua formação profissional, 72% responderam que “concordava totalmente” com essa ideia e 28% “concordava”, totalizando 100% das respostas. Avaliamos que esse resultado não deixa dúvidas sobre o impacto positivo dessas atividades na formação de cada profissional, independentemente da área de especialização escolhida e do tempo de formatura.

A análise das questões abertas permitiu a construção de categorias relacionadas à formação profissional em si, destacando-se as seguintes:

(a) importância do aprendizado individual sobre uma doença prevalente e complexa como a asma;

(b) importância de um contato mais próximo com pacientes e familiares, no sentido de exercer uma

prática médica que valorize a relação médico-paciente de maneira humanizada e realizada de modo longitudinal;

(c) importância do desenvolvimento de habilidades educativas que levem em consideração ações de prevenção de doenças e promoção de saúde direcionadas ao público em geral; e

(d) possibilidade de trabalho em equipe multiprofissional.

Foram frequentes os registros sobre a oportunidade oferecida ao estudante de “sentir-se médico” num período ainda intermediário do curso de medicina, ou seja, atividades que envolvem responsabilização e comprometimento com o seguimento de pacientes. Alguns depoimentos explicitam esse pensamento:

“Sem dúvidas, a minha participação no projeto não só contribuiu para a minha formação profissional como pessoal. Teve influência direta em vários aspectos do meu aprendizado: conhecimento médico, assistência, iniciação em pesquisa, relacionamento com colegas e professores, educação dos pacientes e familiares, etc. Foi um período excepcional da

minha formação, em que comecei a assumir maiores responsabilidades como médico em formação. Além ser um bom exercício de liderança”.

“O estágio contribuiu positivamente na minha formação médica tanto em termos de conhecimento como de prática profissional, de forma pontual em relação à asma, e de forma geral em relação ao “trato” com o paciente”.

“Foi o único momento na faculdade que realmente se trabalha a prevenção de crises, o tratamento adequado e a abordagem correta para o paciente asmático. Além disso, há o vínculo criado com o paciente e a responsabilização do aluno pelo paciente. O Ambulatório da Asma foi o momento da graduação que comecei a sentir o que era ser médica”.

Além disso, foi salientada a importância de inserção do aluno num programa de extensão que permitia integrar atividades assistenciais, formação profissional e de pesquisa num único ambiente universitário.

Um último destaque foi dado à presença da professora criadora do Programa como modelo profissional a ser seguido pelos estudantes. Isto é, houve um reconhecimento à sua dedicação

ao Programa, à sua capacidade de ensinar e à sua busca incansável pelos princípios éticos que norteiam o cuidado dos pacientes, sendo essas características tão importantes quanto o conhecimento técnico propriamente dito.

Conclusões

A partir dos dados apresentados é possível concluir que o Programa de Educação e Assistência em Asma constitui uma atividade de extensão universitária que cumpre plenamente os seus objetivos. A reflexão feita pelos seus ex-participantes permite perceber um impacto altamente positivo dessa ação na formação profissional, independentemente da especialidade médica escolhida. A metodologia de trabalho empregada nessa atividade privilegia ações de formação continuada da equipe, contato direto e continuado de estudantes com o público, com o contexto social mais amplo e exercícios de raciocínio clínico centrado nos pacientes. Assim, permite-se antecipar, num ambiente ainda protegido do meio universitário, uma prática profissional de “ser médico”, com benefícios para pacientes, estudantes e para o próprio sistema de saúde. ◀

Referências

- ANGELINI, L.; ROBLES-RIBEIRO, P.G.; CARVALHO-PINTO, R.M.; RIBEIRO, M.; CUKIER, A.; STELMACH, R. Avaliação de dois anos de um programa educacional para pacientes ambulatoriais adultos com asma. *J Bras. Pneumol.*, v. 35, n.7, p.618-627, jul., 2009.
- BASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina*, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES04.pdf>. Acesso, em 07 de abril de 2013.
- DALCIN, P.T.R.; GRUTCKI, D.M.; LAPORTE, P.P.; DE LIMA, P.B.; VIANA, V.P.; KONZEN, G.L.; MENEGOTTO, S.M.; FONSECA, M.A.; PEREIRA, R.P. Impacto de uma intervenção educacional de curta duração sobre a adesão ao tratamento e controle da asma. *J. Bras. Pneumol.*, v. 37, n. 1, p.19-27, jan./fev., 2011.
- FIORI, N.S.; GONÇALVES, H.; DUMITH, S.C.; CESAR, M.A.D.C.; MENEZES, A.M.B.; MACEDO, S.E.C. Ten-year trends in prevalence of asthma in adults in southern Brazil: comparison of two population-based studies. *Cad. Saúde Pública*, v.28, n.1, p.135-144, jan., 2012.
- GLOBAL INITIATIVE FOR ASTHMA – GINA. *Global Strategy for Asthma Management and Prevention*, 2012. Disponível em: http://www.ginasthma.org/local/uploads/files/GINA_Report_2012Feb13.pdf. Acesso, em 07 de abril de 2013.
- PONTE, C.I.R.V.; TORRES, M.A.R.; MACHADO, C.L.B.; MANFROI, W.C. A extensão universitária na FAMED/UFRGS: cenário de formação profissional. *Rev. Bras. Educ. Médica*, v.33, n.4, p. 527 – 534, 2009.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia para o Manejo da Asma – 2012. *J Bras. Pneumol.*, v. 38, s.1, p. S1-S46, abr., 2012.

Digitalização da revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito

Wagner Silveira Feloniuk: Doutorando em Direito Constitucional - UFRGS

A revista científica Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS passou por um processo de modernização a partir de 2012, e de digitalização, em 2014. Como ocorre com diversas revistas que se mantêm em atividade por muitos anos, a implementação de uma revista digital exige diversas alterações no fluxo e traz desafios (VARELLA; ROESLER,

2012, p. 663-670). O projeto de digitalização dos Cadernos, por meio de ação de extensão, permitiu disponibilizar centenas de trabalhos científicos na internet através de recursos da universidade. É essa experiência que será apresentada e discutida a seguir, mostrando o processo, seus principais desafios e buscando facilitar a sua repetição por parte de outros editores que farão o mesmo processo em seus periódicos.

A revista era publicada sob coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UFRGS desde 2003¹. Até o processo de digitalização em 2012, haviam sido lançados quatorze números. Foram centenas de artigos, além de seções com teses defendidas e publicações de outros documentos relevantes. Um material vasto e com publicações reconhecidas que, até então, estavam acessíveis apenas para quem dispusesse fisicamente da revista.

A partir da introdução da revista no ambiente digital, o sistema de editoração de revistas – SEER, da UFRGS foi adotado como meio principal de desenvolvimento do periódico. Os números impressos continuaram a existir, mas, junto deles, uma publicação virtual de acesso aberto (*open access*) foi idealizada. *Open access* significa acesso amplo, sem registro ou restrições – uma abertura ao público interessado em qualquer local, com a possibilidade de pesquisa na internet pelos *sites* de busca (EUROPEAN, 2008). A restrição da tiragem e das formas de distribuição não seria mais um fator de impedimento para a difusão do material publicado. Concomitante à digitalização, foi adotado o método *double-blind review* para a avaliação dos artigos submetidos (KLEINER; WAGER, 2010, p. 8-10) e cumprimento das diversas normas previstas pela CAPES, referentes aos periódicos da área.

O projeto de digitalização de números anteriores

1. A revista é uma publicação científica organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS. Ela foi virtualizada entre 2012 e 2014, durante a coordenação dos professores José Alcebíades de Oliveira Junior, coordenador, Claudia Lima Marques, coordenadora substituta, Daniel Mitidiero, Cesar Viterbo Matos Santolim e Martha Olivar Jimenez, membros da Comissão do Programa de Pós-Graduação. A equipe da revista, durante o período da digitalização, foi formada pelo Editor-Chefe professor José Alcebíades de Oliveira Junior, Editores-Executivos pós-graduandos Wagner Silveira Feloniuk, Gustavo Castagna Machado, Kenny Sontag e Anatercia Rovani Pilati e pelos bolsistas graduandos Matheus de Moraes Machado e João Luiz Silva Lima. Colaboraram ainda Nariman Marisa Nemmen, Joceli Müller, Ana Luiza Vianna da Silva e Leandro Augusto Nicola de Sampaio. A ação de extensão, sob coordenação do Editor-Chefe, foi executada entre 15 de março e 31 de dezembro de 2014 e foi intitulada “Digitalização da Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS”.

foi iniciado quando a revista alcançara certa estabilidade após o início do uso do sistema SEER. A digitalização consistiu em *scanear* cada página já publicada na revista, fazer uma catalogação criteriosa do conteúdo e republicar virtualmente para que pudesse ser encontrado e utilizado com a mesma facilidade que os números nativamente virtuais.

Metodologia

O método utilizado para executar a digitalização não dependeu de aprofundamento teórico na área da revista. Digitalizar uma revista é um objetivo concreto, que depende de conhecimentos básicos em Biblioteconomia, Informática, Direito, mas durante o processo, depende sobretudo de testar diversas possibilidades até encontrar aquelas que davam os resultados desejados.

Nesse sentido, e para permitir que outros editores com o mesmo objetivo possam se utilizar da experiência, serão apresentados em alíneas os passos utilizados para cumprir o objetivo no prazo desejado. Eles são apresentados na ordem em que teriam sido dados caso houvesse prévio conhecimento dos fatores envolvidos no processo de digitalização, e foram utilizados nesse formato durante a metade final do processo. São eles:

a) digitalização das páginas: o processo foi feito predominantemente com *scanner* avulso, que era alimentado automaticamente com uma revista que fora previamente cortada em sua lombada e seria depois encadernada. A revista era transformada em uma pilha de folhas separadas, retirada a capa, e era automaticamente *scaneada*. O processo realizado dessa forma garante páginas melhores e diminui os riscos de falhas humanas, como esquecimento de digitalização de uma folha ou posicionamentos inadequados. Algumas revistas mais antigas e raras, no entanto, não possuíam nenhuma cópia disponível para essa finalidade – essas precisaram ser digitalizadas em um scanner de mesa, tomando cuidado e com

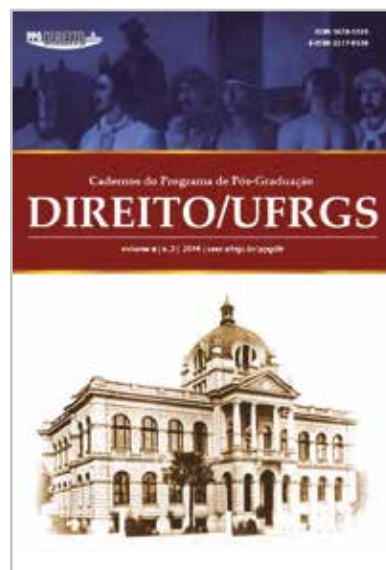


Figura 2: Primeiro número publicado, março de 2003.

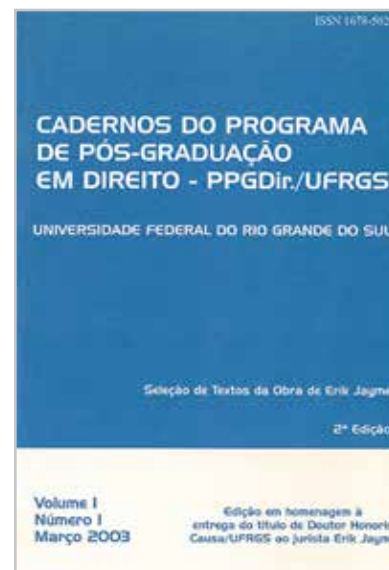


Figura 3: Último número publicado antes digitalização, 2007.



Figura 4: Header da revista digitalizada, projeto elaborado pela Gráfica da UFRGS.

revisão individual de cada página. O processo resulta em um arquivo de texto único, em formato *pdf*, para cada número da revista.

b) digitalização de capas coloridas: as capas foram digitalizadas em *scanner* de mesa e em alta resolução. Antes do processo, elas foram manualmente limpas e quando havia diversas disponíveis, aquela com menos sinais de envelhecimento foi utilizada. O resultado dessa forma de digitalização é uma imagem colorida de grande dimensão. Cada imagem foi depois melhorada: as bordas com imperfeições foram corrigidas e o tamanho foi adaptado para ser inserido adequadamente no site e ter um tamanho assemelhado à capa original.

c) divisão da revista em trabalhos e artigos: é a separação de cada elemento da revista em arquivos *pdf* separados. O processo de divisão dos números digitalizados em artigos, documentos e outros elementos é lento e precisa ser feito manualmente, mas ele garantirá que ao final do processo as revistas sejam compostas por artigos separados e encontrados com facilidade. É preciso verificar o início e fim de cada página e depois utilizar um editor de *pdf* para separar

cada elemento. Os sumários podem conter erros e ainda há seções de apenas uma página (resumos de teses) ou divisões internas que não podem ser inseridas no sistema SEER. O processo de divisão depende de planejamento e estudo das estruturas de cada número da revista para a detecção de peculiaridades e uma tomada de decisão coerente com decisões anteriores.

d) uso de reconhecimento ótico de caracteres (ORC): após a separação de cada trabalho, foi utilizado o recurso de reconhecimento do texto. Isso permite que os artigos sejam “procuráveis”, ou seja, passíveis de busca automática do seu conteúdo pelos leitores. O processo tem maior sucesso quando a análise ocorre configurada para o idioma do texto, esse é um fator relevante em revistas científicas com trabalhos em diversos idiomas e o motivo pelo qual o reconhecimento é feito após a divisão em trabalhos e artigos, e não no arquivo integral do número.

e) correções nas páginas: o processo de digitalização e defeitos físicos nas páginas geram diversos problemas. Há recursos automáticos que podem ser utilizados para apagar traços e pontos em recuos, retificar as páginas e diminuir

o tamanho do arquivo. Esses recursos foram aplicados a cada arquivo. Essas aplicações devem ser feitas depois do reconhecimento de caracteres, pois apesar da melhoria visual, elas normalmente diminuem o sucesso do reconhecimento de textos.

f) inserção de arquivos e metadados no SEER: cada trabalho desmembrado é inserido individualmente e manualmente no sistema SEER. É inserido com o arquivo, o título, autor(a)(s) e palavras-chave.

g) Revisão e Publicação: uma vez inseridos todos os elementos, uma revisão por alguém não envolvido nos passos anteriores foi realizada e o número digitalizado foi publicado.

Com esse método, as revistas foram digitalizadas com sucesso.

Desafios

Os passos acima foram seguidos e houve sucesso na digitalização de todos os números. Mais de 400 trabalhos foram disponibilizados e, por meio do SEER, podem ser agora encontrados nos principais *sites* de busca por seus títulos ou autores. O processo, apesar de intuitivo, foi se fixando naqueles passos na medida em que as necessidades específicas do processo e do resultado final que seria alcançado ficaram claros. A decisão por digitalizar capas em alta qualidade, dar atenção grande às palavras-chave ou pesquisar processos automáticos de correção de páginas em *pdf*, por exemplo, só foram adotados depois da digitalização de alguns números, gerando a necessidade de correções posteriores.

Os principais desafios na digitalização foram o cumprimento dos prazos e o sucesso na realização dos passos c e f. A questão dos prazos foi resolvida com a criação de uma tabela de prazos máximos. Independentemente da dimensão da revista a ser digitalizada, foi dado um espaço de

quinze dias entre cada publicação – durante o processo não houve nenhum atraso, apesar de as revistas variarem entre as 100 e as 700 páginas.

O passo c, de divisão dos trabalhos em arquivos separados, demanda cuidados e diversas revisões dos arquivos. Durante o passo foram tomadas decisões sobre como viabilizar o trabalho e ter um resultado final melhor, por exemplo, mantendo a parte inicial da revista como uma única seção, que englobava sumário, prefácio e outros elementos introdutórios eventuais e muito diversificados. Outra decisão foi ter uma seção única com todas as defesas de dissertações e teses em cada número. Os sumários costumam ser uma ajuda importante nesse passo, mas há situações em que eles não contém todos os elementos existentes na revista e, mais raramente, trazem uma informação incorreta. Na medida em que o processo de digitalização avançou, cada vez mais a divisão dos trabalhos deixou de ter por base os sumários para se fixar no estudo direto das páginas da revista. Os sumários passaram a ser utilizados como elemento que determinava a ordem e as divisões a serem criadas no SEER, e não como um guia de informação para os editores. As decisões sobre o método de separação, mesmo as pontuais, precisam ser discutidas e informadas a todos os envolvidos para que sejam repetidas nos números seguintes e sirvam de modelo para sanar outros problemas.

A inserção de arquivos e metadados no sistema digital, o passo f, é o mais longo do processo e é propenso a erros de digitação. Houve, ainda que raramente, a necessidade de buscar os dados de autores pelas mudanças de estilo na publicação – houve casos em que autores tiveram apenas o último nome publicado por inteiro (por exemplo, como ocorria com o autor inglês H. L. A. Hart) e outros casos em que o autor tivera a discricionariedade de publicar ou não todos os seus nomes ou iniciais. Inserir os dados foi o passo mais longo do processo de digitalização – ele consome ao menos quatro quintos do

tempo dispendido no processo. No entanto, é o passo que tem impacto mais relevante nas futuras buscas por títulos e nomes. A divisão permite que a revista não seja disponibilizada como um bloco único, que não apresenta dados específicos para *sites* de busca e que normalmente só seria acessado por alguém que já tivesse encontrado por outra fonte o trabalho exato a ser buscado.

As palavras-chave foram, dentro da inserção dos metadados, o elemento que mais demandou atenção. Textos antigos muitas vezes não possuem qualquer palavra-chave e havia interesse editorial em situar todos os trabalhos nas áreas do Direito em que se enquadravam, para melhorar a busca futura pelos leitores e utilizar o recurso “nuvem de palavras” do SEER. Essa inserção precisou ser algumas vezes refeita, especialmente para padronizar inserções em áreas e assuntos – um exemplo foi retomar todos os artigos que envolviam o Mercosul para lhes dar essa palavra-chave, pois era um diferencial na publicação da revista. As palavras-chave, preferencialmente, devem ser feitas por editores familiarizados com a área específica do trabalho e sofrerem críticas de revisores para que novas palavras sejam acrescentadas. A falta de conhecimento sobre o tema gera a tendência de associar trabalhos com áreas amplas, e de menos utilidade para pesquisadores, como Direito Público ou Direito Privado.

Os principais desafios enfrentados foram os narrados acima. Diversos outros foram superados, mas na maior parte das oportunidades, as questões eram pontuais e podiam ser resolvidas em pouco tempo.

Resultados

Estão disponíveis no site da revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS todos os números publicados durante o período impresso da revista. São quatorze números e mais de quatro centenas de trabalhos disponíveis no seguinte endereço: <<http://seer.ufrgs.br/ppgdir>>

O processo de digitalização de uma revista demanda tempo e colaboração. Encontrar revistas que pudessem passar pelo processo de digitalização demandou apoio de diversos professores, servidores e alunos da Faculdade de Direito e em especial da Biblioteca da Faculdade. O apoio dos bolsistas, cumprindo os prazos estabelecidos e dos editores envolvidos nas revisões também foi essencial para que o trabalho fosse concluído no prazo inicialmente estabelecido e cumprindo as metas de qualidade.

O Projeto de Extensão serviu para prestar um serviço à comunidade. Agora os artigos podem ser acessados em qualquer local e encontrá-los deixou de depender de uma biblioteca com números disponíveis e sumários de boa qualidade – as centenas de trabalhos podem ser encontrados com grande facilidade por *sites* de busca. O trabalho não é muito visível uma vez que esteja concluído, mas a iniciativa, amplia as possibilidades de estudo e pesquisa qualificada e gratuita nos Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS. ◀

Referências

- EUROPEAN Commission. **Open Access**. Opportunities and Challenges. Bruxelas: European Commission, 2008.
- KLEINER, Sabine; WAGER, Elizabeth. Responsible research publication. International standards for editors. In: Mayer T. & Steneck N. **Promoting Research Integrity in a Global Environment**. Singapura: Imperial College Press; World Scientific Publishing, 2010.
- VARELLA, Marcelo Dias; ROESLER, Claudia. Dificuldades de avaliação de publicações na área de Direito. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 18, p. 663-701, 2012.



Figura 1: Espaçador artesanal 02 (frasco plástico 200 ml adaptado com máscara)

Desenvolvimento de espaçadores de baixo custo para Inaloterapia em parceria público-privada

Leila Beltrami Moreira: Instituto de Ciências Básicas da Saúde – UFRGS
Maria Angélica Pires Ferreira: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Acadêmicos de Medicina: Patrícia Miorelli, Jesiel Ballerini

Asma e doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) são doenças respiratórias crônicas que apresentam alta prevalência na população e se constituem em importante causa de morbidade e utilização de recursos em saúde no Brasil. [MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013]

Medicamentos com ação antiinflamatória e broncodilatadora se constituem na base do tratamento farmacológico da asma e da DPOC, sendo preferencialmente usados por via inalatória. Apesar de atualmente estarem disponíveis no mercado vários tipos de dispositivos inalatórios dosimetrados (DID) comprovadamente efetivos,

a nebulização ainda é o método mais amplamente utilizado no nosso meio. Os nebulímetros ou aerossóis dosimetrados (ND), especificamente, podem ser mais custo-efetivos que a nebulização mesmo no tratamento de crises. Seu uso adequado, entretanto, geralmente depende da adoção de espaçadores ou aerocâmaras.

O presente trabalho, resultado de ação de extensão, tem por objetivo relatar a experiência do Grupo de Orientação e Treinamento em Terapia Inalatória (GOTTI) no desenvolvimento de alternativas efetivas para aumentar a adoção de espaçadores na inaloterapia das doenças respiratórias crônicas. São apresentadas técnicas de confecção de espaçadores artesanais passíveis de utilização em contextos assistenciais com escassez de recursos, bem como uma modelo de espaçador industrial de baixo custo, desenvolvido por meio de parceria público-privada.

Fundamentação teórico-metodológica

A nebulização é o método mais difundido e amplamente utilizado para a inaloterapia das doenças respiratórias crônicas. Entretanto, a sua efetividade clínica é limitada por questões como a dependência de fonte de energia e os gastos associados, a falta de portabilidade, baixa tolerabilidade em crianças e potencial para contaminação por fungos e bactérias, levando a risco de disseminação de infecções. Atualmente, além da nebulização, há uma grande variedade de dispositivos inalatórios dosimetrados no mercado, sendo que, destes, o aerossol ou nebulímetro dosimetrado é o mais comumente utilizado. Entretanto, apesar de seu uso disseminado, o uso inadequado dos DID constitui uma importante causa de falha terapêutica. Especificamente no caso do ND, além de problemas na execução da técnica inalatória, incluindo falta de coordenação entre o disparo e a inspiração, identifica-se a falta de uso de aerocâmaras ou espaçadores, os quais são recomendados como dispositivos auxiliares para administração por

este método, especialmente em crianças ou em adultos incapazes de executar a técnica inalatória correta sem aerocâmara/espaçador. Aerocâmaras valvuladas, bem como espaçadores não valvulados, além de minimizar o problema de coordenação, aumentam a deposição pulmonar do fármaco e reduzem a deposição na orofaringe, aumentando a efetividade da terapêutica (JANSSENS et al., p. 83-85, 2006; DOLOVICH et al., p. 335-71, 2005). Os ND são o dispositivo de escolha para a terapia de manutenção de asma, em crianças com menos de seis anos. Nessa faixa etária o uso de espaçadores com máscara é necessário para a adequada execução do método.

Além da utilidade no tratamento de manutenção em pacientes clinicamente estáveis, os nebulímetros dosimetrados podem ser empregados no tratamento de crises, inclusive em nível hospitalar. Há estudos demonstrando que o uso de broncodilatadores administrados por ND acoplado a aerocâmara valvulada ou a espaçador não valvulado tem eficácia semelhante ao do tratamento com nebulização no tratamento da asma aguda não grave em crianças, com potencial para redução de custos quando empregadas aerocâmaras reutilizáveis (ZAR et al., 1999, p. 979-982; IDRIS et al., 1993, p. 665-672; FRANCISCATTO et al., 2002, p. 11-17; RODRIGO et al., 1993, p. 797-808).

Entretanto, apesar de evidências de eficácia e efetividade, a carência de aerocâmaras ou espaçadores industriais limita o uso de ND, levando ao uso de nebulização mesmo em situações onde o uso de ND seria mais efetivo. Outro problema é a dificuldade para reutilização de aerocâmaras industriais, as quais são geralmente comercializadas para uso individual.

O alto custo e a falta de acesso a aerocâmaras, valvuladas ou não, têm limitado a sua utilização na assistência, principalmente em países em desenvolvimento (ZAR et al., 1999, p. 979-982; RODRIGO et al., 1993, p. 797-808;



Figura 2: Espaçador artesanal 01: orifício para inserção do nebulímetro (à esquerda) e furador (à direita).

FRANCISCATTO et al., 2002, p. 11-17; RODRIGUEZ-MARTINEZ, 2008). Em 2014, o custo médio de aquisição das aerocâmaras industriais pediátricas (volume 250 ml) no HCPA foi de R\$ 49,00. Assim, buscam-se soluções que possibilitem alternativas à nebulização e que levem a melhora da qualidade da terapia inalatória, principalmente em crianças.

Espaçadores artesanais como os confeccionados a partir de garrafas plásticas são uma alternativa com efetividade demonstrada em estudos clínicos. Entretanto, são empregados de forma variável em diferentes instituições de saúde no Brasil e em países em desenvolvimento, sendo a dificuldade de confecção um dos principais motivos da baixa utilização (ZAR et al., 1999, p. 979-982; RODRIGUEZ-MARTINEZ et al., 2008).

O trabalho do GOTTI teve início em 2008, com a aprovação de projeto de desenvolvimento ao Comitê de Ética em Pesquisa em Saúde. O grupo foi constituído por médico pneumologista, farmacêuticos e alunos de graduação de Medicina, Farmácia e Enfermagem.

Após a constituição do grupo, foi estabelecida rotina sistematizada de identificação e acompanhamento de pacientes adultos internados nas

enfermarias clínicas e cirúrgicas que estavam em uso de DID. Avaliação e orientação da técnica inalatória passou a ser realizada por meio de *check-list* padronizado. Estudo transversal mostrou que o DID mais usado nas unidades avaliadas pelo grupo era o ND (83,3%), seguido de *aeroliser*® (46%), sendo ambos usados concomitantemente em 29% dos casos. Nebulização foi usada concomitantemente com algum DID em 25 casos (46,2%). Além de erros na execução da técnica inalatória, a falta de aerocâmaras, principalmente entre adultos internados em enfermarias clínicas e cirúrgicas, foi identificada como um problema prioritário a ser abordado pelo grupo.

Com vistas a atender a demanda assistencial por aerocâmaras, bem como possibilitar o treinamento de equipes assistenciais, foi realizada inicialmente a compra de aerocâmaras para adultos (Flumax®). Durante cerca de seis meses essas aerocâmaras foram utilizadas na assistência. Após esse período seu uso foi abandonado, devido a problemas de aquisição e dificuldades para a esterilização e reutilização. A partir daí, considerando-se o elevado custo das alternativas disponíveis no mercado e o consequente impacto orçamentário da sua adoção, optou-se então pela utilização de espaçadores artesanais.

Resultados

A confecção do primeiro espaçador artesanal utilizado pelo grupo baseou-se em recomendações da literatura, tendo sido usadas garrafas de água mineral plásticas (poliestireno-PET) de 500 ml. Para possibilitar a obtenção do orifício no fundo da garrafa, foi confeccionado, com o apoio do Serviço de Manutenção do HCPA, um furador metálico com cabo de madeira, construído a partir do molde do bocal do nebulímetro; ao ser aquecido e entrar em contato com a garrafa, o furador moldava a abertura para que o dispositivo inalatório fosse encaixado. O furador foi confeccionado em dois tamanhos, a fim de atender às dimensões dos bocais dos tipos de ND mais frequentemente utilizados na assistência (figura 2).

Espaçador artesanal modelo 02

Observando-se aceitação variável dos pacientes à garrafa PET, bem como questionamentos de membros das equipes assistenciais em relação à efetividade da mesma, buscou-se uma alternativa entre os frascos plásticos adquiridos pelo hospital para uso na farmácia semi-industrial. Nessa fase foi então adotado um frasco com volume de 200 ml, com poucas ranhuras internas, de plástico atóxico e semi-transparente (figura 1). O orifício para encaixe do nebulímetro era obtido por meio do furador previamente descrito. O bocal era então cortado, possibilitando que fossem acopladas máscaras de silicone ou de plástico excedentes de kits de nebulização, entre outros. Essas máscaras viriam a ser desprezadas, o que significou reaproveitamento de recursos.

Espaçador industrial

Com o intuito de aperfeiçoar o espaçador, mantendo-se a ideia de uma tecnologia de baixo custo, foi realizado contato com o fabricante do frasco plástico que vinha sendo então utilizado. A fábrica (Zandei Indústria de Plásticos Ltda, CNPJ - 92.833.046/0001-57) apresentou um projeto (desenho técnico) de espaçador plástico no qual vinham trabalhando previamente. O projeto foi considerado tecnicamente inadequado por

questões aerodinâmicas, uma vez que o desenho previa um estreitamento do corpo do espaçador, cujo objetivo era torná-lo mais ergonômico. A partir de análise da literatura e conhecimentos oriundos da prática assistencial, foram definidas especificações mínimas, incluindo volume, formato, dimensão de bocal, possibilidade de acoplar máscara, orifício de encaixe para dispositivos disponíveis no mercado e tipo de material (plástico atóxico de superfície lisa e reciclável). Esses dados levaram à elaboração de um protótipo pela empresa. A análise técnica do produto por parte de pneumologista membro do GOTTI levou a posteriores ajustes, basicamente na largura do bocal com vistas a adaptar máscara de silicone, bem como no formato de encaixe, objetivando melhor adaptação aos dispositivos disponíveis no mercado.

O produto final é um espaçador industrial plástico não valvulado sem máscara, confeccionado em polietileno verde fornecido pela Braskem, vindo de fonte renovável (cana de açúcar), de uso individual, reutilizável pelo paciente e 100% reciclável no momento do descarte. Projetado em parceria entre a indústria e a universidade por meio de projeto de desenvolvimento local e projeto de extensão universitária, tem um custo de mercado estimado em torno de R\$ 1,00. O produto está no momento em fase de registro no Ministério da Saúde. Considerando-se questões de comercialização e aplicabilidade assistencial,



Figura 3: Espaçador industrial

decidiu-se conjuntamente com o fabricante que o volume do espaçador a ser produzido em escala seria de 250 ml, ao menos em uma fase inicial do projeto. O produto está em fase de registro no Ministério da Saúde, sendo a empresa detentora de patente.

Seu uso está sendo implementado e avaliado no contexto assistencial no HCPA como parte de projeto de desenvolvimento, prevendo-se que seja introduzido no mercado em breve.

Considerações

Problemas com a terapia inalatória são causa significativa de insucesso terapêutico no tratamento de doenças respiratórias crônicas. No Brasil, um dos problemas mais relevantes é a falta de acesso a aerocâmaras ou espaçadores industriais. Assim, iniciativas voltadas para sanar essas dificuldades são necessárias, com vistas a aumentar a qualidade da assistência e melhorar desfechos clínicos.

Além de apresentar um método relativamente fácil e reprodutível de confeccionar espaçadores artesanais a partir de frascos plásticos, o presente trabalho relata o processo de concepção e desenvolvimento de uma alternativa de espaçador industrial de baixo custo com tecnologia “verde”. Essas alternativas têm potencial para melhorar a eficiência do atendimento a doentes respiratórios, especialmente crianças, em contextos onde há carência de recursos financeiros.

O projeto conta com bolsistas de extensão universitária, os quais atuam na educação para a saúde, além de participar efetivamente na confecção das tecnologias desenvolvidas. Com base nesta experiência podemos concluir que a atividade de extensão universitária na área de saúde é de proveito relevante para a sociedade em termos de inovação científica e tecnológica, bem como que, por meio de parceria entre indústria e universidade, é possível desenvolver tecnologias que possam contribuir para a sustentabilidade do sistema de saúde. ◀

Referências

- DOLOVICH, M. B.; AHRENS, R. C.; HESS, D. R.; ANDERSON, P.; DHAND, R.; RAU, J. L.; SMALDONE, G. C.; GUYATT, G. **Device selection and outcomes of aerosol therapy: evidence-based guidelines: American College of Chest Physicians/ American College of Asthma, Allergy, and Immunology.** *Chest*, 127 (1): 335-71, jan. 2005.
- FRANCISCATTO, E.; KANG, S.; PIOVESAN, D. M.; INNOCENTE, C.; KROST, D.; HOFFMANN, C.; FERNANDES, A. K.; MALLMANN, F.; DALCIN, P. de T. R. Estudo de custos comparando dois métodos de administrar o aerossol broncodilatador no tratamento da asma aguda na sala de emergência: nebulização intermitente com fluxo de ar comprimido versus spray acoplado a espaçador valvulado. **Revista HCPA.** Porto Alegre, 22 (2): 11-17, 2002.
- IDRIS, A. H.; MCDERMOTT, M. F.; RAUCCI, J. C.; MORRABEL, A.; MCGORRAY, S.; HENDELES, L. Emergency department treatment of severe asthma. Metered-dose inhaler plus holding chamber is equivalent in effectiveness to nebulizer. *Chest*; 103 (3): 665-672, 1993.
- JANSSENS, H. M.; TIDDENS, H. A.W.M.; Aerosol therapy: The special needs of young children. **Pediatric Respiratory Reviews.** (7): 83-85, 2006.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASIL. **Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – Asma.** 2013. Disponível em: <http://u.saude.gov.br/images/pdf/2014/abril/02/pcdt-asma-livro-2013.pdf>.
- RODRIGO, G.; RODRIGO C. Comparison of salbutamol delivered by nebulizer or metered-dose inhaler with a pear-shaped spacer in acute asthma. **Current Therapeutic Research.** 54 (6): 797-808, 1993.
- RODRIGUEZ-MARTINEZ, C. E.; SOSSA, M.; LOZANO, J. M. **Commercial versus home-made spacers in delivering bronchodilator therapy for acute therapy in children.** The Cochrane Library. 2008 (2).
- ZAR, H. J.; BROWN, G.; DONSON, H.; BRATHWAITE, N.; MANN, M. D.; WEINBERG, E. G. Home-made spacers for bronchodilator therapy in children with acute asthma: a randomised trial. **The Lancet.** Vol. 354, 979-982, 1999.



0 que fazer até o SAMU chegar!

Sabrina Lacerda: Socorrista do Serviço Móvel, Atendimento de Urgência de Alvorada - RS
 Fabiana Floriano: Técnica de Enfermagem do Centro de Material e Esterilização do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre - RS
 Carmen Lunardi: Enfermeira da Unidade Básica de Saúde 1º de Maio
 Érica Duarte: Escola de Enfermagem - UFRGS

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, a atenção primária à saúde deve ser parte integral dos sistemas de saúde e o melhor enfoque para produzir uma melhoria sustentável e equitativa na saúde dos povos das Américas (MELO; SILVA, 2011).

Em 2002, a Portaria n.º 2048/GM foi elaborada entendendo que a área de Urgência e Emergência era um importante componente para a assistência à

saúde na busca de auxiliar um cenário que mostrava o aumento de acidentes e da violência urbana, confrontada com a insuficiência da estrutura da rede assistencial e a sobrecarga dos serviços que realizavam esse atendimento. Tem-se visto esforços dos governos federal, estaduais e municipais em implantações de sistemas integrados para o atendimento da rede assistência pré-hospitalar, entendendo a necessidade de sistematizar serviços intermediário, em complexidade que garantam cuidados imediatos

e resolutivos para a sociedade em todos os cenários de vida. Entretanto, ainda são necessários muitos movimentos, ações e atos interligados para a sua efetivação. A integração entre serviços e educação, buscando resgatar o processo de educação permanente para o desenvolvimento dos profissionais e sociedade, pode provocar impactos visíveis na atenção à saúde e nos níveis de atuação.

A portaria, citada anteriormente, busca consolidar os Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência aperfeiçoando as normas já existentes e ampliando o seu escopo que passa pelo envolvimento de toda a rede assistencial, desde a rede pré-hospitalar (unidades básicas de saúde, programa de saúde da família, ambulatórios especializados, serviços de diagnóstico e terapias, unidades não hospitalares, serviços de atendimento pré-hospitalar móvel, resgate, ambulâncias do setor privado, etc.) passando por serviços especializados até a rede hospitalar de alta complexidade, capacitando e responsabilizando cada um destes componentes pela atenção a determinada parcela da demanda de urgência, respeitados os limites de sua complexidade.

O Serviço de atendimento pré-hospitalar móvel deve contar com a retaguarda da rede de serviços de saúde de fácil acesso ao público, por via telefônica e estes devem ser amplamente divulgados à comunidade, são eles: o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência/SAMU (192), a Polícia Militar (190) e o Corpo de Bombeiros (193).

O Ministério da Saúde (MS) define Emergência como a constatação médica de condições de agravo à saúde que impliquem sofrimento intenso ou risco iminente de morte, exigindo tratamento médico imediato, a Urgência é a ocorrência imprevista de agravo à saúde como ou sem risco potencial a vida, cujo portador necessita de assistência médica imediata (BRASIL, 2014).

Diante desse cenário uma aluna do Curso de Bacharelado em Enfermagem, e técnica de enfermagem, na época, de uma unidade de Serviço

de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), da região metropolitana de Porto Alegre, tinha como um sonho de vida desenvolver um projeto para profissionais da rede básica, no atendimento a pessoas em situações de risco de vida até a chegada do SAMU.

O projeto foi idealizado, inicialmente, pensando em atender a equipe de enfermagem da unidade composta por enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, médicos, cirurgiões dentistas, auxiliares administrativos, técnico em higiene bucal, porteiro e profissional de higienização. A proposta do Projeto foi levada a Coordenação da Unidade Básica de Saúde que discutiu com o grupo na reunião de equipe sobre as ações. Entretanto, a relevância da proposta era a possibilidade da comunidade acadêmica contribuir, através desta atividade, na ampliação e utilização adequada dos recursos disponíveis na comunidade para o atendimento de urgência e emergência tendo como finalidade reduzir as sequelas a pessoas vítimas de violência por traumas ou complicações clínicas de situações agudizadas de saúde.

Contribuição do estágio curricular e atividades de Extensão da UFRGS

As atividades que serão descritas abaixo foram realizadas como parte das atividades do Estágio Curricular II – Rede Básica, que foram ampliadas através do projeto de extensão de abrangência e carga horária que ultrapassavam as horas do estágio.

O estágio curricular é um momento importante na formação acadêmica, sendo a etapa do curso que proporciona ao aluno reflexões sobre a prática profissional junto ao serviço e dentro do ambiente de trabalho efetivo.

A Resolução CNE/CES N.º 3, de 7 DE NOVEMBRO DE 2001, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, no Artigo 8º, aponta que o curso

deverá contemplar atividades complementares e as instituições de ensino superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins (BRASIL, 2001).

A grade curricular da Escola de Enfermagem da UFRGS possui três estágios curriculares, sendo um deles realizados totalmente na rede de atenção básica, onde o aluno tem a oportunidade de desenvolver atividades em unidades de saúde nos Distritos Glória/Cruzeiro/Cristal (DGCC) e Centro, da Secretaria Municipal de Porto Alegre.

No que se refere a programas, projetos e atividades de extensão a UFRGS tem a Decisão nº 266/2012, do Conselho Universitário, que propõe que a Política de Extensão da universidade deve buscar a interação com a sociedade, incluindo o atendimento às demandas sociais e às ações de produção e difusão cultural e tecnológica; a manutenção do compromisso com os direitos humanos, respeitando as diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros. As ações de extensão universitária são um processo acadêmico importante na formação do aluno em nível de graduação e pós-graduação, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade; a promoção nas relações dos setores da Universidade e da Sociedade; visando ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis; e ampliar o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social do país.

Com um currículo novo implantado a partir de 2013, a Escola de Enfermagem tem propiciado atividades que possibilitam a autonomia dos alunos e sua integração com a sociedade alvo de sua formação. O projeto de extensão “O QUE FAZER ENQUANTO O SAMU CHEGAR”, se insere nesta perspectiva de mudanças propostas pela UFRGS.

Motivação para o projeto

A trajetória de uma das acadêmicas, como técnica de enfermagem, na assistência ao paciente crítico, fez com que ela buscasse relacionar sua experiência profissional com as atividades do Estágio Curricular - Rede da Atenção Básica. O Estágio acontece no último semestre do curso e complementa os conhecimentos já adquiridos nas práticas assistenciais durante as disciplinas de Saúde Coletiva I e II.

Assim nascia o Projeto “O que fazer até o SAMU chegar!”, uma ação que teve como objetivo inicial criar momentos de discussão e reflexão sobre o atendimento as urgências e emergências na Atenção Básica direcionada a profissionais da saúde.

Esta narrativa buscará apresentar as atividades realizadas por um grupo de alunos e professor no desenvolvimento do projeto.

Elaboração do projeto

As Portarias de nº. 2048/2002 e nº. 648/2006, descrevem as Unidades Básicas de Saúde como unidades de atendimento pré-hospitalar fixo e estabelecem como característica dos seus processos de trabalho, neste nível de atenção, a realização do primeiro atendimento às urgências médicas e odontológicas (BRASIL, 2002).

A partir das políticas explicitadas, de sonhos e das experiências profissionais das alunas juntamente com a necessidade de realizar o estágio curricular na rede básica, iniciou-se a elaboração do projeto que foi tomando forma e se ampliando à medida que nos aproximávamos dos profissionais e dos locais do estágio.

A proposta foi apresentada à coordenadora da Unidade Básica de Saúde 1º de Maio, que também era supervisora de estágio da aluna. Inicialmente, seria uma atividade de educação em saúde só



Figura 2: Treinamento sobre Parada Cardíaca na UBS.
Foto: Carlos Luz



Figura 3: Treinamento sobre Desobstrução de vias aéreas.
Foto: Carlos Luz

para a equipe, entretanto a coordenadora sugeriu que fosse ampliado para a comunidade da área de abrangência da unidade, e que fosse apresentado na reunião do Conselho de Saúde Local. O projeto foi bem aceito pelos funcionários que auxiliaram na apresentação da reunião do conselho local de saúde que aprovou além de ficarem entusiasmados com a proposta.

A ampliação da proposta para os usuários surgiu a partir do entendimento das autoras do projeto e da coordenadora da unidade de saúde. Elas

entenderam que a saúde de uma comunidade não se faz apenas com profissionais da área, mas sim com a participação direta da sociedade.

Apresentação ao conselho local de saúde - CLS

A apresentação e pactuação do projeto junto à comunidade e seus líderes comunitários foi realizada durante a reunião mensal do CLS. Os representantes da comunidade sugeriram os locais de maior necessidade para a realização das oficinas de primeiros-socorros. Esse olhar onde a comunidade assume ser um ente pensante nas ações de saúde, onde os trabalhadores das instituições de saúde precisam favorecer aos usuários em momentos de pensar seu contexto social e cultural durante as práticas clínicas individuais e coletivas (CAMPOS, 2003).

Para a organização do projeto foi realizado a territorialização, processo de ambientação e reconhecimento da área de abrangência da Unidade de Saúde, que é importante para o reconhecimento do ambiente onde seriam realizadas as atividades. Essa etapa foi acordada na reunião e sempre apoiada e acompanhada pelo pessoal da unidade de saúde e pelos líderes comunitários.

Com a ampliação do público-alvo inicial e a organização do território, os objetivos propostos foram ampliados e ficaram dessa forma:

- 1) Capacitar os profissionais de saúde para identificar e atender situações de urgência e emergência de sua comunidade, utilizando protocolos e recursos disponíveis em sua unidade, buscando prevenir falhas evitáveis e diminuir a morbimortalidade relacionada a essas situações;
- 2) Instruir os educandos para identificar situações de urgência e emergência para prestar os primeiros atendimentos até a chegada do SAMU e/ou Brigada Militar e/ou Bombeiros;
- 3) Instruir a comunidade a identificar situações

de urgência e emergência e prestar os primeiros atendimentos até a chegada do SAMU e/ou Brigada Militar e/ou Bombeiros;

4) Informar à comunidade sobre o funcionamento dos Serviços de Emergência buscando evitar as chamadas indevidas e os trotes.

Todos os profissionais da UBS 1º de Maio e a comunidade de sua área de abrangência, com ênfase nos alunos e professores das escolas fundamentais, foram envolvidos na ação de extensão.

Eixos do projeto e atividades executadas

O projeto foi alicerçado em três eixos que foram sendo desenvolvidos e ampliados a medida que as atividades eram realizadas e avaliadas pelo grupo alvo da ação. Os eixos foram: educação em serviço, educação na escola, simulação de situações de agravos e oficina de primeiros-socorros para comunidade.

As ações, oficinas e intervenções realizadas abrangeram 483 pessoas sendo 374 alunos do ensino fundamental, 58 educadores do ensino fundamental e ensino infantil. Pela equipe da unidade participaram 15 profissionais de enfermagem (3 enfermeiros, 12 auxiliares e técnicos de enfermagem), 6 médicos, 3 cirurgiões dentistas, 3 auxiliares administrativos, 2 técnicos em higiene dental, 1 porteiro e 1 profissional da higienização, além de 20 pessoas da comunidade.

As atividades foram realizadas durante quatro meses e se desenvolveram com agendas e combinações entre acadêmicas, equipe e comunidade.

1º Educação em serviço - os temas das capacitações eram escolhidos em grupo durante as reuniões de enfermagem. Juntamente com a Equipe de Enfermagem foram discutidos os seguintes temas sugeridos por eles: parada cardiorrespiratória, diabetes mellitus, obstrução de vias aéreas, crise convulsiva. Entretanto, numa

reunião geral de equipe quando apresentávamos o projeto aos outros profissionais da unidade de saúde, um médico pediu que no encontro do mês seguinte fosse discutido o Acidente Vascular Cerebral e como funcionava o Protocolo Federal do AVC.

2º Educação na escola - oficinas de primeiros-socorros para professores da educação infantil e ensino fundamental das séries iniciais, totalizando 30 educadores da comunidade habilitados a cuidar melhor de suas crianças.

3º Simulação de situação de incêndio – realizado na escola para séries iniciais. A simulação contou com ajuda de 22 acadêmicos da enfermagem que atuaram como coadjuvantes, para proporcionar a segurança das crianças na atividade. Para a realização do exercício foi acionado a presença dos serviços de emergência: Bombeiros, SAMU e Empresa Pública Transporte e Circulação. Participaram ao todo 300 crianças, 12 professores e 4 funcionários. Cabe ressaltar a participação dos pais e responsáveis durante o preparo do simulado do “evento” como era chamado por eles.

4º Oficina de primeiros-socorros na comunidade - atividade divulgada na área de abrangência da UBS, foi realizada em local indicado pelos líderes comunitários. A oficina foi realizada num sábado e contou com a presença de 20 pessoas.

Considerações finais

Para as alunas, professora orientadora e enfermeira supervisora a educação em saúde se mostrou como uma ferramenta chave no processo de trabalho dos profissionais de saúde. Os processos educativos são os mais importantes, pois através deles conseguimos de alguma forma afetar e ser afetado¹ no momento de produção de saúde.

1. CECCIM, FERLA; Educação e Saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras.

Aos acadêmicos em finalização de seu curso de enfermagem houve uma consciência real das transformações que podem realizar, participar e visualizar a partir de ações práticas e refletidas como foi no local onde interviam.

Realizar este projeto só estimulou a esperança de todas para a possibilidade de mudanças do contexto a partir de ações e reflexões sobre as mudanças que podem ocorrer a partir das pessoas, sejam elas profissionais, escolares, pais, professores, acadêmicas, etc.

A escolha de realizar atividades de saúde dentro do ambiente escolar demonstrou às acadêmicas um universo a ser ampliado pela enfermagem como um local produtor de saúde no sentido ampliado.

A simulação da situação de incêndio foi o estopim para a constatação de que a comunidade respondeu aos estímulos que foram apresentados num sentido comunitário e social.

A aluna que provocou esse desafio, em sua vida e nas de seus pares, refletiu que achar pessoas (orientadora e de supervisora) que incentivem sonhos foi uma experiência da qual só lhe proporcionou mais vontade de ser enfermeira, promotora de saúde e que está no caminho certo, ou seja, trabalhar na Atenção Básica.

A realização do estágio curricular na UBS 1º de Maio proporcionou aos acadêmicos a vivência junto a uma equipe acolhedora e aberta a ideias novas.

Finalmente, para concluirmos, podemos dizer que ter realizado esta atividade como uma extensão fez com que o grupo tivesse mais liberdade de ação, além da divulgação que o projeto obteve. Até o momento a ação continua sendo divulgada através do Salão de Extensão da UFRGS, de artigo publicado e também sendo realizadas em outras comunidades mantendo a proposta de ensinar o que fazer em situações de urgência e emergência até o SAMU chegar. ◀

Referências

BARROS, M. C.; MELO, N. L. C. **Urgência e Emergência na Atenção** Primária à Saúde. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria 354 2014. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/portalcib/images/arquivos/Portarias/2014/03_marco/PT_GM_N_354_10.03.2014.pdf> Acesso em: 15 de junho de 2014.

_____. Portaria GM/MS n.º 2048, 5 de novembro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Brasília: Ministério da Saúde; 2002. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/legislacao-sanitaria/estabelecimentos-de-saude/urgencia-e-emergencia/portaria_2048_B.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2014.

_____. Portaria Nº 648/GM, de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília: Ministério da Saúde; 2006. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-648.htm>> Acesso em: 09 junho de 2013.

CAMPOS, G. W. S. Paidéia e modelo de atenção: um ensaio sobre a reformulação do modo de produzir saúde. **Olho Mágico**, v. 10, n. 2, p. 7-14, abr./jun. 2003.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. A. Educação e Saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. **Trab. Educ. Saúde**, 6(3):443-56, nov. 2008/fev. 2009.

LACERDA, S. Relatório de estágio curricular II E III: Projeto o que fazer até o SAMU chegar! Unidade Básica de Saúde Primeiro de Maio. Porto Alegre. 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bibenf/relatorios-de-estagio-2013/sabrina>> Acesso em: outubro 2014.

SANTOS, E. M.; SOARES, A. C. M.; OLIVEIRA, G.R.O.; ARAÚJO, L. R.; MOURA, M.A.G. A importância do estágio curricular na formação profissional do assistente social. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/772/448>> Acesso em: outubro de 2014.



A identidade visual do Centro de Pesquisa em Odontologia Social – uma discussão teórica sobre a metodologia de projeto

Adriana Coelho Borges Kowarick: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS
Flávia Ataíde Pithan: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS
Acadêmica de Publicidade e Propaganda: Vitória Maldonado

Este artigo apresenta uma discussão teórica sobre as etapas metodológicas percorridas na criação da Identidade Visual para o Centro de Pesquisa em Odontologia Social (CPOS) da UFRGS. O trabalho foi desenvolvido pelo Caixola – Clube de

Criação, agência experimental do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – FABICO/UFRGS, vinculada ao programa de extensão. A marca foi apresentada, defendida e aprovada, passando a ser utilizada pelo CPOS desde fevereiro de 2014.



Figura 2: Recorte do infográfico da história da marinha, Arthur Bispo do Rosário. Fonte: <http://blog.artglobale.com>



Figura 3: Manto utilizado por Arthur Bispo do Rosário. Fonte: <http://lounge.obviousmag.org>

O Caixola – Clube de Criação é um programa de extensão que visa proporcionar aos alunos um espaço de prática e aperfeiçoamento das técnicas de criação e produção na área da Publicidade e da Propaganda, buscando uma interação com potenciais clientes da UFRGS e comunidade externa. Dentre os clientes atendidos pelo Caixola, está o Centro de Pesquisa em Odontologia Social, vinculado à Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A criação do CPOS é fruto de um convênio estabelecido, em 1967, entre a Organização Mundial de Saúde, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – se firmando como órgão auxiliar da Faculdade de Odontologia da UFRGS em 1969, por decreto do Conselho Universitário – CONSUN/UFRGS.

O CPOS atua na área de ensino, de pesquisa e de prestação de serviços no campo da Saúde Bucal Coletiva. Seu principal objetivo é a discussão e resignificação da saúde bucal através de projetos vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS. Em novembro de 2013, foi solicitado ao Caixola a criação de uma Identidade Visual para o CPOS – que foi criada, apresentada e, em fevereiro de 2014, aprovada. Desde então, a marca passou a ser empregada nos materiais de comunicação do Centro. Este artigo apresenta as etapas percorridas no desenvolvimento do projeto de identidade visual do CPOS.

O Briefing

O pedido de identidade visual para o CPOS chegou ao Caixola em outubro de 2013. O projeto começou a ser estruturado a partir de uma reunião, realizada com o professor Fernando Neves Hugo, diretor do CPOS. Nela, foi proposto que os tradicionais símbolos da odontologia não fossem utilizados, tais como: dentes, cobra enrolada no cajado, etc. A nova proposta deveria fazer uma abordagem explicitando o cunho social, que caracteriza o dinamismo do CPOS. Foi sugerido que as inspirações viessem de artistas relacionados à saúde de uma forma geral, como Arthur Bispo do Rosário. Estes dados foram a base para a realização do briefing, documento que registra e sistematiza todas as informações sobre um cliente e seu contexto (SAMPALHO, 1995).

Após sistematizar as primeiras informações no briefing, foram feitas pesquisas de referências visuais através de uma ampla investigação a respeito de artistas relacionados à saúde e suas relações com as questões do social, buscando uma conexão ao tema da odontologia e da saúde do indivíduo num todo. As pesquisas de verificação dos dados do cliente e ampliação de informação do briefing são fundamentais para se cunhar a abordagem temática de criação de uma identidade visual. Tal processo é apresentado a seguir.



Figura 4: Identidade visual do curso de bacharelado em Saúde Coletiva da UFRGS. Fonte: <http://www.educasaude.org>

A preparação

Faz parte das características e habilidades desejáveis em um designer a curiosidade para buscar subsídios, informações e inspirações para iniciar a solução de problemas propostos pelos clientes. Isso pode ser feito de diversas formas – depende do modo de trabalho de cada designer gráfico. Entretanto, de modo geral, pode-se dividi-lo em três fases: preparação, geração de alternativas e finalização. Para a etapa de preparação, Gomes (p. 73, 2001) sugere uma “técnica de análises deno-conotativa”. Trata-se da análise de termos, expressões e conceitos relacionados ao tema projetual. Inicia-se com uma análise conotativa, isto é, a busca – em dicionários, enciclopédias, almanaques e etc. – pelos significados literários que os termos e expressões carregam. Somando a isto, em um momento complementar à análise denotativa, busca-se livros, artigos, ensaios, crônicas e etc. que tratem o assunto do projeto e que envolvam o que o autor chama de “imagens sonoras e visuais” de conceitos para o projeto.

Segundo o mesmo autor:

Deste tipo de análise resultam a expansão da “memória declarativa” – aquela que nos lembra fatos e eventos, nomes importantes, datas históricas, fórmulas matemáticas, trechos de livros e poemas, a memória mais fácil de ser construída –, e a da “memória sensitiva” – aquela que está relacionada com a

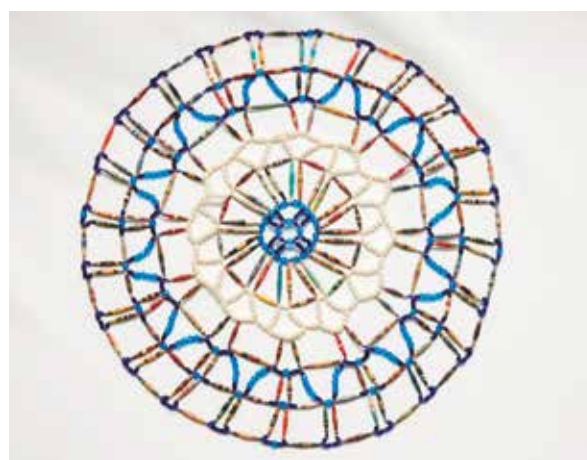


Figura 5: Mandala produzida pelo artista Wildnei Luiz. Fonte: <http://www.guaruja.sp.gov.br>

memória declarativa, porque todos os sentidos são usados para a sua aquisição e envolve as emoções resultantes da descoberta de novos conhecimentos e de situações desejáveis e idealizáveis (GOMES, 2001, p. 75).

Assim, a pesquisa para o projeto CPOS começa com a investigação da história do artista Arthur Bispo do Rosário e a análise de sua obra. Ele foi diagnosticado como esquizofrênico-paranoico e começou sua carreira artística dentro do hospital onde estava internado. Produzia suas obras com objetos do seu cotidiano, inclusive tecidos, segundo Hidalgo (1996).

Seu trabalho passou a ser reconhecido pelos críticos de arte somente na década de 1980. Entretanto, antes disto, suas já eram observadas como uma produção artística por prestadores de serviço da área médica que, inicialmente, entendiam esta produção meramente como arte-terapia (HIDALGO, 1996).

Além da investigação sobre Arthur Bispo do Rosário, outro estudo foi fundamental para orientar a criação da nova identidade visual. Era necessário trabalhar em sintonia com as identidades visuais que participam do contexto de atuação do CPOS, por isto, foi preciso analisar o símbolo usado na identidade visual do Curso de Bacharelato em Saúde Coletiva da UFRGS (Figura 4).

E fazer a relação deste símbolo com elementos de arte. Como, por exemplo, a mandala criada

pelo artista plástico Wildnei Luiz dos Santos, que concorreu ao 60 Prêmio Arthur Bispo do Rosário, em 2011 (Figura 5).

Inspirando-se nos trabalhos pesquisados, foi trabalhado o conceito de mandala, cujo significado está atrelado à integração, à energia, à harmonia. A ideia era incorporar os elementos que caracterizassem o CPOS, sendo estes o serviço odontológico e social, unindo estes pela forma da mandala.

Neste momento, passou-se então para a fase de síntese, agrupando conceitos, tecendo relações e iniciando a geração de alternativas, apresentada a seguir.

Geração de alternativas

Com base na primeira a etapa já desenvolvida, partiu-se para a geração de alternativas. De acordo Löbach (p. 150, 2001), esta etapa consiste na “produção de ideias baseando-se nas análises realizadas. Nesta fase de produção de ideias a mente precisa trabalhar livremente, sem restrições para gerar a maior quantidade possível de alternativas”.

Destarte, na etapa de geração de alternativas, buscou-se gerar um número significativo de ideias a partir de diversos rafe (Figura 6).

Para Gomes (2001), esta fase do processo pode ser denominada de esquentação. Pois é a fase que permite o contato com o projeto não mais verbalmente, mas sim visualmente.

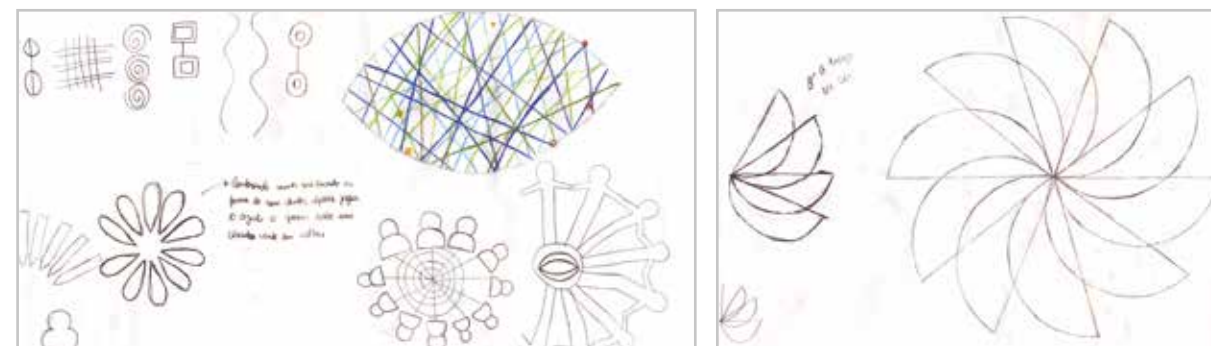


Figura 6: Alguns rafe desenvolvidos durante a geração de alternativas.

O conjunto de desenhos permite que através de “relâmpagos”, “estalos” a mente fuja e retorne ao problema a intervalos cada vez menores. É como se as ideias atravessassem a fronteira abstrata do consciente/inconsciente de modo, a princípio, desordenado, porém caminhando para a solução por meio de aproximações gráfico-visuais sucessivas (GOMES, 2001, p. 96, grifos do autor).

Dentre a ideias, escolheu-se o rafe acima para ser melhor desenvolvido. Ele parte da ideia de uma pétala, com um formato sugestivo de sorriso, que unidas, formam a mandala.

Finalização

A finalização do projeto para apresentação ao cliente e aprovação foi feita no software Illustrator. O símbolo é uma mandala formada por 10 pétalas, que tem o formato remetendo a sorrisos (Figura 6). Essa forma foi a solução encontrada para representar a odontologia fugindo aos símbolos tradicionais, como o dente, entre outros. O sorriso representa o resultado satisfatório proporcionado pela ação do centro. Unidos, formam o grupo, pois a união e dedicação deste que geram os resultados. Além disso, a mandala é um símbolo dinâmico, que ressalta o constante movimento do grupo pelo aprimoramento da saúde bucal.

Podemos observar que, na intersecção das pétalas, temos novas formas de sorriso. Os sorrisos menores representam a equipe do CPOS, que no seu trabalho consegue ‘criar novos sorrisos’. Os novos sorrisos são representados pelas pétalas maiores, ou seja,

as pessoas que são beneficiadas pelo trabalho realizado pelo CPOS.

No logotipo (Figura 7) foi aplicada a fonte Brixton Book, uma tipografia classificada como Sem Serifa, sem transição acentuada grosso-fino, de acordo com a divisão proposta por Williams (1995). A fonte foi obtida no site dafont.com e foi escolhida por apresentar uma característica visual bastante atual.

As cores escolhidas foram azul e vermelho. Esta eleição ocorreu em função da nova identidade da Faculdade de Odontologia da UFRGS, também desenvolvida pelo Caixola. No planejamento desta, foi decidido que todas as identidades visuais que fossem desenvolvidas para setores e órgãos da faculdade deveriam seguir os tons da identidade visual, de forma a manter a unidade para a Faculdade de Odontologia.

Tendo uma proposta final considerada satisfatória, foi marcada uma reunião com o 'cliente' para sua defesa, conforme mostra a Figura 7. Para a defesa da identidade visual junto à equipe do CPOS, também foi preparada uma apresentação em Power Point como ferramenta de apoio para a aprovação. Nesta, foi exposto o conceito criativo, referências utilizadas, as cores e tipografia escolhidas, encerrando com a identidade proposta. O cliente solicitou poucas alterações nas cores, para que ficassem mais vivas, e que fosse acrescentado um degradê na parte azul. Sendo assim, os ajustes para a versão final da marca foram realizados (Figura 7).

Após aprovação final do cliente, fez-se o fechamento de arquivos, as revisões finais, a definição das cores nas tabelas (CMYK¹ e pantone²) e o desenvolvimento do Manual de Identidade Visual, apresentado a seguir.

1. Padrão de cores utilizado para impressão, configurado a partir das 4 cores: c = ciano, m = magenta, y = amarelo e k = Black. Optou-se por representar o preto com o k para não ser confundido com blue.

2. Tabela universal de cores a qual associa cada tonalidade de cor a um código, sendo um dos padrões de cores mais utilizado em artes gráficas como referência para impressão.

O Manual de Identidade Visual

Segundo Peón (p. 68, 2009), um Sistema de Identidade Visual que “não é apresentado com especificações técnicas orientando sua implantação corre o sério risco de não ser implantado corretamente. Cabe ao designer, como profissional, definir estas especificações”. Daí a importância de desenvolver o Manual de Identidade Visual para ser entregue ao cliente após a finalização do projeto. Somente disponibilizar os arquivos vetoriais não garantiria a perfeita aplicação da marca.

No Manual da Identidade Visual do CPOS constam as seguintes informações: apresentação, família tipográfica, cores, redução mínima, arejamento da marca, uso em negativo, usos incorretos, considerações finais. O manual apresenta esclarecimentos de forma simplificada sobre o uso da marca, funcionando como um guia que deve ser consultado para o uso correto da identidade, sem causar problemas à sua reprodução e à sua aplicação. Além das informações gerais, nas considerações finais, temos o contato do Caixola, para situações não previstas pelo manual.

A correta aplicação da marca cria uma imagem coesa do CPOS, tornando-se de fácil identificação e reconhecimento pelo público-alvo.

Discussão sobre o processo

Torna-se relevante perceber que o desenvolvimento do projeto não seguiu etapas metodológicas propostas por um único autor. De modo geral, seguiram-se as etapas imprescindíveis para qualquer tipo de projeto gráfico, com base em autores consagrados e de acordo com o método de trabalho da bolsista designada para solucionar o projeto e também de acordo com a sistemática de funcionamento do Caixola, que prevê a constante orientação das professoras envolvidas e também a aprovação prévia das mesmas.

Cada projeto gráfico demanda um percurso a ser seguido, dependendo da complexidade envolvida,



Figura 7: Marca do CPOS após ajustes solicitados pelo cliente.

do repertório do cliente e do designer e da forma de trabalho do projetista, dos anseios do cliente, das limitações técnicas e legais envolvidas. Porém, algumas etapas são sempre imprescindíveis e sem as quais nenhum projeto seria desenvolvido. O artigo buscou apresentar todas as etapas percorridas para a solução do problema em questão: criar a marca para o CPOS da UFRGS.

O projeto de desenvolvimento da marca foi desafiador, mas funcionou como um excelente aprendizado na criação de identidades visuais. Pode-se notar como é essencial um bom referencial visual na hora de se pensar uma marca. Deve-se coletar muitas referências, para saber o que caracteriza a área e o que já foi realizado, de forma a chegar num resultado que seja diferenciado, mas ao mesmo tempo, se relacione com as características solicitadas pelo cliente e o que ele deseja deixar explícito.

Após muitos rafe e tentativas, conseguiu-se chegar a um resultado interessante visualmente e conceitualmente coerente, recompensando todo o tempo dedicado a esse trabalho. O Caixola

estava satisfeito com o projeto final proposto, assim como o cliente. Pode-se concluir que foi um ótimo aprendizado aos estudantes e todas as partes envolvidas saíram ganhando.

Vale o pensamento de Villas-Boas (p. 22, 2003), relacionado à atividade projetual. Para ele, o designer “coteja requisitos e restrições, gera e seleciona alternativas, define e hierarquiza critérios de avaliação e engendra um produto que é a materialização da satisfação de necessidades humanas através de uma configuração e de uma conformação palpável”. Foi o que o projeto perseguiu durante todo o processo, tendo alcançado um resultado relevante.

Em relação ao projeto especificamente, salienta-se a importância de uma Identidade Visual para a divulgação e reconhecimento de grupos de pessoas como as envolvidas com o CPOS, para a divulgação e reconhecimento do trabalho dessas pessoas envolvidas. Uma identidade visual agrega maior força e expressividade ao grupo envolvido. Um projeto com maior profissionalismo, regido pelos preceitos já instituídos do design gráfico, que considere não só a estética da marca, mas também a simbologia, a ergonomia e, principalmente, a funcionalidade, atinge um nível comunicacional otimizado frente ao público-alvo. Em um mundo tão múltiplo visualmente, ressalta-se a importância de uma Identidade Visual bem estruturada e coerente, fortalecendo, ano após ano, aquilo que representa. ◀

Referências

- GOMES, Luiz Vidal Negreiros. **Criatividade**: projeto, desenho, produto. Santa Maria: sCHDs, 2001.
- HIDALGO, Luciana. **Arthur Bispo do Rosário**: o senhor do labirinto. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- LÖBACH, Bernd. **Design Industrial** – Bases para a configuração dos produtos industriais. São Paulo: Blucher, 2001.
- PÉON, Maria Luísa. **Sistemas de Identidade Visual**. Rio de Janeiro: 2AB, 2009.
- SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A a Z**: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso. Rio de Janeiro: Campus; ABP, 1995.
- VILLAS-BOAS, André. **O que é [e o que nunca foi] design gráfico**. Rio de Janeiro: 2AB, 2003.
- WILLIAMS, Robin. **Design para quem não é designer**. São Paulo: Callis, 2009.



Vivências de uma equipe multiprofissional na atenção primária em saúde em La Habana, Cuba

Marilise Mesquita: Saúde Coletiva - UFRGS

Adriana Roese: Escola de Enfermagem - UFRGS

Cristianne Maria Famer Rocha: Escola de Enfermagem - UFRGS

Vania Roseli Correa de Mello: Administração Sistemas e Serviços de Saúde - UERGS

Vera Lucia Pasini: Curso de Psicologia - UFRGS

Um grupo de 18 docentes e acadêmicos – majoritariamente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – participou do “Curso de Atenção Primária em Saúde e Medicina Familiar”, em La Habana, Cuba, no período de 19 a 30 de

janeiro de 2015. Organizado e oferecido pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSAP), do Ministério de Saúde de Cuba, o Curso teve como objetivos: identificar a aplicação dos princípios e metas da Organização Mundial da Saúde (OMS) no sistema de saúde cubano; fortalecer

as habilidades e práticas interdisciplinares no Programa de Atenção Primária em Saúde, para a atuação nas estratégias de saúde da família e da comunidade; abordar o reconhecimento do modelo de atenção primária cubano, assim como as vivências e contribuições interdisciplinares nas suas respectivas esferas.

Dirigido aos profissionais brasileiros, participaram do Curso as professoras e acadêmicas do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, e a professora do Curso de Psicologia da UFRGS; a professora e acadêmica do Curso de Administração de Sistemas e Serviços de Saúde da UERGS, professoras do Curso de Medicina (UFPE e UPE), doutoranda do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (UNL, Portugal), doutoranda da Escola Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro, dentre outros.

O Curso se desenvolveu com uma dinâmica bastante heterogênea, que mesclava atividades em sala de aula (algumas mais gerais sobre a Revolução Cubana, o Sistema Nacional de Saúde, e outras mais específicas, sobre as políticas de saúde mental ou de cuidados com a “maior idade”). Também visitas aos serviços de saúde, espaços/equipamentos de promoção, educação, participação social, e outros, tais como: consultórios de médicos e enfermeiras de família, policlínicos universitários, casa dos avós, lar materno, unidade de promoção de saúde e promoção de enfermidades (HIV/AIDS e outras Infecções Transmitidas através do contato sexual - ISTs), centros especializados (diabetes, saúde mental), dentre outros.

Ao final do Curso, os participantes foram divididos em três grupos, a fim que pudessem comparar, a partir de temáticas indicadas pelos professores e Coordenação do Curso, sobre cobertura e direito universal, políticas públicas e programas priorizados, a realidade conhecida e experienciada em Cuba com o que trabalhamos e conhecemos do Brasil.

Contextualizando o sistema de saúde cubano

Nossa incursão pelos serviços do Sistema de Saúde Cubano nos mostrou que este sistema está profundamente marcado pelas conquistas obtidas na transição socialista, ocorrida na ilha a partir de 1960, que operaram mudanças importantes no Sistema de Saúde local.

Em Cuba, entende-se que os princípios que sustentam a plataforma programática do Sistema de Saúde já estavam contidos no discurso de auto-defesa pronunciado por Fidel Castro em 1953, perante os magistrados do Tribunal de Exceção do governo de Fulgêncio Batista, por ocasião do julgamento que Fidel foi submetido pela ditadura cubana, após ter liderado o levante ao quartel Moncada - tentativa de derrubar Fulgêncio Batista. Na alegação conhecida como “La historia me absolverá” (RUZ, 2013), a saúde é apontada como um dos principais problemas que afetavam o país e são assinaladas causas da miséria do povo cubano: o difícil acesso aos hospitais do Estado; a falta de atenção odontológica; a carência de assistência à saúde das crianças; as aglomerações; e as condições de renda.

Assim, após a Revolução, uma nova concepção de saúde pública foi referendada por um marco jurídico que estabelecia, entre outras coisas, a redução do preço dos medicamentos, a assistência médica acessível e qualificada dos moradores das áreas rurais, a gratuidade de todos os serviços de saúde, a criação de um Ministério de Saúde Pública de Cuba – que se estabelece como órgão encarregado do estudo dos problemas de saúde da população – e a criação de normas relativas às atividades de assistência hospitalar em nível nacional.

O Sistema Nacional de Saúde Cubano (SNS) é considerado o primeiro sistema nacional de saúde único e integral nas Américas, e sua concepção reflete o imperativo de atender as necessidades de saúde da população, sem discriminação ou exclusão social, tal como previsto no Artigo 50 da Constituição da República de Cuba (CUBA, 2014).

A Constituição Republicana, de 1960, referenda os princípios humanistas e de solidariedade que caracterizam a Saúde Pública Cubana, que são: o caráter estatal e social da medicina, a acessibilidade e gratuidade dos serviços, a orientação na promoção e prevenção, a aplicação adequada dos avanços da ciência e da tecnologia, a participação comunitária e intersetorial, a colaboração internacional, a centralização normativa e a descentralização executiva (MEJIAS, 2015). Assim, podemos dizer que o Sistema de Saúde Cubano já nasce baseado nos princípios da Atenção Primária em Saúde, mesmo antes das deliberações da Conferência de Alma-Ata, ocorrida em 1978.

Segundo Mejias (2015), no período após 1959, as ações de saúde foram voltadas para o controle dos danos causados pelo processo de adoecimento produzidos ao longo do período anterior. Foram, na década de 1960, introduzidos programas básicos na área da saúde (essencialmente preventivos e incluindo indivíduos, comunidade e meio ambiente) e começa a consolidar-se as bases para a constituição do Sistema Nacional de Saúde Cubano, com a criação de uma infra-estrutura de saúde composta por Unidades Sanitárias de Atenção Primária, Policlínicos Integrals, Hospitais, Clínicas Odontológicas, Centros de Higiene e Epidemiologia e Institutos de Pesquisa em conjunto com a participação social, ocorrendo um aumento na cobertura e acessibilidade aos cuidados de saúde, bem como aos serviços e instituições médicas. Para garantir o cumprimento das ações de saúde em todo o país, se proclamou a unificação de instituições de saúde públicas, privadas e cooperativadas em um sistema nacional de saúde único, integral e público (MEJIAS, 2015).

O país faz um investimento importante na política de saúde, com prioridade na expansão da Atenção Primária em Saúde, visando garantir qualidade de seus serviços, com acessibilidade e organização da demanda e, neste contexto, as necessidades da população são os elementos centrais para o desenvolvimento do planejamento



Figura 2: Homenagem a Che Guevara, um dos heróis da Revolução Cubana

e construção das políticas sociais e de saúde, sendo saúde e educação, bens públicos e de acesso universal.

Foi possível perceber, ao visitar os serviços e outros equipamentos sócio sanitários, que a redução da mortalidade e o aumento da expectativa de vida, estão assentados no processo de descentralização dos serviços de saúde. Graças à organização e ampliação da Atenção Primária em Saúde, que tem como princípios a participação popular e comunitária e o desenvolvimento de uma filosofia preventiva, aqueles objetivos têm sido atingidos. Segundo Dados do Ministério de Saúde Pública de Cuba (CUBA, 2013), nesse ano, o país contava com 13.382 Médicos de Família residentes nas comunidades das 16 províncias do país, o que atingia 11.550 Consultórios de Médicos e Enfermeiros(a) da Família.

Como referem Lorenço e Ruiz (2014), apesar de Cuba, nos últimos cinquenta anos, experimentar muitas tensões relativas ao baixo crescimento

econômico, o país apresenta indicadores de saúde que apontam para a afirmação de uma proposta de sistema público de saúde viável, tanto do ponto de vista de sua eficácia, como de seu enfoque humano. Com a consolidação dos princípios que definem a organização de todas as atividades de saúde, e não só de seus serviços, Cuba tem podido manter, mesmo nas circunstâncias complexas, uma ampla cobertura de saúde, controlando situações epidemiológicas difíceis, como as vividas nos anos 1990 com a dengue, a tuberculose e a cólera, e continuar melhorando os indicadores de mortalidade e expectativa de vida.

O Estado Cubano tem, ao longo destes anos, garantido a manutenção da universalidade do acesso à saúde, tem igualmente subsidiado ações tanto no campo da atenção em saúde, como da formação de profissionais de saúde, desenvolvido a indústria de saúde, sendo que a pesquisa tem possibilitado a expansão da biotecnologia e comercialização de produtos médicos para outros países. A manutenção dos serviços de saúde gratuitos durante os anos de 1990 a 2010, período de endurecimento do bloqueio econômico sofrido por Cuba, mostrou-se fundamental para garantir os bons indicadores de saúde da população cubana (LORENÇO & RUIZ, 2014).

Entretanto, para manter estes gastos com saúde e atender a demanda, gerando uma extensa cobertura de cuidados de qualidade sem sacrificar a gratuidade dos serviços oferecidos, foi preciso criar estratégias que dessem sustentabilidade ao Sistema. Uma delas foi a criação, desde o final dos anos 1990, de serviços de cuidados de saúde para os estrangeiros, que aportam ao Sistema moeda nacional conversível (chamado de CUC), que é equivalente ao Euro. Mais recentemente, outra iniciativa tem sido o intercâmbio de profissionais de saúde que oferecem seus serviços para a população de outros países. Cuba tem hoje mais de 80 mil Médicos (1 para cada 133 habitantes), cerca de 15 mil Odontólogos (1 para cada 732 habitantes) e 88 mil Enfermeiros(as) (1 para cada 135

habitantes), sendo que aproximadamente 50 mil profissionais de saúde estão trabalhando em ações de cooperação internacional e, nos últimos 50 anos, estiveram presentes em 158 países (MEJIAS, 2015).

Relatos das vivências

Por se tratar de uma atividade de extensão envolvendo docentes e alunos de graduação e pós-graduação de diversas áreas da saúde, esta experiência possibilitou uma diversidade de aprendizagens a partir dos olhares e percepções de cada um dos participantes. A realidade social, econômica e política de Cuba puderam ser percebidas no modo de funcionamento do Sistema de Saúde e o modo como esta vivência impactou e contribuiu na formação acadêmica, profissional e pessoal de cada participante. Estes impactos são o que pretendemos aqui compartilhar, a partir dos depoimentos abaixo:

“A sociedade cubana tem um elevado senso de corresponsabilidade com as questões de seu país, sejam elas de ordem política, econômica ou social. Em diversos momentos, fomos confrontados com colocações que nos davam esta dimensão. O povo cubano é muito orgulhoso de si, alegre, generoso, culto e corajoso. Lembrei-me de uma frase ouvida de um “adulto maior” (como são chamadas as pessoas acima de 60 anos), ao comentar sobre sua obra artesanal desenvolvida em um espaço de convivência: “este é um trabalho de tempo!” E assim fiquei pensando o quanto e como o tempo tem trabalhado para preservar ou não os valores e ideais que forjaram a Revolução Cubana. Quer concordemos ou não com o sistema político adotado, há que se considerar que Cuba é fruto e resultado de seu próprio povo”. (Participante 1)

“Foi uma experiência muito rica, especialmente por vivenciar um modelo econômico distinto do nosso. Porém, o que mais chamou minha atenção foi a grande diferença da visão de mundo do povo cubano em relação à nossa. Enquanto no capitalismo estamos sendo cada vez mais individualistas e consumistas, vimos pessoas desenvolvendo a solidariedade

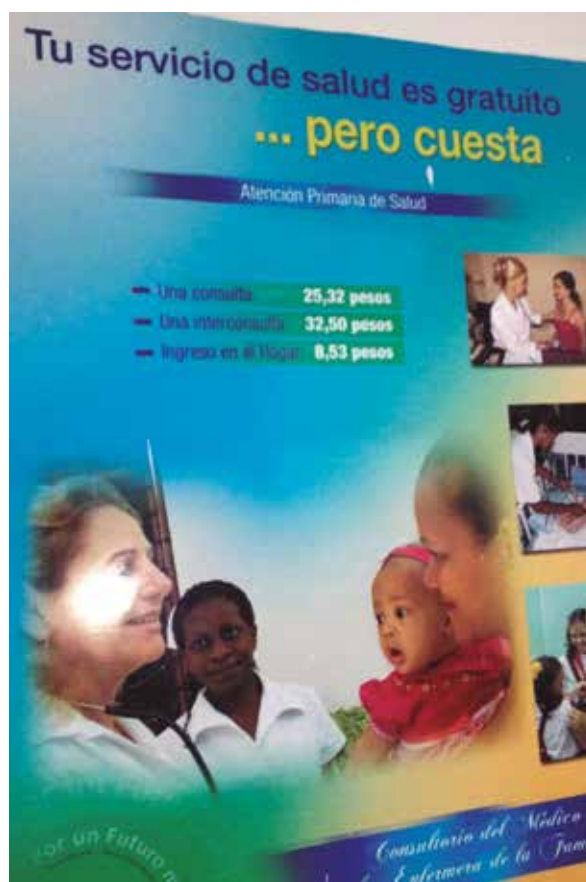


Figura 3: Cartaz de um serviço de saúde que mostra quanto custa o oferecido, ainda que seja totalmente gratuito

e vivendo com o necessário, consertando ao invés de descartar e valorizando seu país. Outro aspecto que me causou certo estranhamento foi o extremo controle relacionado à saúde materno-infantil, que acaba por repercutir em seus bons indicadores, especialmente a taxa de mortalidade infantil de 4,2/1000”. (Participante 2)

“Chamou-me a atenção o funcionamento articulado entre os serviços especializados e as equipes de Médico e Enfermeiras de Família, que estão muito próximos das comunidades, e a defesa dos profissionais do modelo de atenção baseado em Atenção Primária em Saúde, considerado fundamental para a garantia da melhor qualidade do cuidado oferecido. No campo da Atenção em Saúde Mental, apesar dos princípios orientadores do cuidado serem bastante próximos dos defendidos pela atual Política de Saúde Mental no Brasil (especialmente no que se refere à deshospitalização e desinstitucionalização do cuidado da loucura), ainda são poucos os serviços oferecidos na lógica da atenção

psicossocial e alguns serviços visitados trabalham na perspectiva do cuidado especializado por patologia ou problema de aprendizagem (por exemplo), buscando trabalhar no sentido da produção de um cidadão “socialmente útil”. A psicoterapia individual não foi identificada como uma intervenção prioritária, devido às características socioeconômicas do país e a necessidade de oferecer modalidades de atendimento que permitam o acesso de todos os pacientes que necessitem, tendo em vista o caráter totalmente público da assistência à saúde oferecida à população. Apesar das limitações econômicas vivenciadas pelos cidadãos cubanos, talvez justamente em função disso, pude aprender muito sobre os modos de “inventar a vida”, que se exerce desde o âmbito individual até o institucional e político”. (Participante 3)

“Participar do Curso foi uma excelente oportunidade para aprender mais sobre a realidade sócio sanitária cubana, mas, sobretudo para conhecer os serviços e as estratégias que utilizam para obter os indicadores de saúde que têm. Foi interessante intercambiar com os próprios cubanos (sejam trabalhadores, professores, usuários), mas também com os colegas brasileiros, oriundos de diferentes realidades, profissionais que atuam, também no Brasil, para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde. A maior contribuição creio, que tal experiência me proporcionará, certamente será a de poder compartilhar com meus colegas (docentes e discentes) o quanto vivido e conhecido lá, pois muitas das vivências nos permitiram conhecer histórias de pessoas com dedicadas atuações profissionais e as dificuldades decorrentes do embargo unilateral sofrido por eles. Os livros, documentos, reportagens, não nos permitem saber/conhecer desde o lugar onde estamos”. (Participante 4)

Com relação à formação político-pedagógica dos profissionais da saúde, ficou o registro de que:

“(…) O curso possibilitou uma melhor compreensão do papel central dos recursos humanos no sistema nacional de saúde cubano. Papel este que vem se destacando após a Revolução de 1959 com a priorização da formação dos profissionais de saúde. O sistema cubano é diferenciado pela sua administração e prestação de serviços que é executada unicamente pelo estado de forma universal e regionalizada. Entre seus princípios



Figura 4: Grupo de participantes em uma das atividades de visita aos serviços de saúde

apresenta a colaboração internacional investindo na formação de seus profissionais não somente para uma demanda nacional, mas também para atender a uma necessidade internacional. Apoiando missões humanitárias e executando acordos bilaterais de provimento de profissionais de saúde, Cuba vem fornecendo profissionais de saúde para mais de 70 países, atualmente, como parte de programas de acordos bilaterais de assistência como, por exemplo, o provimento de médicos para o Brasil por meio do Programa Mais Médicos. Entre as diversas características diferenciadas na regulação e formação dos médicos que possibilitam esta ação, as faculdades médicas cubanas são vinculadas ao Ministério da Educação e administrativamente fazem parte do Sistema Nacional de Saúde, o que permite planejar e programar o número de vagas tanto para a formação do médico como para a sua especialização conforme a demanda de profissionais nos serviços”. (Participante 5)

Outros depoimentos nos permitem compreender demais aspectos do quanto visto e vivido pelos participantes foi significativo:

“A vivência em Cuba possibilitou um aprendizado não só para a vida profissional, mas também para a vida pessoal. Os aspectos que mais me tocaram foram a essência de coletividade do povo cubano e o controle social que lá existe. Conhecer a história do Sistema de Saúde Cubano me permitiu poder analisar criticamente o que nos foi apresentado (aulas e visitas) e poder comparar com o Sistema de Saúde Brasileiro. Ambos têm pontos positivos e negativos e aspectos a melhorar. Um fato que me tocou bastante foi a questão da assistência



Figura 5: Participantes, ao final do Curso, na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSAP) de Cuba.

farmacêutica (por eu ser farmacêutica), pois muitos medicamentos conhecidos já são produzidos lá, outros foram descobertos pelos cubanos e muitos estão em estudo, demonstrando que a área de biotecnologia é muito desenvolvida em Cuba. A questão dos antibióticos me deixou muito surpresa, pois as taxas de infecções hospitalares e de infecções por bactérias multirresistentes são muito baixas, isto se dá pelo simples fato de não haver automedicação e o médico ser o responsável pela prescrição destes medicamentos há muitos anos. Outro aspecto que me tocou, mas negativamente, foi saber que crianças cubanas com câncer (população com a qual trabalho em Porto Alegre) morrem em decorrência do embargo econômico que não possibilita ao país comprar os medicamentos que os pacientes precisariam. Espero, de coração, que esta seja uma das primeiras aberturas que o governo americano faça”. (Participante 6)

“A questão ambiental não parece ser prioritária no país, pois não existe, por exemplo, uma política de segregação e descarte correto de resíduos sólidos e também nenhum estímulo à reciclagem de materiais. Porém, a diferença que chama a atenção entre os dois países, Cuba e Brasil, é o tipo de consumo. No primeiro, os produtos alimentícios mais consumidos são produtos locais in natura, sendo os produtos industrializados, com embalagens plásticas ou metal, pouco utilizados pela população em função do acesso reduzido a estes bens. A pouca geração de resíduos sólidos torna o ambiente urbano menos susceptível à proliferação de vetores e reservatórios animais, contribuindo diretamente para a saúde da população”. (Participante 7)

Algumas conclusões

O presente relato demonstrou importantes aspectos da vivência do grupo em Cuba. Em um primeiro momento, houve um rápido estranhamento provocado pelas diferenças entre os dois países, Brasil e Cuba, especialmente no que se refere ao modelo econômico e modo de vida. Foi um momento de reflexões, conexões e aproximações com o cotidiano de vida dos cubanos, especialmente quanto ao seu senso de corresponsabilidade, de coletividade e de solidariedade, apesar das dificuldades impostas por longos anos de embargo econômico.

Em um segundo momento, sobressaiu o interesse na aproximação com o Sistema de Saúde Cubano. Diversos foram os olhares sobre a saúde, consoante à diversidade do grupo. As falas demonstraram os diferentes enfoques, bastante debatidos no período do Curso, tais como a valorização e o cuidado ao idoso; o controle, especialmente vinculado à saúde materno-infantil, conectado à atual transição demográfica vivenciada no país e à manutenção de ótimos indicadores; a aproximação dos serviços nos diferentes níveis de atenção; a formação e qualificação na atenção básica de médicos para o país e auxílio a outros países; o desenvolvimento na produção de medicamentos e, ao mesmo tempo, a falta de acesso a medicamentos essenciais a doenças como o câncer; por fim, a questão ambiental que parece não ser prioritária, mas, por outro lado, a diferença de acesso ao consumo, em relação ao Brasil, o que acaba promovendo a pouca geração de resíduos sólidos.

Outra questão extremamente relevante foi a experiência na formação de profissionais da saúde. A participação de acadêmicos, docentes e profissionais das áreas de Saúde Coletiva, Enfermagem, Medicina, Psicologia, Comunicação e Direito, propiciou um olhar multidisciplinar sobre o Sistema de Saúde Cubano, suas interfaces e diversidades em relação ao modelo brasileiro. Cada um foi tocado de uma forma e, certamente, esse momento que vivenciamos em Cuba fará parte da “caixa de ferramentas” no cotidiano de vida e de trabalho de todos os envolvidos.

Por fim, salienta-se que as atividades desenvolvidas junto aos profissionais da “Escuela Nacional de Salud Publica”, bem como aos profissionais dos serviços visitados, aproximaram-nos do contexto do Sistema e proporcionaram o diálogo entre as duas realidades, a brasileira e a cubana. O seminário final, desenvolvido no curso, demonstrou esses aspectos e propiciou uma análise do aprendizado nas duas semanas de imersão. Esse grupo seguirá buscando conhecer outras propostas de sistemas de saúde baseados em Atenção Primária em Saúde. Esperamos que sim, mas isso ainda é apenas uma possibilidade em construção. A certeza que temos é de que ficarão em nós os momentos vividos, as histórias compartilhadas, os lugares e serviços que conhecemos e que poderão ser sempre revisitados em nossas lembranças. E, especialmente, os afetos mobilizados pelo encontro com o povo cubano, tão alegre e solidário, apesar das dificuldades cotidianamente enfrentadas. ◀

Referências

LOURENÇO, E. A. de S. e RUIZ, R. F. La política de salud en Cuba en el nuevo milenio: la contribución del Trabajo Social. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 207-217, jul./dez. 2014.

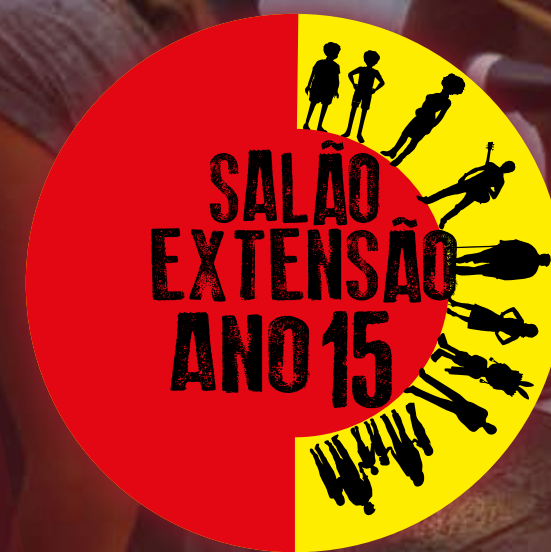
RUZ, F. C. *La Historia me absolverá*. La Habana: Política, 2013.

MEJIAS, L. A. C. Comunicação oral durante o curso: “*La Atención Primaria de Salud y La Medicina Familiar em Cuba*”. Escola Nacional de Salud Pública. La Habana, Cuba, 2015.

CUBA. *Constitución de La República de Cuba*. Cuba: Editorial My. Gral. Ignacio Agramonte y Loynaz, 2014.

CUBA. Ministerio de Salud Pública. *Anuario Estadístico de Salud 2012. Dirección Nacional de Registros Médicos y Estadísticas de Salud*. La Habana: MINSAP, 2013.

XV SALÃO DE EXTENSÃO



ciência
sociedade
desenvolvimento



Oficinas de divulgação do observatório de saúde Glória/ Cruzeiro/ Cristal: oportunidade de aprendizagem coletiva e participativa

Cristianne Maria Famer Rocha: Escola de Enfermagem – UFRGS

Luciana Laureano Paiva: Escola de Educação Física – UFRGS

Aron Krause Litvin: Coordenadora TransLAB

Acadêmica de Fisioterapia: Mariluce Anderle

O presente artigo se propõe a relatar a experiência vivenciada durante as oficinas de sensibilização elaboradas pela equipe multiprofissional do PET Observatório de Saúde Glória/Cruzeiro/Cristal com o objetivo de empoderar os trabalhadores, em especial os agentes comunitários de saúde, e os usuários dos serviços de saúde desse distrito sanitário no processo de construção e fortalecimento do Observatório.

O PET-Saúde, vinculado ao Ministério da Saúde, tem como foco a articulação entre a formação profissional e os profissionais de saúde buscando, assim, adequar os novos trabalhadores às necessidades e às políticas de saúde do País, bem como contribuir para a sua formação (BRASIL, 2008). Um dos principais objetivos do Programa é o incentivo à articulação entre o ensino e os serviços na área da saúde.

Para isso, o Programa foi desenvolvido através de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de Porto Alegre – RS, e tem como fio condutor a integração ensino-serviço-comunidade, tendo como objetivos: qualificar a formação

acadêmica e a ação profissional de estudantes da área da saúde, a partir de ações desenvolvidas junto aos serviços de saúde; promover a capacitação docente; estimular o aperfeiçoamento contínuo dos profissionais do serviço; estimular a produção de conhecimento e pesquisa na universidade por meio da realidade e necessidades dos serviços; e, valorizar as atividades realizadas tanto pelo serviço quanto pela comunidade acadêmica (NOVELLI, 2006).

Nesse contexto, no ano de 2012, teve início o *PET Observatório de Saúde: Vigilância de indicadores de monitoramento e avaliação de programas e participação da comunidade*, inspirado na Política Nacional de Informação e Informática em Saúde do SUS (PNIIS), que destaca a importância de políticas e estratégias de comunicação e informação em saúde que possibilitem mudanças nos modelos institucionais de gestão. Priorizando assim, a integração entre os sistemas de informação, bem como o uso da informática para a melhoria da produtividade e qualidade do controle social, da gestão e dos processos de trabalho em saúde (BRASIL, 2004).



Figura 1: Oficina de ativismo e exercício da deriva (setembro de 2014)

Esse projeto foi elaborado de forma integrada, tendo a participação da Coordenadoria de Saúde da UFRGS (Coorsaúde) (FERLA et al., 2013). Dentre os objetivos almejados destacam-se o desenvolvimento e implementação de um Observatório de Saúde nos Distritos Docente-Assistenciais Glória/Cruzeiro/Cristal (GCC)¹, a qualificação do monitoramento e da avaliação de indicadores de saúde, a ampliação da participação da comunidade na produção e no uso de informações em saúde e o desenvolvimento e aplicação das tecnologias de informação e comunicação em saúde adequadas à realidade sócio-cultural (UFRGS, 2012). O Distrito Sanitário é um modelo de organização do Sistema Único de Saúde (SUS), que preconiza a descentralização e a regionalização social das práticas de saúde em uma área geográfica habitada por uma população com características epidemiológicas, sociais e necessidades específicas atendidas por uma rede de serviços de saúde (PAIM, 1996). A Gerência Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal engloba seis bairros do Município de Porto Alegre, atendendo uma população de aproximadamente 136 mil habitantes, em torno de 10% do total da cidade (PORTO ALEGRE, 2013).

1. Endereço eletrônico: <http://gccobservatorio.wix.com/saude>

O Projeto PET Observatório de Saúde foi composto por uma equipe bastante heterogênea, o que possibilitou uma troca ainda mais valiosa de informações. A equipe multiprofissional foi constituída por duas tutoras docentes dos cursos de Fisioterapia e de Saúde Coletiva da universidade, seis preceptoras (uma dentista, uma farmacêutica e quatro enfermeiras vinculadas aos serviços de saúde do distrito GCC) e doze acadêmicos bolsistas de diferentes cursos da área da Saúde (Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Odontologia e Serviço Social).

Após o seu início, em agosto de 2012, os integrantes do Projeto empenharam-se em discutir qual seria a melhor ferramenta para suprir as necessidades que julgavam relevantes para os servidores e para a comunidade usuária dos serviços de saúde e a construção do Observatório de Saúde da região. Como não havia pleno conhecimento da região de abrangência do projeto, em uma primeira fase exploratória, a população de algumas unidades pertencentes aos distritos de abrangência foi consultada com relação ao acesso a ferramentas digitais, sobre a importância de um espaço de troca de informações, e quais seriam relevantes constar nesse espaço. Feito



Figura 2: Oficina "Banco Comum de Conhecimentos" do Observatório da Saúde Glória/Cruzeiro/Cristal: (agosto de 2014)

isso, buscou-se escolher a melhor ferramenta para a construção do Observatório, optando-se então pela internet como o meio mais adequado para a elaboração do mesmo, de forma a socializar e multiplicar informações em saúde desses distritos.

Um dos desafios enfrentados pelo Projeto PET Observatório de Saúde, foi a ampliação da participação da comunidade na produção e no uso de informações em saúde. Frente ao necessário empoderamento da comunidade local para assumir uma corresponsabilidade na construção do Observatório, a equipe de trabalho do PET desenvolveu ações de extensão com a finalidade de torná-lo conhecido tanto pelos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como pela população pertencente aos distritos GCC incentivando a reflexão sobre o significado e a importância da autogestão como forma de organização das pessoas.

As atividades de capacitação propostas almejavam também a realização de vivências e práticas que proporcionasse reflexões acerca da importância do Observatório, o protagonismo na divulgação e construção desse espaço virtual, e sobretudo o consenso e a identificação de lideranças da

comunidade local que pudessem atuar como referências para o fortalecimento e manutenção do Observatório de Saúde Glória/Cruzeiro/Cristal, após o término do projeto.

Metodologia

No período compreendido entre agosto a novembro de 2014, foram realizadas quatro Oficinas de sensibilização e divulgação do Observatório de Saúde dos distritos GCC, no auditório da Gerência Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal, destinadas aos trabalhadores dos serviços e usuários desse território.

As Oficinas foram realizadas em parceria com o TransLAB², um laboratório de inovação social que estimula a cocriação nos cruzamentos entre Arte, Ciência, Tecnologia e Sociedade.

A construção coletiva realizada pela equipe do TransLAB – Laboratório Cidadão, pelo grupo de docentes, trabalhadores dos serviços de saúde do distrito GCC e acadêmicos do PET possibilitou a articulação de diferentes temas, os quais seriam

2. Endereço eletrônico do TransLAB: <http://www.translab.cc>

trabalhados ao longo das Oficinas. No entanto, o fio condutor presente em todas as Oficinas foi o Observatório de Saúde e suas interfaces com os novos conhecimentos que emergiram durante o planejamento das ações, os quais poderiam ser utilizados para o seu fortalecimento. Depois de estabelecidos os temas de cada Oficina, foram confeccionados flyers para a divulgação das mesmas em todos os serviços de saúde pertencentes aos Distritos Glória/Cruzeiro/Cristal.

Resultados

A primeira Oficina teve como propósito a apresentação do Observatório de Saúde aos participantes. Para isso, foi utilizada a metodologia de construção de conhecimentos, denominada Banco Comum do Conhecimento (BCC)³, uma iniciativa que se move no campo de ação coletiva, baseado na transferência de conhecimentos e na

educação mútua. Nessa situação os participantes foram estimulados a refletir sobre seus conhecimentos e realizar trocas com os demais, dando visibilidade e a devida importância aos conhecimentos existentes na comunidade, buscando estabelecer uma interrelação com o Observatório de Saúde.

No segundo encontro, a temática trabalhada foi o ativismo⁴ com o Exercício da Deriva, onde foi proposta a criação de um mapa com a cartografia afetiva dos participantes, a partir de suas percepções sobre a região onde vivem/trabalham e utilizam os serviços de saúde. Os participantes foram orientados a saírem do auditório onde ocorria o encontro, para que posteriormente pudessem relatar o que viram/sentiram ao transitar pela região, buscando utilizar a percepção afetiva de tudo que observassem. Em seguida, foi solicitado a todos os participantes que registrassem em um mapa afetivo tudo o que haviam sentido ao realizarem a vivência.

3. Banco democrático e gratuito de troca de conhecimentos entre os participantes. O pressuposto do BCC é que todas as pessoas têm algo para ensinar e algo que querem aprender. Conhecimentos são disponibilizados de acordo com as demandas e ofertas existentes e ficam disponíveis para o uso de outras pessoas que talvez tenham a mesma demanda.

4. Ações sociais e políticas produzidas por pessoas ou coletivos que se valem de estratégias artísticas, estéticas ou simbólicas para amplificar, sensibilizar e problematizar causas e reivindicações sociais.



Figura 4: Oficina de habilidades para ferramentas digitais (outubro de 2014)

No terceiro encontro, foi realizada a capacitação em habilidades para ferramentas digitais (flyers, vídeos) com o objetivo de proporcionar a apropriação desses espaços virtuais a partir da sensibilização dos participantes, com o intuito de utilizá-las para a divulgação do Observatório de Saúde.

No quarto e último encontro, foi dada continuidade à Oficina de habilidades para ferramentas digitais. Nesse encontro os participantes puderam desenvolver um documentário experimental sobre as experiências oportunizadas pelas Oficinas e a sua relação com o Observatório de Saúde. E a partir destas vivências compartilhadas se tornarem colaboradores na continuidade do mesmo.

Considerações

O projeto *PET Observatório de Saúde: Vigilância de indicadores de monitoramento e avaliação de programas e participação da comunidade* finalizou suas atividades em dezembro de 2014, conforme previsto pelo Ministério da Saúde. No entanto, suas ações se mantêm vivas até hoje, seja por meio de seus integrantes (acadêmicos, docentes e trabalhadores) que o idealizaram e o construíram, seja pelo estímulo e incentivo dado pela

comunidade usuária e profissionais dos serviços que participaram das Oficinas de capacitação e divulgação.

A experiência de construção de um Observatório, de forma participativa, interdisciplinar e multiprofissional, permitiu um grande aprendizado e deixou como legado o Observatório de Saúde Glória/Cruzeiro/Cristal. Foi um enorme desafio construir, coletivamente, esta ferramenta tecnológica de comunicação e informação em saúde que teve o propósito de dar visibilidade ao panorama de saúde e as ações desenvolvidas no território e empoderar a população usuária e trabalhadores do serviço.

Acreditamos que esse desafio foi, e, é de fundamental importância para a melhoria da prestação dos serviços em saúde, assim como para o exercício da participação social. Ainda é preciso percorrer um longo caminho para responder às crescentes demandas de gestores, trabalhadores da saúde e usuários, em relação ao uso da comunicação e da informática nos serviços de saúde, para melhorar a produtividade e a qualidade da atenção, da gestão, do controle social e dos processos de trabalho em saúde, mas acreditamos termos dado início a essa caminhada. ◀

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 1.802**, de 26 de agosto de 2008. Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde. Diário Oficial da União. Brasília, Seção 1, p. 2727, ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FERLA, A.A.; DIAS, M.T.G.; FALK, J.W.; et al. A coordenadoria da saúde da UFRGS. **Cadernos da Saúde Coletiva: Integração ensino - serviço: caminhos possíveis?** Porto Alegre: Rede UNIDA, v. 2, p. 11-13, 2013.

NOVELLI, V.F. **Observatório de Saúde: uma revisão sistemática**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. São Paulo, 2006.

PAIM, J.S. **A reorganização das práticas de saúde em distritos sanitários**. Salvador, p. 25, 1996.

PORTO ALEGRE. **Observatório da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre em Análise. <http://observapoa.com.br>. Acessado, em: 29 de março de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Projeto Pró-Saúde e Pet Saúde 2012/2013**. Consolidação da relação ensino-serviço. Disponível em: < <http://prosaude-ufrgs.blogspot.com.br/p/pro-saude-pet-saude-pet-vigilancia-em.html> > Acessado, em: 29 de março de 2015.

Imigração e refúgio como temas contemporâneos: a acolhida humanitária em tempos de Copa do Mundo

Denise Fagundes Jardim: Departamento de Antropologia

Esse artigo apresenta a ação de extensão realizada em final de julho de 2014, cujo objetivo foi o de colaborar de forma ativa com uma rede de organizações que realizam o acolhimento aos imigrantes recém chegados em Caxias do Sul, entre elas o Centro de Apoio ao Migrante, organização não governamental de confissão religiosa (católica e escalabrana) e os colaboradores de sua rede de atuação. Explicito o formato, premissas e resultados de uma ação de extensão realizada em período não letivo e que permitiu propiciar a alunos, de diferentes cursos de graduação, uma imersão na temática das imigrações contemporâneas a partir do diálogo direto com pessoas que recentemente organizaram sua própria migração.

“Caminante, son tus huellas
El camino, y nada más;
Caminante, no hay camino:
Se hace camino, al andar”

(Antonio Machado)

Em termos teórico-metodológicos, utilizamos a noção de migração a fim de dar maior visibilidade ao tema do deslocamento humano, sem encerrá-lo na intencionalidade de um único sentido a ser observado e que comumente associado a ideia-chave de “imigração” e que prioriza reflexões sobre a manutenção ou perda de identidade ou questionamentos sobre adaptação, integração e assimilação a sociedade hospedeira¹. Compreender os itinerários da migração implica conhecer o modo como são interpeladas por exigências práticas relativas à obtenção de documentos de regularização, as formas de inserção e o acesso a políticas públicas.

Os alunos de graduação que se inscreveram, em pleno recesso de férias de inverno, tinham como desafio repensar a figura do “imigrante” não a reduzindo a uma mera viagem para viver em outro lugar. Para tanto, deveriam conhecer as tramitações que, na atualidade, essa migração atravessa para obter a regularização e imersão na sociedade brasileira. E, sobretudo conhecer aquilo que envolve as escolhas e decisões migratórias tecidas durante o processo migratório.

1. Ver: JARDIM, D. F. (Org.). **Cartografias da Imigração: interculturalidade e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2007.



Ao propor uma aproximação com as “migrações” nos distanciávamos da ideia de que alguém se dirige a um destino planejado a fim de fincar raízes e passávamos a uma escuta atenta da experiência dos caminhantes, ou seja, daqueles que buscam um novo destino social e reorganizam suas vidas durante um longo percurso migratório observando os primeiros passos de sua chegada. Esse é um período marcado por re migrações internas cujas decisões são tecidas em suas redes de contato.

A ação foi desenvolvida em uma única semana e contou com uma equipe de alunos de graduação e pós-graduação que não se conhecia previamente. Esta singularidade foi vivida como uma virtude. Representava um desafio para minha posição de coordenadora: o de constituir uma equipe cooperativa, que vinha com informações e inquietações de diferentes cursos de graduação, e em momentos diversos de sua vida acadêmica. A meu ver, é uma forma de antecipar uma habilidade exigida na vida profissional, a de dialogar com desenvoltura com pessoas de diferentes formações acadêmicas e formas de pensar.

A experiência do trabalho cooperativo entre profissionais de diferentes áreas ainda tem poucos espaços de aprendizado no âmbito da graduação e a extensão, de forma privilegiada, exige tal formação que os egressos da graduação encontrarão diante de si. Essa ação nos colocava diante do necessário relacionamento com profissionais de áreas de conhecimento diversificadas – relações públicas, educação física, direito, serviço social, políticas públicas, antropologia, administração –, na própria equipe e ainda em período de formação.

Os membros da equipe foram recrutados a partir de processo seletivo do Programa Convivências, seguindo a experiência de formação de grupos de trabalho já conhecidas pela equipe do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS/PROEXT/UFRGS). Os participantes usufruíram de uma expertise da equipe do DEDS

que explica, em muito, a capacidade que o grupo desenvolveu ao longo do período, em cooperar e decidir conjuntamente os rumos do trabalho empreendido nessa intensa semana vivida em Caxias do Sul. Toda a parte organizacional e de contatos locais já estava consolidada e não demandara da equipe executora tal preocupação.

O exercício de construção de soluções coletivamente, participando e refletindo sobre os desafios que se apresentam, faz da extensão uma experiência acadêmica que converge diretamente com o que entendemos na antropologia como o encontro com os “imponderáveis da vida real” tão enfatizado por Malinowski (1984:31)². Devemos contrastar sua proposta com um interesse redutor de formular teorias sobre o “comportamento típico”. Nossa formação na antropologia enfatiza a capacidade de estarmos atentos aos fluxos da vida, os fatos inesperados na vida de nossos interlocutores e, a partir disso, tecer considerações sobre suas formas de reorganizar o mundo social que participam.

Estava tudo arranjado e aprovado. Iríamos a Caxias do Sul, através de um contato prévio com o Centro de Atendimento ao Imigrante, seríamos recepcionados pela Irmã Maria do Carmo e nos hospedariamos em um seminário da igreja. A partir dali, conheceríamos mais sobre a presença de haitianos e senegaleses na cidade, sua inserção no mercado de trabalho, percorreríamos seus bairros de residência. Mas, no meio do caminho tinha o inverno, a Copa do Mundo, e a “surpresa” da chegada numerosa dos rapazes de Gana na cidade de Caxias do Sul. Ou seja, ocorreu tudo diferente do que pensávamos e do que a equipe do DEDS preparava como logística. Mas essa experiente equipe, reorganizou tudo nas vésperas de nossas datas de viagem e ainda fez ações extras como a parcerias, incluindo levar alimentos, que foram resultado dos donativos da sessão de domingo do Planetário da Universidade.

2. MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Ed. Victor Civita, Abril, 1984.



Caminhante, se faz o caminho ao andar, lembra o poeta Antonio Machado. Ocorre que o alojamento em que ficaríamos hospedados para a ação planejada foi ocupado pelos rapazes de Gana. Nossos parceiros locais estavam envolvidos em hospedar, alimentar e tramitar os documentos dos migrantes recém-chegados; encaminhar protocolos de refúgio, carteiras de trabalho e do sistema único de saúde. Isso era individualizado e abarcava as 300 pessoas que chegaram à rodoviária de Caxias do Sul, em grupos de cerca de 50 a 80 pessoas por dia na mesma semana.

Os rapazes de Gana portavam uma pequena mala, estavam vestidos com roupas de verão em pleno inverno do sul do Brasil. Tinham realizado uma viagem de ônibus a partir de Brasília (local do último jogo do time de Gana), passando por Criciúma/SC antes de chegar até Caxias do Sul/RS. Dependiam de uma estrutura de recepção e de doações de entidades não governamentais que, ademais, para fazê-lo experimentavam a resistência e a morosidade do poder público em atendê-los. Eles também se tornaram nossa prioridade e revelava o quanto a presença de outros migrantes – senegaleses, haitianos, bengalis – já era pulsante na vida das indústrias e no comércio local na cidade de Caxias do Sul e em suas proximidades, e da rede de pessoas que já vinha

experimentando os desafios do acolhimento de senegaleses e haitianos não sendo, de todo, uma “surpresa”.

Os resultados foram diversos. Foi uma ação realizada intensamente, em tão somente uma semana em quatro dias úteis, contando com 16 pessoas, entre técnicos, coordenação, estudantes de graduação, mestrado e doutorado, que empreenderam atividades elaboradas após uma visita inicial ao alojamento dos rapazes. Foi “no caminho”, na intensidade desses encontros, que pudemos pensar conjuntamente de que modo, como equipe, poderíamos travar um diálogo mais proveitoso, que não se reduzisse a mera curiosidade com a vida alheia.

Resultou que a equipe, de forma criativa, formulou cinco oficinas que funcionariam simultaneamente e estariam focadas nas perguntas que nossos “caminhantes” nos fizeram na primeira tarde de contato. Pensamos maneiras de: 1) expor e decodificar as leis trabalhistas no Brasil; 2) os passos da escolarização e equivalências de ensino médio e formas de validação de diplomas; 3) aprendizado de palavras e expressões usuais do idioma – fazendo paralelos com o inglês e espanhol; 4) conversas tendo mapas do RS e Brasil para indicar aquilo que poderia ser considerado

“perto” ou “longe”; 5) uma oficina fotográfica para propiciar que os rapazes de Gana fizessem seus comentários sobre si e sobre sua situação de alojamento. Buscávamos fornecer mais elementos para suas decisões.

As cinco oficinas tinham sido pensadas também pela observação da forma como eles estavam sendo interpelados por seus futuros e potenciais empregadores no próprio alojamento. Sem saber preencher exatamente as fichas de emprego em português sobre sua escolaridade, e entendendo qual a equivalência potencial no sistema de ensino brasileiro, poderiam ser subestimados e indagavam sobre as formas de validar sua escolaridade no Brasil a fim de melhor posicionar-se no mercado de trabalho. Os próprios rapazes de Gana se envolviam incluindo outros parceiros em nossas conversas, pessoas que não falavam o inglês fluentemente, mas que tinham suas perguntas e que corrigiam nosso inglês e ensinavam o *hausa* para alguns de nossos alunos. Treinavam e aprimoravam a pronúncia do português que tinham pressa em aprender.

Decidimos manter a proposta inicial da ação de extensão e, na sequência, percorremos indicações para encontrar os senegaleses e haitianos já inseridos na cidade por mais tempo. Deles escutamos perspectivas mais reflexivas e críticas sobre a vida e a receptividade aos imigrantes no Brasil. Após a atividade, me ocupei de finalizar um relatório/memória da ação e os alunos foram convidados a inserir (nominalmente) suas inúmeras conversas e pontos de vistas. O formato de *diário de campo*, com base em uma estrutura cronológica de acontecimentos, permitiu a rememoração de diálogos, depoimentos, reflexões e seleção de fotografias, alcançando suas 80 páginas já compartilhadas entre os membros da equipe.

Concluindo, essa ação se desenvolve em um contexto específico. É preciso saber que o Brasil atual não tem uma lei migratória, em que pese um intenso debate de mais de 20 anos e diversos projetos-lei já protocolados para apreciação no

senado federal. A Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, segue regulando a permanência de estrangeiros e não explicita a figura específica do “imigrante”. Na lei em vigor, a inserção em mercado de trabalho exige que sejam recrutados e legalizados por empresas e, mediante justificativas específicas, solicitem seu visto junto ao ministério do trabalho.

As leis brasileiras não contemplam que, individualmente, a pessoa venha a solicitar visto de trabalho, ou transformar um outro visto para visto de trabalho, já estando em território brasileiro. O visto permanente segue vinculado a casamento com nacional ou ter filho no Brasil, é o que permitirá mover um processo de naturalização. No decorrer desse período, a pessoa deve comprovar que tem recursos próprios e não inserir-se no mercado de trabalho. Somente as situações regidas por acordos do MERCOSUL podem, por tempo de residência no Brasil, transformar vistos temporários em visto de residência permanente e então acessar o mercado de trabalho de modo regular.

A legislação que pessoas estrangeiras recorrem para estar regular no mercado de trabalho brasileiro tem sido ou os acordos do MERCOSUL, ou a Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, que cria o CONARE, Conselho Nacional de Refugiados no Ministério da Justiça. Essa lei explicita alguns direitos do refugiado, que incluem o direito dos solicitantes em obter uma carteira de trabalho (observar deveres e direitos trabalhistas), registro de CPF e direitos sociais (como o acesso ao Sistema Único de Saúde) universalizados por constituição brasileira aos nacionais. A tramitação do visto de refugiado, chamado de “protocolo” de pedido de refúgio, segue para julgamento e pode ainda ser denegado.

Esta tem sido a única maneira de buscar a permanência regular e proteger-se da exploração laboral que acompanha a situação de não portar documentos reconhecidos pelos nacionais. É, portanto, o caminho que ganeses, haitianos e senegaleses estão

trilhando para buscar a permanência regular e que vem resultando na emissão de um *visto por razões humanitárias* pelo ministério de trabalho, após as denegações de seu pedido de refúgio no CONARE. Tais regularizações excepcionais expressam uma preocupação institucional quanto aos riscos que a irregularidade impõe a quem migra: trabalho escravo, exploração e subemprego e, em casos extremos, falamos de risco de vida. Nessa arena complexa, o sistema de refúgio opera na ausência de uma clara política migratória, mobilizando uma rede de ativistas e organizações não governamentais preocupados com a ausência de atenção do poder público a esses novos residentes nos locais de sua chegada, e em sua inserção laboral e social, na sociedade brasileira.

Como universitários, éramos uma equipe de “caminhantes” e aprendizes, como sugere a poesia

de Antonio Machado, com pouca familiaridade com a cidade a qual nos dirigíamos. A extensão tem esse caráter prático de levar algo que faça a diferença na vida de seus interlocutores, as oficinas assumiam esse tom e ainda propiciaram um momento de engajamento dos alunos em conversas diretas sobre o impacto da migração nas vozes dos rapazes de Gana e, posteriormente, nos relatos generosos e críticos de outros interlocutores haitianos e senegaleses.

A ação de extensão, mesmo tão breve, se mostrou uma experiência intensa e duradoura ao trazer à tona as inquietações e as possibilidades de diálogos entre os diversos interlocutores. Exemplificamos assim como a própria migração se converte em um tema contemporâneo e inalienável quando ocorre no encontro presencial entre os diferentes caminhantes. ◀

Espaço para criar: teatro e dança com alunos surdos

Sergio Andrés Lulkin: Faculdade de Educação
Mestranda em Artes Cênicas: Marcia Berselli

O artigo propõe-se a evidenciar e problematizar alguns aspectos da ordem técnica e sensível a respeito da criação de aulas de teatro para alunos surdos. A partir da experiência pedagógica junto às oficinas do projeto “Teatro e Dança com alunos surdos”, desenvolvidas na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Surdos Bilíngue Salomão Watnick (Porto Alegre / RS), busca-se refletir sobre os agenciamentos atualizados na elaboração e realização de propostas cênicas em busca de uma poética corporal que integra a forma própria de comunicação dessa comunidade utilizando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Acrescem às discussões,

apontamentos a respeito de diretrizes que buscam pensar o espaço criativo proporcionado pelas artes como produtor de conhecimento e potencializador da afirmação social de um grupo minoritário.

O início

Entro na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Surdos Bilíngue Salomão Watnick, os seis alunos participantes das oficinas que integram o Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, “Teatro e Dança com alunos

Surdos”¹, me aguardam reunidos em uma sala: descansam, conversam, brincam... me esperam. Juntos nós vamos para a sala das artes. Já temos uma sistemática estabelecida: primeiro uma conversa, sentados no chão formando um círculo; em seguida, o aquecimento, massagem, exercícios, jogos e cenas. Como em toda sala de aula, temos os nossos contratempos: um aluno que faz piada, outro que acha a atividade muito difícil e não quer fazer, e outro que durante grande parte da aula conversa com o colega. Normal. A mim, como “organizadora” da aula, cabe chamar a atenção, chamar para o jogo, conquistar. E assim vamos descobrindo a cada aula novas dificuldades e desafios, ao mesmo tempo em que ganhamos confiança e “crescemos” como jogadores, conhecendo limites e os superando, nos maravilhando com novas descobertas e tendo contato com a magia do teatro que acontece quando o grupo coloca-se disponível a um compartilhar efetivo.

Nosso espaço e as oficinas

A Escola Municipal de Ensino Fundamental de Surdos Bilíngue Salomão Watnick, localizada na cidade de Porto Alegre, é uma escola que atende alunos surdos com ou sem outras deficiências associadas. Como escola bilíngue, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é a língua de instrução, a primeira língua, e o Português é trabalhado em sua forma escrita.

Os alunos que participam das oficinas têm entre 11 e 16 anos, e apresentam conhecimentos variados de português escrito e mesmo da Língua de Sinais.² Nossas oficinas acontecem na sala de

artes ou no pátio da escola, com a duração de 01h 45min. Nestas, temos como objetivos trabalhar com a dança - utilizando como base princípios do Contato Improvisação³ - e o teatro, visando como eixo principal o desenvolvimento da linguagem corporal dos alunos. Através de jogos e exercícios buscamos enfatizar a conexão do teatro e da dança em um só corpo, desenvolvendo a expressividade, a ludicidade e o trabalho de forma coletiva. Ao aproximar o teatro e a dança do contexto dos alunos, tencionamos promover um espaço em que sintam-se à vontade para explorar suas potencialidades e desenvolver o pensamento imaginativo através das experiências cênicas.

Nas aulas, utilizando a Língua Brasileira de Sinais, desenvolvemos exercícios teatrais, jogos dramáticos e teatrais, improvisações dramáticas e coreográficas, montagem de cenas, criação de roteiros e apreciação de trabalhos teatrais e de dança. Durante as aulas o foco está em envolver todos os alunos nas atividades e respeitar as necessidades individuais. Buscamos desenvolver as capacidades artísticas e intelectuais dos participantes, os jogos e atividades são selecionados levando-se em conta o grupo como um todo, mas instigando a reflexão sobre as diferenças e particularidades de cada aluno.

A organização básica dos encontros das oficinas segue uma sequência que visa estabelecer o contato entre os alunos e uma disponibilidade corporal e atenção ao momento, propiciando o desenvolvimento do estado criativo. Iniciamos nossos encontros com um momento de conversa, sentados em círculo. Conversamos sobre o encontro anterior e abrimos espaço para colocações acerca das reverberações e relações de nossas atividades com o cotidiano de cada aluno. A seguir, há o aquecimento corporal, o qual é feito em círculo trabalhando com a mobilização



de articulações e alguns alongamentos, quando passamos a um momento de manipular o corpo do outro, em duplas, trios ou em fila indiana. Como a referência visual é bastante importante, realizamos juntos, - alunos e professor -, o aquecimento inicial. O avanço das oficinas passa a ser conduzido pelos próprios alunos que organizam a sequência com a supervisão do professor.

Em seguida, realizamos exercícios e jogos de Contato Improvisação que propiciem um engajamento físico, trabalhando com ritmos e direcionando a atenção para o corpo em relação ao espaço e tempo, a partir dos quais passamos a estabelecer o contato entre os jogadores. Este contato é entendido como uma relação efetiva entre os jogadores, criando um “entre” que não é individual, mas existe somente na relação entre os participantes. Augusto Boal (2000, p. 143), teatrólogo brasileiro, fala desse contato entre os atores do jogo ao dizer que “Teatro pra mim sempre foi essa energia que passa de um a outro, entre os dois. Como o amor, que não está contido em um ou outro amante, mas existe intenso *entre um e outro*”.

Estabelecendo o contato, os exercícios e jogos de Contato Improvisação são mesclados a jogos teatrais, desenvolvendo competências técnicas. Disponibilidade, abertura ao outro e ao espaço, atenção, concentração, comunicação, imaginação, adaptação, capacidade de agenciar e ajustar meu corpo em relação aos outros jogadores e aos elementos com os quais componho, capacidade de ação-reação, consciência de si e do outro são competências desenvolvidas no estabelecimento do contato entre os jogadores.

Com estas ferramentas atravessando os corpos em contato, passamos a composições e criações de pequenas cenas. Elas são desenvolvidas a partir de algum momento diferenciado surgido nos exercícios e jogos anteriores, ou através de temas e assuntos previamente escolhidos pelo grupo, ou mesmo a partir de um roteiro que algum aluno inicia e que é desenvolvido por todos, em conjunto. Improvisamos compondo as cenas que são recuperadas algumas vezes em busca de apropriação, aprofundamento e memorização a fim de que possam, se assim desejarmos, serem retomadas em um próximo encontro. E assim nos encaminhamos à finalização da atividade.

No fechamento do encontro, há um novo momento de conversa, no qual levantamos questões sobre as atividades realizadas no dia. Cada aluno é instigado a colocar e compartilhar com os colegas suas percepções, contentamentos e descontentamentos, dúvidas e críticas. Quando nenhum jogador se disponibiliza a iniciar a fala, lanço uma questão que possa estimular um pensamento sobre a prática. Alunos que apresentam uma característica de liderança apresentam suas colocações, estimulando os demais. Respeitando cada colocação individual, os alunos encontram um espaço, nesse momento final de conversa, para trazerem o que se passa em seus pensamentos de maneira muito livre e sem cobranças excessivas. Questões das oficinas mesclam-se com relatos de seus cotidianos, com acontecimentos vivenciados na escola em outros momentos, com inquietações gerais.

1. Ação de Extensão coordenada pelo co-autor do presente artigo e oficinas ministradas pela autora. Registros em foto e vídeo realizados pelo bolsista de extensão, André Macedo, em 2013.

2. Como todo aluno em formação na escola básica, o acompanhamento e participação da família é fundamental. Alunos que são mais estimulados pelos pais, que têm familiares que conhecem a LIBRAS, sabem se expressar e se colocar de maneira diferenciada, participam mais das discussões, apresentam certo protagonismo, auxiliam o professor nas explicações e incentivam os demais colegas.

3. O Contato Improvisação é uma forma de dança desenvolvida pelo bailarino e performer Steve Paxton na década de 1970. Envolve a interação entre os corpos e a improvisação, além de elementos técnicos como rolamentos, apoios, carregadas, compartilhamento de peso, deslocamento do eixo e tomadas de decisão em conjunto. Não há hierarquias, todos podem participar.



Compartilhando do pensamento sobre as atividades teatrais, o sentido de grupo estimula o compartilhar de questões pessoais, quando cada aluno se sente seguro para expor o que o atravessa naquele momento, sem a cobrança tradicional de um “certo ou errado”, de algo que pode ou não pode ser dito. A confiança desenvolvida nos jogos que engajam o físico – como, por exemplo, exercícios e jogos de Contato Improvisação, no qual um aluno é sustentado pelo outro – e as tomadas de decisão em jogos nos quais não há uma escolha certa ou errada, mas sim diversas possibilidades à disposição do aluno que permanecem sendo exercitadas e vivenciadas também através da fala que encerra nosso encontro.

O sensível e o pedagógico

O que nos une no espaço das oficinas é o que o teatro nos proporciona enquanto experiência, enquanto compartilhar. Porque é isso que fazemos: compartilhamos daquele momento, daqueles experimentos, nos jogos, nos exercícios, nas cenas. Descobrimos juntos a importância de cada jogo, determinamos um sinal para cada jogo, criamos convenções que auxiliam o entendimento, a apropriação e a recuperação de jogos e

exercícios. Juntos vamos transformando jogos que inicialmente foram organizados com comandos a partir da fala/audição.

Neste espaço de estar em contato, de compartilhar, desenvolvemos aspectos da ordem do sensível, do expressivo, do pedagógico. Através das oficinas os alunos têm acesso a um conhecimento do fazer teatral que vai da ludicidade a mecanismos e competências técnicas, apreciar trabalhos teatrais e performáticos, dentro do próprio espaço escolar, através de parcerias realizadas com artistas locais⁴.

No sensível do jogo, praticamos e refletimos a respeito da prática. Em duas línguas – e mesmo com uma terceira, criada a partir das convenções do grupo, de uma ética que o mantém coeso – buscamos desenvolver um pensamento reflexivo e um aprofundamento de questões relativas aos jogos no sentido de elaborar uma fala sobre a prática. Nos diversos momentos de conversas que complementam as experimentações práticas, põe-se em jogo a minha capacidade de articular

4. Foi realizada na escola, no segundo semestre de 2013, a apresentação de “Teoria Bang Bang”, trabalho de Di Nardi e Gabriela M. Chultz, com orientação de Suzi Weber. Trabalho vinculado ao DAD/IA/UFRGS.

explicações e proposições acerca dos jogos e exercícios, bem como ajustamentos necessários ao traduzir minha fala – pensada em um primeiro momento em Português – para a LIBRAS – que muitas vezes apresenta palavras que não têm exatamente o sentido utilizado no Português ou em relação à área teatral, que também apresenta um vocabulário próprio.

Nesse sentindo, unir a prática dos exercícios e jogos com o momento da explicação em LIBRAS coloca-se como importante também para aprofundar as relações estabelecidas pelos próprios alunos em relação aos jogos, fomentando questionamentos e despertando interesses que por vezes não se condicionam apenas ao momento da aula de teatro ou às questões teatrais. Nestes momentos há outra situação de compartilhar, de se colocar disponível: por um lado buscando os melhores sinais, criando aproximações através de exemplos, e sendo instigada a aprender novos sinais; por outro, sabendo acolher relações a partir de eventos da vida cotidiana dos alunos, compreendendo uma formulação de pensamento a partir da LIBRAS. Buscamos equalizar, equilibrar as forças e a comunicação na hora de estabelecer convenções, criando códigos de conduta do grupo para que este sobreviva, para que seja coeso, coerente com os seus participantes, com as culturas que se encontram.

Assim, durante as aulas procuramos procedimentos que auxiliem ao aprimoramento e aprofundamento em relação aos jogos e criações propostas. Um recurso bastante utilizado é a filmagem e fotografia de cenas e jogos. Através deste recurso é possibilitado aos alunos um distanciamento – da ordem de se colocar “fora de cena” para perceber o que acontece “dentro” – e uma aproximação a elementos técnicos que por vezes não são conscientizados em uma perspectiva de “dentro” da cena. O estudo dos vídeos se mostra

uma boa maneira de aprofundarmos questões quando a explicação parece não contemplar de todo os jogos e exercícios. Através destas análises, é possibilitado aos alunos tecerem relações a partir de suas próprias percepções enquanto atores do jogo e espectadores do vídeo. Como local de “armazenamento” e “compartilhamento”, bem como visando à possibilidade de estudo – e memorização – dos vídeos para além do horário das oficinas, utilizamos uma ferramenta bastante presente na vida dos alunos, o *Facebook*. Direcionamos para esta plataforma alguns vídeos selecionados, advindos de filmagens das cenas em aula, bem como dos vídeos escolhidos como objeto de experimentações – cenas de espetáculos, de práticas corporais, de performances, etc.

Através deste registro empírico a memória dos alunos é desenvolvida e posta em relação ao trabalho, sendo também uma forma de retorno da prática ao aluno. Ali, disponível a todos os participantes, o trabalho realizado em conjunto adquire um forte sentido de “compartilhar”. Todos são legitimados como propositores do trabalho, como possuidores dos vídeos, como agentes das práticas desenvolvidas em sala. Há uma apropriação do trabalho, que começa em sala, passa pelo acesso aos registros e culmina no momento em que os alunos são autônomos para compartilhar o conhecimento com outros alunos da escola que não participam das oficinas. Ao se proporem a “ensinar” jogos, frases de movimentos corporais advindas da pesquisa sobre personagens e mesmo sequências de cenas, os alunos adentram um universo pouco acessível e quase nunca aberto a eles: de propositores legítimos de um saber. Desta forma, através da prática e da reflexão sobre a prática, podemos pensar o espaço criativo proporcionado pelas artes como produtor de conhecimento e potencializador da afirmação social de um grupo minoritário. ◀

Referência

BOAL, Augusto. *Hamlet e o filho do padeiro*: memórias imaginadas. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Projeto UFRGSMUNDI

Sonia Ranincheski: Departamento de Economia e Relações Internacionais
Acadêmicos: Willian Moraes Roberto, Julia Simões Tocchetto, Juliana Freitas Marília Closs

O Projeto UFRGSMUNDI é o primeiro modelo das Nações Unidas para secundaristas do Rio Grande do Sul, tendo sido criado em 2012, e estando atualmente na sua terceira edição. Apoiado pela Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é organizado por alunos dos cursos de Relações Internacionais, Direito e Jornalismo.

No UFRGSMUNDI, estudantes do ensino médio têm a oportunidade de discutir importantes tópicos da agenda internacional atual. As discussões são estruturadas em comitês que representam reuniões de fóruns multilaterais internacionais e cortes de justiça, onde os alunos inscritos participam como representantes de países ou como juízes e repórteres. Modelos das Nações Unidas. São oportunidades únicas para os estudantes discutirem de uma maneira bastante realística tópicos de grande interesse internacional, incentivando-os a se aprofundar e a se familiarizar com essas questões. Além disso, as discussões incentivam o desenvolvimento das habilidades oratórias dos participantes, bem como a sua capacidade de compreensão dos vários pontos de vista sobre um assunto, uma vez que a posição a ser defendida, deve ser a do país designado e pode não representar as ideias pessoais de cada um.

Assim, o UFRGSMUNDI é um instrumento de ensino e aprendizagem de Relações Internacionais que contribui para o crescimento pessoal e intelectual do estudante. Utilizamos materiais de apoio acadêmico elaborados pelos graduandos dos cursos mencionados acima, os Guias de Estudo. Através destes, os delegados obtêm

uma abordagem que prima pela excelência acadêmica, indo além da superfície dos assuntos. Tais Guias de Estudo são compilados em um periódico anual, contando com ISSN, o qual será distribuído para as escolas participantes antes do evento.

O público-alvo do UFRGSMUNDI são estudantes de escolas públicas, a despeito da presença de escolas particulares inscritas. Tendo consciência do diferencial que a participação no UFRGSMUNDI pode representar, priorizamos a participação das escolas públicas como forma de diversificar a metodologia empregada no ensino público, procurando colaborar com este no aprimoramento da formação dos estudantes. Como forma de melhor preparar os delegados ao longo do ano, o UFRGSMUNDI oferece um curso preparatório aos inscritos interessados, onde são oferecidas aulas referentes aos tópicos de cada comitê a ser simulado, além de instruções sobre regras e porte em simulações.

Também apoiamos o projeto UFRGSMUN BIS, que introduz às turmas de ensino médio os valores e princípios das Nações Unidas através de uma simulação nas escolas públicas participantes. Deste modo, os alunos que passam por este projeto parceiro podem participar do UFRGSMUNDI já familiarizados com algumas



regras e princípios de simulações da ONU. Buscamos por meio de todo esse processo maximizar o aprendizado e o aproveitamento de todos os participantes durante os dias da simulação. Em 2012, ano inicial do UFRGSMUNDI, o projeto ofereceu 150 vagas distribuídas em cinco comitês. Em 2013, o número de inscritos ultrapassou em mais de 100% a quantidade de vagas e o evento pode comportar cerca de 220 delegados, distribuídos em oito comitês. Devido ao grande sucesso das primeiras edições e crescente interesse demonstrado pelos estudantes neste evento, em 2014, o UFRGSMUNDI ampliou suas vagas para contar com a presença de cerca de 350 alunos de escolas públicas e privadas de todo o estado. ◀

Um giro pela Itália: relato de uma prática extensionista

Daniela Norci Schroeder: Instituto de Letras
Eliane Cristina Siqueira Berra: Instituto de Letras

Este artigo é um dos frutos da oficina *In giro per l'Italia – un viaggio attraverso l'arte, la geografia e la storia* (Um giro pela Itália – uma viagem através da arte, da geografia e da história) e pretende relatar a elaboração e a prática desta atividade, além de trazer algumas reflexões. Esta ação de extensão ocorreu no segundo semestre de 2013, e representou o estágio II em língua italiana de três alunas do curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A equipe era formada por Natália Oliveira Pasin, Letícia Valandro e por mim, Eliane Cristina Siqueira Berra, sob a orientação da professora Daniela Norci Schroeder. A extensão foi escolhida como meio de realizarmos o nosso estágio

porque, dessa maneira, poderíamos prestar um serviço uma vez que a língua italiana não está presente no currículo das escolas públicas de Porto Alegre, onde normalmente acontecem os estágios da graduação. A oficina ocorreu uma vez por semana, no período de 24 de setembro a 19 de novembro, e cada encontro contava com três horas de duração.

Escolha do tema e metodologia utilizada

Para a escolha do tema e preparação do esboço das aulas, contamos com um período de aproximadamente dois meses antes do início da ação. Nossa intenção era realizar uma oficina em



Figura 1.

língua italiana e, para isso, buscamos escolher um assunto que fosse capaz de chamar a atenção das pessoas que já haviam estudado a língua. O nosso objetivo não era estudar a língua italiana a partir de suas estruturas gramaticais, mas sim criar um meio de usar a língua italiana de um modo que despertasse a curiosidade nos estudantes em relação à cultura do país. Então, escolhemos trabalhar a geografia, a história e a arte para falar de cultura através da língua e assim nasceu o nome *In giro per l'Italia – un viaggio attraverso l'arte, la geografia e la storia* (Um giro pela Itália – uma viagem através da arte, da geografia e da história). Escolhemos esse tema, que é abrangente, porque as pessoas que já estudaram a língua italiana, de modo geral, já estiveram na Itália, mas a maioria não conhece a história do país, a geografia e a arte, ou conhece muito pouco. Essa lacuna que buscávamos preencher se mostrou necessária, uma vez que as 30 vagas disponíveis foram preenchidas em poucos dias. Para a divulgação imprimimos cartazes, que espalhamos pelos Campi do Vale e Central da UFRGS (Figura 1 - cartaz de divulgação); solicitamos que a nossa COMGRAD (Comissão de Graduação) divulgasse via e-mail aos seus contatos; e, além disso, divulgamos nas nossas redes sociais e na página de notícias da UFRGS - <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/oficina-promove-lingua-e-cultura-italiana>.

Após a escolha do tema, que uniu as idéias de cada uma das idealizadoras, buscamos uma maneira de trabalhá-lo nos nove encontros que teríamos. Como a nossa oficina iria abordar, na verdade, três grandes temas, que são complexos e extensos (geografia, história e arte), optamos por trabalhar com a história a partir do contexto da unificação italiana (1861) e com expoentes da arte italiana (que contemplou a literatura, a pintura, a escultura e a música). Quanto à geografia, nos focamos na atual configuração do mapa italiano e em características físicas do território e no que isso implicou para a formação do povo.

Entendemos que a cultura de um povo é ligada à sua geografia e à sua história. Assim, trabalhamos as diferenças entre o norte e o sul através da sua história política e econômica. A geografia italiana surge para mostrar as diferenças territoriais que fazem o país tão particular. Além disso, o modo como a Itália foi dividida – pela sua geografia e pelos acontecimentos históricos – nos faz entender também as questões de linguagem. Com isso, trabalhamos os dialetos. Consideramos essas características regionais muito importantes, pois elas fazem da Itália um lugar tão diverso e tão único. E a arte italiana surge, então, como resultado dessas particularidades.

Quanto à metodologia utilizada, fizemos uso de aulas expositivas, mas sempre procurávamos abrir espaço para a contribuição dos alunos. Nas aulas, revezávamos o comando da turma para que os alunos tivessem uma figura de referência e para que adquiríssemos experiência, embora estivéssemos todas em sala juntamente com a coordenadora. Isso foi importante, pois estávamos em maior número para auxiliar os alunos durante as atividades propostas e também para tirar dúvidas, caso solicitassem. Fizemos também atividades individuais e em parceria (duplas e grupos). Além disso, nos preocupamos em fazer uso de diferentes mídias e gêneros. Tínhamos à disposição uma sala ampla, um computador (com acesso à internet), um projetor e caixas de som.



Figura 2.



Figura 3.



Figura 4.

A prática

No nosso primeiro encontro, após a dinâmica de apresentação, distribuímos mapas da Itália em branco para os alunos. Na sequência, distribuímos, respectivamente, um guia com dicas para a colocação das regiões, as capitais – recortadas a fim de encaixarem nos mapas – e imagens de monumentos e locais conhecidos. Durante a elaboração dos mapas, os alunos trocaram informações e ajudaram uns aos outros. Após essa primeira etapa, distribuímos um bilhete por dupla com informações sobre estas imagens. Eles tinham a tarefa de apresentá-las para o grande grupo. As informações restantes foram trazidas por nós em uma apresentação em PowerPoint. Este arquivo foi enviado, posteriormente, aos alunos. No término da aula, entregamos a todos um marcador de página criado por nós e cada aluno saiu com o seu mapa da oficina (Figura 2) – material que os acompanhou durante as semanas seguintes.

Neste dia, percebemos que, embora tivéssemos divulgado que a oficina seria em língua italiana, alguns alunos não tinham muito contato com a língua e precisavam de mais auxílio. Felizmente, isso não atrapalhou o andamento do projeto, mas implicou em dedicarmos mais tempo às questões de linguagem, como o léxico.

A segunda aula iniciou com uma retomada da aula anterior. Para isso, levamos aos alunos um quebra-cabeça do mapa da Itália (Figura 3). Na sequência, trabalhamos a unificação italiana e a importância da figura de Giuseppe Garibaldi nesse contexto. Tratamos também dos mecenas, das famílias importantes do país e terminamos com um pequeno *quiz* artístico (obras de arte, pintores famosos e literatura). Nesta aula, fizemos uso de pequenos textos, quadrinhos e apresentações de PowerPoint. Dentre as atividades que realizamos nesta aula, a que mais se destacou foi o trabalho com quadrinhos para contar a história de Garibaldi: dividimos os alunos em grupos e distribuímos uma história em quadrinhos sobre



Figura 5.

ele. Os quadrinhos estavam embaralhados e a tarefa consistia em organizar a história e contá-la aos colegas. Os alunos mostraram-se muito engajados na atividade e contentes com o resultado.

No nosso terceiro encontro, continuamos a falar sobre a unificação italiana, mas por outro olhar, trazendo um pouco da história dos vencidos. Em seguida, trabalhamos o hino italiano e *Va pensiero*, trecho da Ópera de *Nabucco*, que também é considerado um hino do povo italiano. Por fim, vimos a história da bandeira e características geográficas do país. Os alunos receberam os textos das canções e também assistimos a vídeos. Além disso, fizemos o uso de pequenos textos e apresentação em PowerPoint. Neste dia, os alunos confeccionaram a sua bandeira da Itália (Figura 4).

As aulas quatro e cinco foram dedicadas a trabalhar as diferenças entre o norte e o sul. Na quarta aula, para observarmos algumas características do norte, levamos revistas de viagem e guias sobre algumas cidades que já tínhamos pré-selecionadas. Os alunos foram divididos em pequenos grupos e cada um ficou responsável por falar a respeito de uma cidade. Eles receberam a

orientação de buscar pontos turísticos, serviços e algumas curiosidades. Também falamos sobre hábitos dos italianos e provérbios ligados às cidades. Na aula seguinte, continuamos com o tema e vimos exemplos de dialetos do norte dando uma ênfase ao vênето devido à imigração presente no estado. Para isso, levamos uma palavra em dialeto para cada aluno e perguntamos se sabiam o que significava ou se podiam deduzir. Após isso, vimos sua correspondência no italiano “oficial” e também trabalhamos a letra da canção *Mazzolin di fiore*. Ainda nesta aula, trabalhamos as cidades do sul – utilizando a mesma dinâmica que usamos para as cidades do norte –, a lenda de *Romulo e Remo* e as canções *Caruso* e *O Sole Mio*, que utilizam o dialeto napolitano.

O sexto encontro foi dedicado à imigração e emigração italiana. Nesta aula, utilizamos textos, quadrinhos e a canção *Mamma mia dammi cento lire*, que é um símbolo da emigração italiana às Américas.

Os três últimos encontros tiveram a arte como tema central e se dividiram em: literatura, pintura, escultura e música. Essas aulas tinham



Figura 6.

o intuito de mostrar a relevância da arte italiana para o mundo.

No sétimo encontro, foi feito um panorama sobre a origem da literatura italiana - Dante, Petrarca e Boccaccio. Neste dia, foi dado um maior enfoque a Boccaccio: fizemos a leitura de três novelas de *Decamerone* e os alunos puderam ver a adaptação para o cinema. Eles receberam os textos das novelas em português e em italiano e, com base na leitura do texto em português, deveriam colocar em ordem o texto em italiano. Isso possibilitou um contato com a obra original escrita no século XIV. Os alunos estavam divididos em três grandes grupos e cada grupo recebeu uma novela. Após essa primeira etapa, eles tinham que contar a história para a turma. Por fim, encerramos com a adaptação de Pier Paolo Pasolini dessas novelas para o cinema.

A oitava aula abordou a pintura e as artes plásticas. Fizemos um percurso cronológico da arte românica à arte contemporânea com maior relevo a Da Vinci e a Caravaggio. A aula foi basicamente expositiva e para retomar os assuntos tratados foram feitas duas cruzadinhas e terminou com um questionário acerca do que tínhamos visto.

Por fim, a última aula teve como tema central a música. Fizemos um apanhado da ópera lírica à canção com mais downloads no itunes no momento, passando pelo início do tradicional *Festival di San Remo*. Os alunos receberam a letra de todas as canções escolhidas e foram feitos exercícios de diversos aspectos da língua, como o léxico, a compreensão e a interpretação de texto. E, como uma maneira de retomar o caminho percorrido durante a oficina, elaboramos um *quiz* acerca do conteúdo trabalhado. A turma estava dividida em dois grupos que concorriam. Felizmente, houve um empate porque ambos se saíram muito bem.

Durante a oficina, ao término de cada aula, dedicávamos um tempo para refletirmos sobre o trabalho realizado. Esse momento entre nós, estagiárias, e a coordenadora era fundamental para voltarmos o olhar à nossa prática e para que pudessemos nos aperfeiçoar enquanto docentes.

Considerações finais

Nosso público alvo eram pessoas que já haviam estudado a língua italiana, como já foi dito. Felizmente, foi formado um grupo bastante heterogêneo: de jovens à terceira idade (Figura 5). Essa troca durante as aulas foi muito produtiva.

Terminamos a ação de extensão muito satisfeitos porque nosso objetivo foi alcançado. Os alunos se mostraram interessados em continuar estudando a língua e a cultura italiana. Além disso, pudemos observar o crescimento de cada aluno que acompanhou o curso.

Esta ação também foi levada ao Maré de Arte/UFRGS 2014, em Tramandaí, proposta em forma de oficina (Figura 6) e foi apresentada na modalidade de tertúlia no XV Salão de Extensão da UFRGS, ocasião em que foi premiada como Destaque. ◀

Programa de extensão jogos lógicos de tabuleiro

Liliane Ferrari Giordani: Faculdade de Educação
Renato Perez Ribas: Instituto de Informática

A Faculdade de Educação e o Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande Sul desenvolvem, desde 2012, o Projeto de Extensão Jogos Lógicos de Tabuleiro. Este projeto tem desenvolvido atividades junto a escolas na formação de professores, em espaços comunitários com crianças e adolescentes e em projetos com maior idade. Para o ano de 2014, uma das ações desenvolvidas do Programa foi a formação de professores de Porto Alegre e da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul nas redes municipais de Santa Rosa, Giruá e Santo Cristo, em uma parceria com o Instituto Federal Farroupilha.

Os cursos de formação compreendem os encontros presenciais e a realização de atividades promovidas pelos professores em suas escolas. Os professores produzem relatórios mensais e publicam imagens compartilhando com os colegas o trabalho desenvolvido. O formato do trabalho nas escolas é definido por cada professor, alguns realizam em sua disciplina, outros em momentos de compartilhamento de disciplinas, em atividades de oficinas, laboratórios de aprendizagem ou mesmo durante o período do recreio. Este projeto envolve atividades com Jogos Lógicos de Tabuleiro, desde os clássicos Xadrez e Damas até alguns menos conhecidos como o Pong Hau K'i e o Shisima. São mais de 50 jogos organizados de forma didática em ordem crescente de complexidade e agrupados segundo seus princípios de funcionamento, compondo Módulos. Atualmente, temos seis módulos preparados: jogos de bloqueio e alinhamento, jogos de deslocamento,

jogos de posicionamento, jogos de captura, jogos de caça, e jogos relacionados ao Xadrez.

Os jogos são praticados em quatro modalidades: o tradicional jogo com o tabuleiro sobre a mesa, o jogo no computador, o jogo "gigante" e o jogo "vivo". O projeto contempla ainda um viés de pesquisa dos jogos existentes no mundo e de pesquisa pedagógica quanto ao impacto das atividades propostas no desenvolvimento cognitivo do indivíduo. No Programa de Extensão Jogos Lógicos de Tabuleiro, tais jogos são apresentados em uma sequência didática de complexidade crescente, onde a cada etapa procura-se acrescentar um novo conceito de associação lógica. Diferentes jogos, com distintos cenários, regras e grau de dificuldade, são apresentados e praticados



Figura 1: Presença dos jogos de tabuleiro no UFRGS Portas Abertas 2014.

com o intuito de evitar a polarização ou foco em apenas um jogo. Dessa forma, procura-se evitar a especialização do participante em relação a um jogo específico, fato que naturalmente tenderia a fazer o raciocínio lógico exercitar a memorização de padrões, estratégias, técnicas do jogo em questão, e movimentos repetitivos. A variação dos cenários e regras faz com que o indivíduo tenha que entender um novo contexto e desenvolver rapidamente suas próprias estratégias para alcançar o objetivo determinado naquele momento, sem necessariamente ter estudado com antecedência esta dada situação. Este comportamento é análogo ao que vivenciamos a todo momento quando planejamos nossas ações diárias, e temos que tomar decisões em relação a imprevistos e situações inesperadas.

No ano de 2014, a Ação de Formação de professores das regiões, Porto Alegre e noroeste do Estado do RS, têm envolvido em torno de 50 escolas municipais e 100 professores, constituindo um contingente de mais de 1200 crianças e adolescentes, da educação infantil e do ensino fundamental. Os indicadores apontam a aceitação dos alunos pelos jogos de tabuleiro, a incorporação por algumas escolas reinventando materiais e principalmente a descoberta de novas aprendizagens mudando a configuração daqueles conhecidos pelo "não saber" ou então por "inquietações" ou "desinteresses" pela escola. Seguimos dando continuidade para as ações de formação de professores, é um objetivo permanente constituir multiplicadores para o trabalho com Jogos Lógicos de Tabuleiro nas escolas. ◀

Incubadora tecnológica de cooperativas populares - ITCP/UFRGS

Gilmar Gomes: Faculdade de Ciências Econômicas

Autores: Thais Hopp Rodrigues; Rafael Augusto Braga; Cristiane Giaretta; Matias Köhler; Estela Santos; Marcos Vinícius Pasolini Bombardelli; Tábata Silveira; Roberta Cardoso; Gladis Richa Kalil

O trabalho está inserido em uma ação de extensão promovida pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e pelo NEA (Núcleo de Economia Alternativa). Objetiva-se a melhoria das condições de vida e de trabalho para um grupo organizado de mulheres do Assentamento Filhos de Sepé, localizado na cidade de Viamão - RS.

A partir de uma visão holística, estão relacionados aspectos socioeconômicos e de preservação ambiental para a construção de uma sociedade cooperativa e solidária. O grupo, através da produção de panificados e das hortas orgânicas,

promove a autonomia e o empoderamento de suas famílias, que têm seus produtos comercializados no Contraponto, localizado no Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um entreposto de comercialização de Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

Objetivos: Favorecer o comércio em redes, reduzindo a ação dos intermediadores, da dependência do mercado externo ou ainda das grandes empresas ligadas ao agronegócio, valorizando a autonomia e reconhecendo a riqueza biológica e cultural existente em seus territórios e comunidades. Aprimoramento entre os/as agricultores/as

e os/as técnicos/as envolvidos/as, para que haja a produção das demandas dentro do assentamento com baixos custos. Outras produções possíveis, como manejo da água, fixação do carbono e mitigação dos gases de efeito estufa no solo, que representam boa parte da saúde e conservação do solo, estão em processo de desenvolvimento de projeto viabilizando uma maior escala de produtos agroecológicos, assim sendo possível o fornecimento dos mesmos a feiras populares, escolas e restaurantes universitários. Desenvolver diagnóstico da micro-bacia hidrográfica na área do assentamento, para futura implantação de um sistema de irrigação em uma área do assentamento não atendida atualmente.

Metodologia: Neste projeto multidisciplinar, ocorrem cursos que priorizam a troca de saberes da botânica camponesa, baseada na perspectiva de pensar, estar e fazer juntos, o resgate de técnicas para a produção de biofertilizantes, compostagem, pelitização de sementes e adubação verde onde há um reforço no processo de recampinização e na identidade das/os trabalhadores camponeses. O enfoque metodológico baseia-se na interdisciplinaridade, envolvendo estudantes de graduação de diversas áreas - biologia, agronomia, nutrição, antropologia, economia, direito, geografia, artes - professores/as e técnicos/as. A ação dos estudantes, professores/as e técnicos/as permite a aplicação do “saber acadêmico” em completude com os saberes tradicionais em um movimento de reconhecimento pedagógico da legitimidade desses saberes, díspar às referências da globalização.

Processos Avaliativos: Para um melhor dimensionamento e aprimoramento das ações realizadas, aplicou-se um questionário sócio-econômico junto a algumas famílias do assentamento que



resultou em demandas de adubo, biofertilizantes, ração (milho, farelo de arroz, etc.) para a criação de animais e outros insumos naturais necessários para a produção de alimentos com baixo custo de aquisição. Assim como a necessidade de aquisição de maquinário como trator para auxiliar nos plantios.

Considerações Finais: Torna-se relevante esta ação, uma vez que a demanda por alimentos de procedência livre de agrotóxicos cresce, bem como a preservação das espécies que vivem no ecossistema da Área de Preservação Ambiental (APA) do Banhado Grande, onde se localiza o assentamento e habitat de diversas espécies com relevância ecológica, inclusive cervos-do-pantanal e a preservação da qualidade d'água dos mananciais que abastecem parte da Região Metropolitana de Porto Alegre. Espera-se assim, ao final da ação, que a comunicação e vivência permanente com o grupo possam contribuir para futuras ações que contemplem o aumento das redes de colaboração, comércio justo e sustentável e expansão de uma agricultura de base ecológica para uma tecnologia a serviço da emancipação e soberania camponesa. ◀

Referências

Freire, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1992.
Cartilha da Saúde do Solo. Edição Juquira Candiru Satyagraha, 2011.

As rodas de memória como estratégias de musealização e empoderamento dos moradores da Ilha da Pintada, Porto Alegre – RS, em relação ao seu patrimônio

Ana Maria Dalla Zen: Departamento de Museologia
 Acadêmicos: Ana Ramos Rodrigues, Deise Formolo, Lilian Santos da Silva Fontanari

Este trabalho tem como cenário a comunidade de moradores da Ilha da Pintada, situada na cidade de Porto Alegre, RS, bairro Arquipélago, localizada no Parque Estadual Delta do Jacuí.

O início do projeto foi na disciplina eletiva do curso de Museologia – Tópicos Especiais em Pesquisa Museológica, em 2012, que definiu como seu foco de trabalho a comunidade da Ilha da Pintada, cujos moradores situam-se entre os de menor índice de desenvolvimento urbano de Porto Alegre. Um grupo de mulheres que trabalham com o artesanato com escamas de peixe, reunidas na Associação Art'Escama, propôs a

parceria com a Universidade, para criação de um museu para a comunidade. A perspectiva era de um economuseu, ou seja, um ecomuseu que tem como referência a valorização e preservação do patrimônio e do território em ações de desenvolvimento sustentável, e que tem como foco a geração de renda.

Como resultado, foi criado o Museu Ilha da Pintada, que inclui um museu de percurso, um museu virtual, um espaço expositivo, um atelier de artesanato e um ponto de vendas, localizado no CTG Madrugada Campeira. Nesse cenário, as histórias de vida das pessoas, suas narrativas e imaginários, são os focos de uma pesquisa-ação, de cunho etnográfico, que reúne a documentação em torno da trajetória histórica, social e cultural da Ilha da Pintada, utilizando a metodologia da história oral, mediante o recurso das rodas de memória.

O objetivo da apresentação no Salão de Extensão foi refletir em torno da experiência da realização de rodas de memória como forma de recuperar as memórias das pessoas e estratégias para ressignificar suas raízes culturais, processo histórico e expectativas em relação ao futuro. As rodas de memória, também chamadas de rodas de conversa, é utilizado como método nas práticas





para História Oral, e que buscam, por meio da tradição falada, incentivar que as pessoas (re) contem suas memórias em torno da história e da cultura local, bem como reflitam sobre suas trajetórias de vida. Durante o período 2013 a 2014, foram realizadas rodas de memórias que reuniram diferentes grupos de moradores, com a proposta de estabelecer uma interface para a valorização dos bens materiais e imateriais da Ilha da Pintada, enfatizando os saberes e fazeres de seus moradores.

A metodologia das rodas de memória se sintetiza em duas etapas, que são: a) criação de um tema chave, b) convite para um grupo de pessoas envolvidas com a temática participarem da roda. As pessoas ficam dispostas em círculo, e a conversa pode ter um ou mais mediadores, que tenham vasto conhecimento sobre o assunto a ser focalizado. O registro é realizado por meio de vídeo, fotos e anotações, úteis para as metas da roda de memória, que incluem a produção de um audiovisual sobre o tema, na forma de documentário em vídeo, e da organização da

documentação em torno do material reunido, que possa ser útil para o desdobramento de outras possibilidades apontadas na conversa.

No campo da Museologia, o recurso permite estabelecer diálogos entre as pessoas, a fim de identificar os aspectos a serem patrimonializados pela comunidade, com temáticas definidas coletivamente, a fim de contemplar diferentes grupos sociais. Serão analisadas três rodas de memória: a) história do Estaleiro Mabilde na comunidade da Ilha da Pintada, que reuniu antigos moradores, trabalhadores e dirigentes do Estaleiro, que foi uma empresa fundamental no processo de urbanização e desenvolvimento da Ilha nas décadas de 1940 e 1950; b) Presença negra da Ilha da Pintada; c) As mulheres, o trabalho e o artesanato, reuniu as artesãs que compõem a Associação Art'Escama, grupo protagonista na criação do Museu na comunidade.

Os resultados revelam que as rodas de memória se constituem em recurso útil e adequado para o registro e reconstrução das memórias dos ilhéus, especialmente em função da grande adesão e participação dos moradores. Durante as três ações, puderam ser identificados relatos, peculiaridades, experiências e vivências de cada sujeito que salientaram em suas narrativas aspectos coletivos e solidários, que permitiram a ressignificação e reforço de suas memórias, valores e cultura. Para os alunos do curso de Museologia, a experiência foi importante por lhes permitir uma imersão no campo da Museologia Social, que, ao se voltar para o desenvolvimento e mudança social, identifica-se com as funções e objetivos da extensão universitária. A atuação nas rodas de memória, fez com que pudessem integrar as dimensões teóricas e empíricas propostas pelo currículo de seu curso, com a ação museal diferenciada que representa a experiência com museus comunitários, em que, ao invés da museologia tradicional, preocupada em acervos, prédios e públicos, o foco se volta às pessoas, à comunidade, suas lutas, trajetórias, narrativas e expectativas em relação ao futuro, numa forma de identificação do outro e consigo mesmo. ◀

Educação não formal e formal: interação entre o museu e a escola

Maria Cristina Pons da Silva: Departamento de Paleontologia e Estratigrafia
Acadêmico: Lúcio Gastal

O projeto pretende estabelecer parceria entre o Museu de Paleontologia e às instituições da rede de ensino básico de Porto Alegre e entorno, visando contribuir com a alfabetização científica dos educandos quanto aos temas relacionados à história do planeta Terra, destacando a evolução da vida. Para tanto, foram convidadas as instituições de ensino de Porto Alegre e entorno. A partir da manifestação de interesse das escolas em participar do projeto foram agendadas reuniões mensais com os representantes dessas instituições de ensino.

A instituição museu, devido ao seu alto potencial comunicacional, promovido pelo diálogo direto entre o objeto musealizado e os cidadãos, é um importante instrumento de intervenção capaz de mobilizar intenções e esforços contribuindo para a solução de problemas na comunidade. Consequentemente, desempenha importante papel

como agente de mudança e desenvolvimento social. Deve-se ressaltar também que, devido as constantes mudanças ocasionadas pela rapidez com que novos conhecimentos são produzidos, estes espaços de educação não formal assumem relevância na educação continuada.

Os museus universitários, como difusores do conhecimento gerado e/ou sistematizado na universidade, desempenham seu compromisso social oferecendo atualizações aos profissionais de educação na comunidade onde estão inseridos. Nos encontros mensais os professores expuseram as dificuldades enfrentadas por suas escolas, envolvendo tanto aspectos materiais como funcionais. Com base nesses depoimentos, foi possível diagnosticar as necessidades dos professores em relação à temática proposta. Sempre dialogando com os participantes concebeu-se assim, como vem sendo produzido materiais pedagógicos, os quais serão disponibilizados às escolas. Tais materiais, compreendendo: jogos, vídeos, réplicas, entre outros, irão compor a midiateca do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto.

Realizaram-se oficinas de atividades científico-pedagógicas voltadas aos profissionais de educação nos laboratórios e reservas técnicas com a participação de geólogo do Museu e mestrandos do curso de Pós-Graduação em Geologia da UFRGS. Prestou-se orientação aos professores quanto ao planejamento da visita à exposição do Museu, incluindo atividades pedagógicas para serem realizadas com os alunos antes e após tal vivência. ◀



A metodologia IRDI como promoção de saúde na creche

Milena da Rosa Silva: Instituto de Psicologia
Daiana Rostirolla Linhares: Instituto de Psicologia

Vimos, por meio deste, compartilhar a experiência que estamos realizando na inserção em turmas de Berçário I em creches municipais e conveniadas à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Tal acompanhamento se dá de modo semanal através da nossa presença em sala durante um turno. Acompanhamos, portanto, tanto os bebês quanto os educadores, realizando intervenções in loco. Esse acompanhamento

é parte integrante de um projeto de pesquisa-intervenção que se intitula “O impacto da Metodologia IRDI na prevenção de risco psíquico em crianças que frequentam creche no seu primeiro ano e meio de vida”. São membros dele professores e estudantes dos cursos de Psicologia e Fonoaudiologia, bem como psicólogos especializando na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS.



É um trabalho que contribui, de modo significativo, para a nossa formação. Atualmente, acompanhamos turmas de Berçário I de 7 escolas localizadas em várias regiões da cidade. Tais escolas foram indicadas pela Coordenação da Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação (SMED), como locais nos quais a nossa intervenção seria algo importante. O nosso olhar tem como base o Instrumento denominado IRDI (Indicadores clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil), que aborda fatores presentes na constituição psíquica e no desenvolvimento saudável dos bebês. Tais fatores são relacionais, de modo que são observados na relação cuidador-criança e, nesse caso, na relação educador-bebê.

As famílias contemporâneas, em decorrência da organização da vida nos grandes centros urbanos, têm recorrido - com frequência - às Instituições de Educação Infantil para os cuidados diários de seus bebês, já que a grande maioria dos genitores trabalha fora de casa (IBGE, 2010). Diante dessa realidade, as crianças passam mais tempo na creche do que no meio familiar, e o papel desenvolvido pelos educadores torna-se fundamental. A creche é vista como um local onde se cuida, educa e previne (Mariotto, 2009); e, os educadores, como adultos que possibilitam e favorecem o desenvolvimento saudável dos bebês. O nosso trabalho se dá justamente nesse sentido: favorecer a promoção de saúde na creche. Para isso, o acompanhamento está se constituindo por alguns momentos distintos.

Inicialmente, realizamos entrevistas com as educadoras, a fim de conhecer as suas experiências profissionais, as motivações e dificuldades

em estarem em uma turma de Berçário I, além da concepção que haviam sobre cuidado. Em um segundo momento, realizamos um curso de formação com tais educadoras, justamente para conversarmos sobre as aquisições e potencialidades dos bebês em cada faixa etária e sobre a importância da função delas nesse processo. Em um terceiro momento, que dura 9 meses, acompanhamos essas turmas semanalmente em duplas. É um enriquecimento recíproco. Para nós, a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento normal dos bebês, com as suas particularidades, ritmo, característica e personalidade, e de experienciar - com as educadoras - os desafios presentes na sua prática.

A partir da realidade de cada escola, houve a nossa inserção em alguns dispositivos, como a reunião com os pais, por exemplo. Aconteceram também encontros com as educadoras, nos quais pudemos escutá-las e conversar sobre o desenvolvimento dos bebês acompanhados. Além disso, bimensalmente, realizamos reuniões com a SMED, nas quais abordamos questões de rotina e de funcionamento das creches que percebemos serem comuns a várias delas. Todas essas intervenções são pensadas a partir do relato das experiências que vivemos nas creches e que compartilhamos com o grupo de pesquisa-intervenção, que se encontra semanalmente. Vemos o nosso trabalho como uma intervenção que alia prevenção e promoção de saúde. Ele tem contribuído não somente para nossa formação, mas - principalmente - para que o ambiente escolar venha a proporcionar um cuidado integral, que contemple os aspectos físico e emocional. ◀

Referências

MARIOTTO, R. M. M. **Cuidar, educar e prevenir: as funções da creche na subjetivação de bebês**. São Paulo: Escuta, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, n. 27, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor

Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitora de Extensão

Sandra de Deus

Revista da Extensão
Porto Alegre, nº 11, Outubro de 2015.
Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Editor

José Antônio dos Santos

Projeto gráfico e diagramação

Eduardo Cardoso
Paulo Baldo
Ricardo Fredes da Silveira

Capa

Paulo Baldo

Revisão

José Antônio dos Santos

Bolsista de jornalismo

Bruna Andrade

Conselho Editorial

Sandra de Deus (Pró-Reitora de Extensão)
Carla Bastos dos Santos (Assessoria Técnica)
Claudia Porcellis Aristimunha (Museu da Universidade)
Eduardo Cardoso (Faculdade de Arquitetura)
José Antônio dos Santos (Departamento de Educação e
Desenvolvimento Social)
Luciana Neves Nunes (Instituto de Matemática)
Maria Helena Steffani (Instituto de Física)
Pantelis Varvaki Rados (Faculdade de Odontologia)

A Revista da Extensão conta com áudio descrição.
As informações em braille que acompanham a
Revista da Extensão são disponibilizada pelo
INCLUIR - Núcleo de Inclusão e Acessibilidade.

Normas para submissão de artigos

Os artigos deverão ser encaminhados para o endereço revistadaextensao@proext.ufrgs.br no seguinte formato:

Artigos: textos inéditos resultados de atividades de extensão ou reflexões relativas à extensão universitária caracterizando-se como contribuição ao conhecimento sobre o tema. Os artigos devem seguir as normas da ABNT, conter título, autor e titulação, e-mail e instituição, devendo contemplar aspectos formais que indiquem introdução, fundamentação teórico-metodológica, resultados, considerações finais e referências que não excedam 08 publicações/citações. A ordem dos autores, com o máximo de 4, deve obedecer à hierarquia do desenvolvimento do projeto ou programa de extensão a que se vincula o artigo.

Formato: máximo de 10 páginas (fonte Times New Roman; espaço 1,5; tamanho 12, margens 2,5 cm), incluindo imagens, referências e notas.

Importante: os artigos devem conter ao menos 3 ilustrações, uma vez que a Revista é uma publicação ilustrada. O assunto do e-mail que contenha o artigo deve ser identificado com o nome do principal autor.

Figuras (fotografias, imagens e gráficos), Tabelas e Quadros: devem ser enviados com resolução mínima de 300 DPI, legendados com fonte/créditos do autor, ter espaço/local marcados no texto e ser enviados em arquivos separados como anexos.

Orientações para o envio de artigos: os artigos deverão ser encaminhados em Microsoft Word 97-2003 ou superior. Anexar arquivo em formato ZIP ou RAR, no qual serão incluídas as Figuras, Tabelas e Quadros, em JPG. Os anexos deverão ser legendados, numerados e ter identificada a sua inserção no texto, por exemplo: Figura 1; Quadro 2, Tabela 3.

Normas para avaliação de artigos

Os artigos encaminhados serão avaliados por dois integrantes da Conselho Editorial. Caso haja necessidade, também serão encaminhados para avaliadores *ad hoc*. Os processos de avaliação e seleção têm como critérios: as normas estabelecidas para a submissão de artigos; a relevância social do tema; a consistência teórica e metodológica da proposta; a originalidade e a qualidade argumentativa do texto. Os pareceres são revisados pelo Conselho Editorial da Revista e classificados em aceito, aceito com restrição e não aceito. Os trabalhos aceitos com restrição serão devolvidos aos autores para as modificações solicitadas pelos pareceristas. Os autores terão o prazo máximo de 07 dias para reenviar o texto alterado ao endereço eletrônico da Revista da Extensão.



Acesse a versão digital da Revista da Extensão em www.revistadaextensao.ufrgs.br

Revista da Extensão



A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, 5º andar. Bairro Farroupilha
CEP 90046-900 - Porto Alegre / RS
(51) 3308 2920 / 3308 3379

www.prorext.ufrgs.br
revistadaextensao@prorext.ufrgs.br